

SUBVERSÃO INTERNACIONAL



há duzentos anos, os proletários eram precisos
porque havia trabalho

hoje é preciso trabalho porque há proletários
os operários, desde sempre, criticaram o trabalho
o que agora importa é suprimi-lo

Apartado 2.500

1.112-LISBOA-Codex

- 2 . Abolir o Trabalho
- 5 . Sindicalíssimo (Sindicatos & Sindicalismo em Portugal)
- 15 . Da Política
- 17 . 'Angola é Nova'
- 19 . Fernando Pessoa: Textos Inéditos em Portugal
- 27 . Trabalho, Vida & Morte *made in* Brasil
- 39 . A Modernidade Polaca :
 - Crónica
- 43 . Natal: a Festa da Morte (Lenta) de Cristo
- 49 . Mercado Comum da Repressão
- 55 . Notas

* * * * *

Todos os artigos publicados nesta revista podem ser livremente reproduzidos, mesmo sem indicação da fonte.

A regra que preside à feitura de S.I. é a elaboração colectiva, não sendo por isso os artigos assinados. Nela há no entanto lugar para textos de carácter individual, sendo estes, quer contribuições de pessoas que não fazem parte do colectivo, quer trabalhos individuais que elementos do colectivo entendam publicar.

**Toda a correspondência para
Apartado 2500
1112-Lisboa-Codex**

**Os pagamentos devem ser endereçados
a J. M. Carvalho Ferreira
Apartado 2500
1112-Lisboa-Codex**

Publicação trimestral. Fevereiro de 1979. Preço: 25\$00. / Director: J.M. Carvalho Ferreira * Redacção e Administração: Chás de Semide, Coimbra * Tiragem: 1500 ex. * Composição e Impressão: Gráfica 2000, Rua Sacadura Cabral, 89-A, Cruz Quebrada

‘Revolucionários anarquistas, digamo-lo claramente: a nossa esperança só no dilúvio humano reside; o nosso futuro, só no caos se nos depara; o nosso refúgio só pode estar numa guerra geral, que, amalgamando todas as raças e destruindo todas as relações estabelecidas, retire das mãos das classes dominantes os instrumentos de opressão com que violam as liberdades com o sangue conquistadas. Instauremos a revolução nos factos, transfundemo-la nas instituições; que ela seja pelo gládio inoculada no organismo das sociedades, a fim de que não se lhes a possa mais arrebatrar! Que o mar humano suba e transborde! Quando todos os deserdados se virem tomados pela fome, a propriedade deixará de ser coisa sagrada; no fragor das armas, o ferro ressoará mais forte que o dinheiro; quando cada qual combater pela sua própria causa, ninguém mais terá necessidade de ser representado; no interior da confusão das línguas, os advogados, os jornalistas, os ditadores da opinião hão-de deixar cair os seus discursos. A revolução, entre os seus dedos de aço, quebra todos os nós górdios; não se harmoniza com o Privilégio, é impiedosa com a hipocrisia, sem temor nas batalhas, sem freio nas suas paixões, ardente com suas amantes, implacável com seus inimigos. (...) A Desordem, é a salvação, é a Ordem. (...) Haverá, na verdade, mais pavorosa desordem do que aquela que vos reduz a um pauperismo sem remédio, a uma mendicância sem fim? Haverá confusão de homens, de ideias e de paixões que possa mostrar-se-vos mais funesta do que a moral, a ciência, as leis e as hierarquias de hoje? Haverá guerra mais cruel que essa da concorrência em que avançais sem armas? Haverá morte mais atroz que a da inanição que fatalmente vos está reservada? (...) Olhai! Tudo está partilhado, todos os lugares estão tomados; a este mundo demasiado pleno chegais como estrangeiros. Desde o ventre de vossas mães, surgis vencidos; sede pois revoltados

de vossas mães.’

desde o ventre

Ernest Coeurderoy
1854

ABOLIR O TRABALHO

'Esse grande valor humano, o trabalho.'

CGT francesa, 1976

'O trabalho é bom em si mesmo, um homem ou uma mulher que trabalham tornam-se melhores, em virtude, precisamente, de trabalharem.'

Richard Nixon, 1972

'Trabalhando, nós, operários, produzimos capital.'

*Comité Operário de Berne
Marghera (Itália), 1969*

Abolir o capitalismo significa o quê, senão a abolição duma determinada *actividade*? E o que é a *actividade do capitalismo* senão a que genericamente se consubstancia no *trabalho*? (1)

A tentativa de explicitação crítica que, de há alguns anos para cá, se tem observado à volta da *recusa do trabalho* — nomeadamente nos Estados Unidos, em Itália ou em França — não terá, talvez, muito de 'novo', mas nem por isso deixa de representar um 'corte' — ou, talvez melhor, a clarificação duma ruptura *em processo* — no que diz respeito à perspetivação da revolução social do nosso tempo. Ela assinala, sobretudo, o pisar de um outro terreno, só possível por virtude daquilo que a evolução do movimento capitalista tem suscitado como *pensamento crítico* na prática da luta de classes.

As chamadas 'greves selvagens' parecem estar na origem visível dessa reflexão e da crítica teórica que tem formulado; neste sentido, aquilo a que alguns camaradas chamam 'o novo movimento' (2) é mesmo historicamente datável: o seu início situa-se a partir dos anos 60, e de então para cá não tem feito senão procurar *tornar-se inteligível*.

As greves selvagens libertaram, na realidade, pela sua própria dinâmica, um espaço novo de subjectividade revolucionária. Esquematicamente, ao porem em causa equilíbrios institucionais adquiridos, provenientes daquilo a que podemos chamar 'o velho movimento operário' — os representados pelas instâncias sindicais, normais correntes de transmissão do poder político de oposição (ou do próprio aparelho de Estado) — as greves selvagens vieram permitir, pela sua simples existência, um novo ou melhor entendimento, uma nova ou melhor percepção de certos mecanismos institucionais da evolução capitalista. Tornou-se assim com frequência *claro* que as tradicionais instituições permanentes do movimento operário, e muito em particular as instituições *de luta*, as centrais sindicais, não têm como função atacar *o modo de produção* do capitalismo mas preservá-lo de eventuais ataques dos indivíduos proletarizados. Isto, aparentemente banal ou sem importância de maior (a crítica do sindicalismo já vem de longe), veio a revelar-se de um grande alcance prático, porque, precisamente, a forma sindicato corresponde a um conservadorismo 'estrutural' do proletariado *enquanto mão-de-obra*, enquanto capital variável, enquanto elemento vivo do capital total.

(1) Podemos de facto deixar ao cuidado dos estalinistas de serviço a arguta distinção formal entre *trabalho* e *trabalho assalariado*, como o faz um engenhoso ideólogo do PCF numa introdução à *Ideologia Alemã* ao asseverar que, quando Marx escreve 'abolição do trabalho' isso quer dizer 'abolição do trabalho assalariado'.

A actividade sindical, e sobretudo o seu *dinamismo*, representa uma força defensiva: a da defesa do salário real, que tende normalmente a baixar. Ora a defesa do salário (e referimo-nos, naturalmente, à defesa *necessária*, imposta por uma dada relação de forças numa dada conjuntura) significa a defesa — embora não apresentada como tal — da *actividade capitalista* (assalariada), que o mesmo é dizer: do *trabalho*. Não se trata aqui duma *denúncia* indignada; trata-se duma constatação.

Pela sua origem e evolução, e pelo facto de constituírem potências integradoras na dinâmica progressiva do capital, as centrais sindicais não podem ser a crítica real do capitalismo enquanto actividade, mas tão-só do capitalismo enquanto *injustiça*. Se o combatem — e sem dúvida que aparentemente o combatem — é para melhor o aplicarem, e não para o abolirem.

Os novos comportamentos de certas fracções da população assalariada, e muito em particular do operariado, — os comportamentos que nomeadamente têm conduzido à realização de greves selvagens — não revelam apenas uma ausência formal de enquadramento político-sindical. Mais do que isso, revelam *novas exigências qualitativas*, ainda quando o seu resultado, sempre necessariamente contraditório, acaba por mostrar-se apenas quantitativo, tal como o de aumentos salariais (o que aliás é inevitável: só a revolução do modo de produção, que é um processo, facultaria uma mudança qualitativa).

São estas novas exigências, expressas já no terreno social prático (e por isso quase nunca com a *limpidez* com que se as formulam teoricamente), que nos conduzem à problemática que aqui nos interessa prosseguir: a 'recusa do trabalho' (3).

A pressão da normalidade (que é uma pressão no sentido da normalização dos indivíduos) — duma normalidade que se incrustou demasiado profundamente nas nossas mentalidades, e que *normalmente* nos conduz a obedecer à alienação, muito mais do que a compreendê-la e a criticá-la em actos — representa o colete de forças que nos tolhe e auto-amordaça em praticamente todas as situações da nossa sobrevivência. E, sem dúvida, a *miséria* que nos tolhe, mas não apenas essa miséria que mais visivelmente nos envolve, 'exterior'.

(2) Cf., por ex., Henri Simon, *O Novo Movimento*, Contra a Corrente, Lisboa, 1976.

(3) Vide 'Introdução & Notas', *Subversão Internacional* nº 1.

identificável nas potências exteriores a nós e às quais somos constrangidos a obedecer para sobrevivermos. A nossa miséria é também a que transportamos nas nossas mentes, que está por dentro das nossas incapacidades para nos elevarmos à inteligência do que somos *inevitavelmente* obrigados a ser para não sermos mais do que objectos manipuláveis, os quase-robots que a utopia capitalista prevê para o futuro do nosso presente — isto é, a mão-de-obra da nossa própria destruição.

Por isso — porque essa pressão é tenaz e permanente e ao longo da nossa existência nos moldou — não é fácil encarar-se a vida *sem o capital*, quer dizer, sem a *actividade produtiva* que lhe é própria, a actividade assalariada, o trabalho. Só que — e será isto que importará reter — o facto de ser difícil, pela normalização que sofremos, encarar outra coisa que não seja o *assalariamento melhorado*, não significa que seja impossível libertarmo-nos da estruturação mental com que somos conduzidos à prática da alienação, e à sua aceitação como derrota. Não o dizemos por força de uma *fé*, duma qualquer crença milenarista, mas sim por força da experiência prática e do conhecimento teórico que essa prática faculta (4).

É sem dúvida ininteressante, ou inútil, basearmo-nos em concepções da inelutabilidade histórica, como essa, por exemplo, que tem feito carreira e segundo a qual, para utilizarmos o calão consagrado nas bíblias obreiristas, 'a vitória do proletariado é certa'. A nossa única 'ciência' é a história — a experiência prática —, e é esta que nos fornece todas as *revelações*, o terreno material com base no qual se apresenta plausível superarmos aquilo que continuamos a ter de ser.

O que *temos de ser*, para existir, apresenta-se límpido: somos *escravos*. E quem, perante uma tal afirmação sem graça, cepticamente meneie a sua bocejante incredulidade para se espantar duma *grosseria* destas, talvez fizesse bem em seguir a esquecida proposta dum velho: '*Conhece-te a ti próprio*'. A *realidade* a que nos sujeita aquela afirmação — 'somos escravos' — encontra-se *explícita*, sem mais, na nossa miséria imediata, neste *facto*, tão banalizado que chega a confundir-nos, de termos de nos vender quotidianamente para *sobreviver*.

E que *vendamos* nós? Apenas isto: o *trabalho* — o nosso trabalho individual.

Esta actividade que somos forçados a realizar, e a que chamamos *trabalho*, sacralizou-se. E, ao sacralizar-se, como que se autonomizou em relação ao que comumente se designa por 'capitalismo'. Com efeito, a generalidade dos proletários tem hoje uma imagem negativa do 'capitalismo': não só quase nunca farão dele o elogio, como, também, e por isso mesmo, qualquer novo governo ou regime se não pode apresentar como declaradamente capitalista (daí o êxito, embora precário, dos governos ou regimes 'socialistas'). Porém, com aquele termo ('capitalismo'), não designam, ou raramente designam, o capitalismo *enquanto actividade* — enquanto sua própria actividade pessoal. A realidade designada apresenta-se como que uma realidade *exterior*: a do capitalista propriamente dito, a de certas instituições do capitalismo (a administração duma empresa, por ex., mas não, ou quase nunca, a *própria empresa*, que engloba, para além de quem a administra, os objectos dessa administração, o conjunto dos seus assalariados).

Esta ambiguidade — se assim se lhe quiser chamar — supõe, portanto, uma debilidade: a de se julgar que o capitalismo não reside *também* numa dinâmica interiorizada por aqueles que só lhe sofrem as consequências. Assim, um proletário que produza uma determinada mercadoria, ou que a faça circular, normalmente não vê a acção e a dinâmica capitalistas na produção ou na circulação dessa mercadoria concreta que depende dele — mas sim no facto de, para produzir ou fazer circular essa mercadoria, não ser pago 'justa' ou 'suficientemente', ou não usufruir, por virtude de tal actividade, maiores direitos do que aqueles que lhe estão consignados.

(4) Este ponto, em particular, mereceria uma explicitação documental que um artigo como este, todavia, não comporta.

A razão de um tal procedimento mental reside — cremos que reside — num facto aparentemente simples: o de se considerar o *trabalho*, em si mesmo, (mas o que é o *trabalho em si mesmo*?) não só como aceitável mas como legítimo, lógico ou natural. Nestes termos, o que está em causa não é propriamente a *legalidade* genérica — a relação de forças imposta pela existência do Estado —, que impõe ao proletário a execução de um trabalho (de um qualquer trabalho); é a soma maior ou menor de mercadorias — do resultado, portanto, da *produção* capitalista — a que tem ou não direito.



"É bom ter trabalho
é bom trabalhar
p'rá futebolada
eu nunca faltar"

- Quadra (inédita) do livro (a publicar) O Zé dos Enzóis, de autor popular anónimo

Estamos em crer que é só quando se ultrapassa a aceitação desta legalidade produtiva geral que começam a pôr-se em causa os estatutos sociais resultantes da divisão social do trabalho — ou que, de outro modo, é só quando se começa a pôr em causa a divisão social do trabalho que os estatutos sociais dela resultantes aparecem como *não naturais* ou *legítimos* mas impostos (impostos por uma relação de forças de polícia e por um *consenso social*). E é, segundo cremos, a partir daqui que a noção de 'trabalho' se modifica — passando a surgir, para o indivíduo proletarizado, não como uma actividade aceitável, legítima, lógica ou natural, mas, pelo contrário, como um sinónimo de escravidão.

Abolir o capitalismo sem abolir o trabalho tem sido, e continuará a ser, o projecto (e a prática) do movimento operário enquanto movimento da força de trabalho pela sua valorização. *Ideologicamente*, o capitalismo foi abolido na Rússia, na China, em Cuba ou na Albânia. Simplesmente, o despudor desta afirmação legal não retira coisíssima nenhuma à realidade prática: na URSS, na China Popular, na Cuba 'socialista' ou na Albânia 'revolucionária' o capitalismo não foi abolido pela simples razão de que o não foi o proletariado, e aquilo que necessariamente supõe a existência do proletariado: o trabalho, a actividade assalariada.

Teoricamente, nada disto é novo: 'Deixar subsistir o trabalho assalariado e ao mesmo tempo suprimir o capital é (...) uma reivindicação que se contradiz a si própria, e que se autodestrói' — formulava-o Marx em 1851.

Uma querela terminológica, a problemática da 'recusa do trabalho'? Mas se é ela que nos desvenda, se o quisermos, a realidade do capitalismo que finge não o ser... E não se perca de vista a capacidade mistificadora da *ideologia* capitalista, sobretudo quando os meios de que se dota são chamados a reforçar-se, através dos instrumentos de persua-

ção da tecnologia massificadora moderna, cuja capacidade de controlo cerebral é sem qualquer dúvida considerável — e se-lo-á, por certo, cada vez mais.

Abolir o capitalismo sem se abolir o que faz o capitalismo — o trabalho, a actividade assalariada, e o seu objecto, o proletariado — pode ser uma utopia, mas é, sobretudo, realmente, uma prática política e social. Daí que o trabalho constitua uma *religião* que, a todo o preço, é preciso preservar, modernizando-se-a conforme as necessidades e as modas. Actividade *saora*, o trabalho apresenta-se simultaneamente como o último deus e a última religião a defender da *corrupção e do aviltamento* — e isto, naturalmente, por todos os sacerdotes, antigos e modernos, novos e velhos, de direita ou de esquerda, autoritários ou liberais, cuja função fundamental reside na reconstrução permanente da única greja de facto importante: a da alienação do indivíduo à sua autodestruição.

Se **DESTRUIR O CAPITAL PARA NÃO SERMOS POR ELE DESTRUÍDOS** é a 'palavra de ordem' para o nosso tempo, então não hesitemos, para desvendar a sua e a *nossa* razão de ser, em pisar o terreno movediço das nossas próprias ilusões humanas — e a primeira é sem dúvida a da nossa utilidade como *objectos do trabalho*.

Uma outra origem da imoralidade dos trabalhadores reside no facto de eles serem os condenados ao trabalho.

Se a actividade produtora livre é o maior prazer que conhecemos, o trabalho forçado é a tortura mais cruel, a mais degradante.

Nada é mais terrível do que ter de fazer, de manhã à noite, algo que nos repugna.

E quanto mais um operário tiver sentimentos humanos, mais deve detestar o seu trabalho, pois sente o constrangimento que ele implica e a inutilidade que para si próprio este representa.

Friedrich Engels, 1845

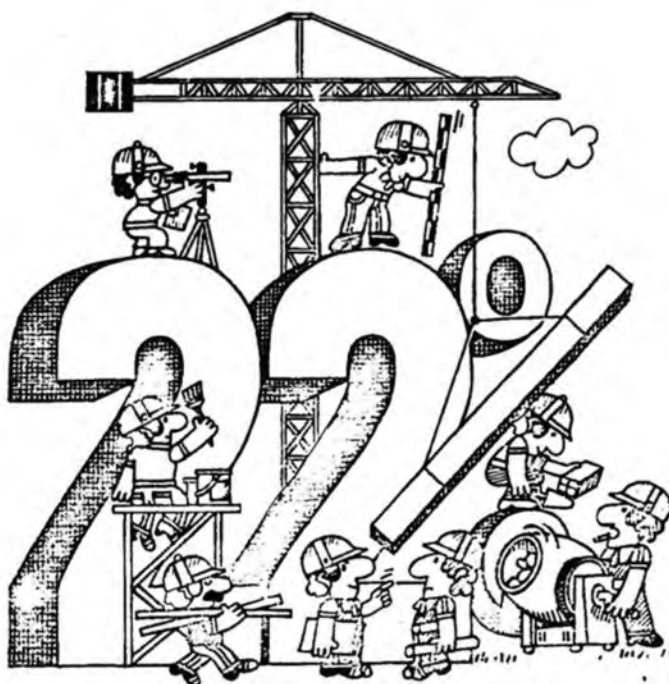
é bom ter trabalho

Trabalho, é força criadora. É acção.
É esforço de realização.
Dinheiro que dá trabalho.
É dinheiro que valoriza o País.
É dinheiro que cria emprego.
Obrigações do Tesouro — FIP-78.
Ao fazê-lo, você defende



o seu dinheiro de duas maneiras:
ganha juros elevados (22%)
e não paga impostos.
Não esqueça: ajudando o País,
você ajuda-se a si próprio.
Cumpra Obrigações do Tesouro —
É bom ter trabalho.

mais juro mais futuro



Sindicalíssimo

(Sindicatos e Sindicalismo em Portugal)

Parece-nos imperioso introduzir uma análise o menos deficiente possível sobre o significado actual do sindicalismo entre nós. Primeiro, porque são as estruturas sindicais que organizam, reivindicando-os, os interesses presentes da maioria dos assalariados. Segundo, porque os sindicatos não são estruturas secundárias no estabelecimento do contexto de equilíbrio relativo entre o capital e o trabalho, concorrendo também para a perpetuação (melhorada, é claro, sempre melhorada!) da condição proletária.

Pareceu-nos necessário tentar clarificar o que são as linhas com que se cose a actual dinâmica dos sindicatos e do sindicalismo em Portugal, procurando desvendar o seu relacionamento real com o proletariado e o movimento do capital. Mas não deixará de ser útil uma brevíssima incursão pelo período áureo do sindicalismo revolucionário, quando os sindicatos anarco-sindicalistas punham em pânico uma classe de proprietários fanfarrona mas medrosa; também porque boa parte da estratégia e das táticas sindicais do pós-25 de Abril só podem ser percebidas articulando-se o passado clandestino do PCP (isto é, do que se seguiu à derrota do anarco-sindicalismo) junto dos sindicatos fascistas com o presente legal junto da CGTP.

* * *

O GOLPE DE ESTADO DE 1926

E A DESTRUIÇÃO DA CGT

Na análise histórica da I República pelo movimento oposicionista foi veiculada uma imagem mítica que funcionou largamente durante décadas — até, digamos, meados dos anos 60: a de que a República fora uma libertação dos trabalhadores, e de que, portanto, o 28 de Maio constituiu a asfixia dessa libertação social. Esta imagem maniqueísta, cujo propósito inconfessado é hoje evidente, ficou a dever-se ao peso, praticamente esmagador, da ideologia republicana, que quase por inteiro dominava o movimento oposicionista, legal e ilegal, durante o 'Estado Novo'. Só pelo fim dos anos 60 começam a vir a público contributos contra essa mistificação auto-satisfeita, através da edição de textos do movimento anarquista do período da República — que a mostravam sob a sua face verdadeira.

É visível, no sindicalismo dessa época, uma força — de acção e de perspectivas — que contrasta com o cinzentismo de hoje. A CGT (na sequência duma experiência de luta que vinha do pós-República), criada em 1919, destituída por decreto em 1933 e, na prática, em 1934, pelo fascismo, foi uma força importante das massas trabalhadoras para a sua emancipação. Durante sete anos (1919-26) a sua acção pôs com frequência em estado de pânico as aspirações reformistas do capitalismo na região portuguesa. Em termos subjectivos (corrente sindicalista com características revolucionárias, de índole anarquista), a CGT foi em grande parte impulsora duma consciência de classe radical; a actividade sindical prática, apoiada no seu órgão teórico, *A Batalha*, fomentava um combate sem tréguas ao capitalismo. E a sua influência era considerável, quantificando-se nuns 100 mil aderentes e na quase totalidade dos sindicatos existentes. *A Batalha*, como jornal diário, chegou a situar-se entre os de maior tiragem nacional (a certa altura, logo a seguir a *O Século*, que dispunha

de meios financeiros incomparavelmente superiores), e isto a despeito da perseguição a bem dizer permanente que lhe movia a polícia republicana.

Dentre as reivindicações que a CGT veiculava junto dos trabalhadores, destacam-se a jornada de trabalho de 6 horas e as horas extraordinárias pagas a 100%; a criação da Liga Operária de Expropriação Económica, um dos maiores objectivos da CGT, tinha como fundamento a expropriação das riquezas das mãos do Estado e do patronato, com a finalidade expressa de o operariado passar a produzir e a consumir segundo as suas necessidades.

Em termos organizativos, as lutas eram, de preferência, conduzidas sob o signo da acção directa; a hierarquia existente era tida como meramente funcional, com base no federalismo, cujas regras apontavam para a solidariedade em termos nacional e internacional, que se apoiava na autonomia a nível local.

A República não podia tolerar a dinâmica de luta que assim se exprimia. E, naturalmente, reprimiu-a como pôde — prendendo, deportando ou liquidando militantes operários. Em 1926, o movimento operário tinha já uma experiência de repressão considerável. Em boa parte, o advento do fascismo tem muito a ver com isso: o desenvolvimento do capitalismo em Portugal mostrava-se demasiado arcaico para conseguir assimilar o que as lutas operárias lhe 'regateavam' ou que dele exigiam. A fraqueza no desenvolvimento das forças produtivas impossibilitava que a social-democracia de então fosse capaz de realizar reformas materiais e integrasse na sua dinâmica a contestação que vinha de baixo. É este desfasamento que explicará as necessidades de mudança institucional sentidas pelas classes proprietárias: a partir do momento em que não era dado às classes dominantes manter a 'harmonia' e o equilíbrio indispensáveis à prossecução do desenvolvimento, impunha-se-lhes encontrar uma outra ordem institucional. O 28 de Maio constituirá a base para essa mudança.

De resto, os poucos focos de resistência ao advento da nova ordem foram 'encabeçados' pela CGT, que lança — mas já tarde, a 1 de Junho — uma greve geral contra a ditadura militar que se revelará impotente para influir no curso dos acontecimentos, e também pelo PCP, que no seu II Congresso, realizado a 29 e 30 de Maio — portanto no dia seguinte ao golpe de Braga —, preconiza a luta contra o fascismo, propondo uma unificação de esforços da Esquerda Democrática (organização dissidente do Partido Republicano), do PCP e da CGT — unificação que não conseguirá dar-se.

Até porque a natureza do golpe militar não aparecia, longe disso, cristalina. Além disso, tratava-se, sobretudo, de acabar com o estado de coisas que vinha de trás, e contra o qual por assim dizer toda a gente estava. As organizações operárias não dispunham pois, apesar de terem uma noção relativamente clara do que se avizinhava com o golpe dos militares, de um terreno favorável na sociedade, — para além do facto, que nos parece de sublinhar, de se encontrarem então, sobretudo a CGT, muito debilitadas pela repressão republicana e por outros reveses subsequentes à guerra de 1914-19.

Uma vez consumado o golpe de Estado, tratou-se, para o novo poder, de proceder à destruição sem apelo do seu inimigo mais sério. A 'limpeza' não se fez esperar, e passou pela prisão e deportação de militantes sindicais (independentemente das suas tendências, como é óbvio), pelo encerramento dos seus meios de defesa organizada, e pela proibição de quaisquer liberdades reais, começando pela liberdade de greve. O epílogo deste processo que a ditadura militar tornou possível dá-se formalmente pelo decreto de 1933, que ao mesmo tempo contemporânea, através de legislação apropriada, o nascimento dos 'sindicatos nacionais', em fórmula adaptada do modelo fascista italiano. O *sindicalismo* era posto fora da lei.

A corrente sindical posta de pé pelo jovem PCP, filiada na Internacional Sindical Vermelha (com sede em Moscovo), e o próprio PCP, pouca relevância tiveram neste processo, já que a sua acção e influência eram então de carácter incipiente. Embora o PCP não surja por via duma decisão artificial; ele vem a ser, na realidade, uma *nova corrente* no seio do movimento operário de então, fruto do êxito das concepções bolchevistas para a *conquista do poder estatal*, encarada como foi a Revolução Russa como uma pura revolução *social* dos explorados. É com efeito o impacto da Revolução Russa que explica o aparecimento duma *cisão* na luta operária, que se consubstancia no PCP e na sua corrente sindical: contra as perspectivas dos anarquistas, que queriam a abolição do salariedade e do Estado, os bolchevistas portugueses vão sustentar uma visão dita 'realista' — a do *Governo Operário-Camponês*, emanada do partido, isto é: a utilização do Estado para outros fins. Tudo isto, aliás, ainda *bolcheviquemente* pouco elaborado, precisamente porque quase todos os militantes do nável PC provinham das fileiras anarco-sindicalistas; os militantes do jovem partido eram então substancialmente diferentes dos dos nossos dias, sem dúvida porque a sua experiência enquanto bolchevistas era ainda muito recente, não sendo as suas estruturas tão sectárias e burocratizadas como hoje, e porque a sua influência política junto do operariado se apresentava ainda muito relativa.

A LÓGICA DOS SINDICATOS FASCISTAS

E A LUTA CLANDESTINA DO PCP

A fascistização dos sindicatos consistiu no fim do sindicalismo. Os 'sindicatos nacionais' passam a ser uma mera correia de transmissão do Estado, que os controla inteiramente através do nável Ministério das Corporações. Como é óbvio, equivaleu isto a que não mais os trabalhadores puderam *defender-se*, lutando pelos seus interesses de classe. O que corresponde a uma modificação fundamental. Até então, as massas trabalhadoras pensavam e agiam por si próprias, contra os interesses do patronato e do Estado; o patronato, por seu turno, organizava-se através das suas 'associações económicas'. O Estado cumpria as suas funções de 'árbitro', reprimindo, com o seu aparelho policial e militar, as lutas operárias de maior radicalidade.

Com a existência dos sindicatos corporativos, esta realidade de um 'equilíbrio conflitual' cai por terra. O Estado passa a monopolizar as relações capital-trabalho. A nova legislação determina o estabelecimento de contratos colectivos com base em salários extremamente baixos, e dá-se uma proliferação de sindicatos, com uma finalidade imediata e estratégica: a desunião dos interesses laborais dos trabalhadores. São assim criados mais de 300 sindicatos, alguns deles com pouco mais de 200 trabalhadores. Em certas empresas de grande dimensão, os assalariados chegavam a estar, deste modo, representados por quase uma dúzia de sindicatos. Era uma situação evidente com a realidade *sindicalista*, já que as organizações sindicais, a nível regional e nacional, não estabeleciam por indústrias e federações, e, a nível local, pela unidade de empresa.

Apesar de tudo, os trabalhadores, na sua totalidade

de não ficaram indiferentes nem inteiramente vencidos com a nova ordem de coisas. Mas o 18 de Janeiro de 1934 corresponderá ao estrebuchar das suas capacidades de luta; a relação de forças era-lhes visivelmente demasiado desfavorável. Esta data marcará assim um *finale* provisório das energias revolucionárias do proletariado, e, sobretudo, o estertor do movimento que vinha dos anos 10, anarco-sindicalista. As exigências e perspectivas do anarco-sindicalismo ficam assim sepultadas, por esmagamento e dispersão dos seus mentores, sob o terreno pantanoso da nova ordem.

Em contrapartida, o PCP, e a nova mentalidade que o fizera nascer, emergem a partir de então. Após o período de mais feroz repressão, que também o atinge, ali-cerçado noutro tipo de organização — a dum 'aparelho' partidário de tipo clandestino com base em militantes profissionais —, é ele que vai constituir, nas novas condições, a sequência do movimento operário, sobrevivendo clandestinamente.

Nos primeiros dez anos do novo regime, o PCP adopta uma estratégia sindical dita 'esquerdista': a criação e desenvolvimento de sindicatos ilegais. Mas a pressão das circunstâncias adversas vai contariar esta orientação. E é uma outra que irá consolidar-se. Obedecendo às directrizes do VII Congresso da Internacional Comunista, que perfilhava, Bento Gonçalves preconiza o *entrismo* nos sindicatos fascistas, do interior dos quais os militantes do partido deverão defender os interesses dos trabalhadores. A partir de 1941-42, é esta perspectiva que vence.

Deste modo, *O Militante*, órgão teórico do PC, podia, em 1945, afirmar o seguinte: 'São consideráveis os passos dados pela classe operária portuguesa, sob a orientação e direcção do Partido, com o fim de tornar os sindicatos nacionais seus verdadeiros sindicatos, capazes de defenderem os seus interesses e reivindicações em todos os momentos e circunstâncias, deixando de ser no futuro instrumentos de que o patronato e o governo se serviam para manter e intensificar a exploração e a opressão da classe operária. Deste modo, dezenas e dezenas de novas direcções (sindicais), compostas por homens honrados e prestigiados da classe operária, foram por esta eleitos para que daqui por diante sejam elas que dirijam os sindicatos nacionais e defendam os interesses dos seus associados.' (*)

A partir de então, esta posição ganha hegemonia e passa a liderar todo o processo de luta sindical, com base nas mesmas perspectivas. Mas esta tática política, ditada, sem dúvida, por uma visão de longo prazo, virada para a conquista do poder de Estado, revela-se de pouco sucesso. Para além duma eventual politização dos sindicalizados, através dos 'homens honrados', os 'sindicatos nacionais' só permitiam que os trabalhadores se movimentassem dentro de limites bastante estritos; e os resultados práticos desta utilização de estruturas altamente vigiadas mostravam-se forçosamente magros. Dava para obter salários extremamente baixos, com base nos contratos colectivos — de tal modo que bom número de empresas chegavam a pagar salários acima dos estabelecidos oficialmente, isto é, pelos sindicatos corporativos. O desfasamento entre a capacidade de manobra destes sindicatos e as necessidades dos seus associados era evidente — e isto mesmo quando se viam 'dirigidos' por 'operários honestos'.

Esta foi, de qualquer modo, — não sem que se tenham manifestado diferendos no interior do partido — a estratégia sindical seguida pelo PCP até à queda do fascismo. Que, como veremos, acabará por dar resultados *políticos* inestimáveis, no sentido do desenvolvimento do PC enquanto instituição para-estatal.

(*) Citação extraída de *O PCP e a Luta Sindical*, Editorial Avante!, 1976, p. 38.

EVOLUÇÃO DO CAPITALISMO EM PORTUGAL E FASES DAS LUTAS OPERÁRIAS DURANTE O FASCISMO

Já está relativamente bem exposta por certos autores a natureza do salazarismo como um *capitalismo arcaizante*, nacionalista. Mas esta noção pode conduzir a uma ambiguidade, se der a entender que se tratou de um retrocesso no desenvolvimento do modo de produção capitalista em Portugal; já que suporia como revolucionariamente legítima a perspectiva de um regresso à situação política anterior. Foi aliás o que em parte aconteceu: a reivindicação fundamental do movimento oposicionista ao Estado Novo formulava-se na reimplantação da República — num voltar atrás, ao que *já tinha sido*.

Por conseguinte, o *capitalismo arcaizante* do Estado Novo é-o, não como o regresso a uma fase anterior, mas como opção política a que o conjunto das classes dominantes se viam constringidas por força do movimento de negação dos que são a mão-de-obra da *acumulação capitalista*, e só isso tem normalmente de ser.

Por outro lado, a opção do *capitalismo arcaizante* tem neste período uma justificação internacional de peso, e que naturalmente também a condicionam: a recessão e a crise mundial. 1929, com a banca-rotta norte-americana, é o clímax dum processo de degradação económica internacional que evidentemente também atingira já a região portuguesa. A opção autárcica (relativa, é claro) que o Estado Novo exprime em Portugal com virulência e autoridade, defendendo as virtudes da 'independência nacional', é igualmente seguida por outros países, e não necessariamente tão subdesenvolvidos.

De forma que aquilo que o Estado Novo parece querer realizar não é uma *desacumulação* de capital, mas um desenvolvimento que tenha em conta a precariedade da situação portuguesa, e os seus (do ponto de vista das classes dominantes) desequilíbrios. O salazarismo *deferirá* assim, como é sabido, um desenvolvimento *lento e prudente*, e levá-lo-á a cabo. Não com tanta 'prudência' como por certo Oliveira Salazar julgaria possível, — prevendo os perigos da *re-formação*, da recomposição do proletariado —, já que, chegados a meados dos anos fatídicos de 60, a rotura começa a desenhar-se com relativa clareza.

Depois do empenhamento na guerra colonial, só com o apoio político-económico e militar do exterior, o Estado português podia manter o seu domínio sobre as colónias. As fronteiras portuguesas abriam-se inexoravelmente aos capitais de fora, e Portugal 'internacionalizava-se'. O capital tem como função valorizar-se. Assim sendo, a lógica de solidariedade, embora por vezes reticente, para com o regime português implicava necessariamente uma contrapartida — investimentos sem condicionalismos, lucros e exploração fáceis em função da existência duma quantidade considerável de mão-de-obra barata.

E o que explica a proliferação de empresas industriais a partir deste período, com base em investimentos estrangeiros (ramos da química, electricidade, electrónica, indústria automóvel...), sobretudo nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal. O próprio capital nacional vê-se obrigado a desenvolver-se mais dinamicamente, e, já liberto de certos condicionalismos do período anterior (grupos CUF e Champalimaud, mas não só), investe em ritmo semelhante.

Este novo dinamismo industrial vai naturalmente reflectir-se, nas condições portuguesas, na formação de um proletariado bastante jovem. Grande parte da população que se mantinha precariamente no interior agrícola e que não consegue emigrar, é literalmente conduzida *pela economia* para os grandes centros urbanos onde o surto fabril se apresentava real. O que Setúbal, Lisboa, Amadora, etc. cresceram em termos demográficos, só à luz do que acontece em termos de industrialização a partir dos anos 60 se pode compreender.

A juventude deste proletariado, como é óbvio, vai ter consequências, tanto mais que as relações de ofer-



ta e procura no mercado do trabalho se mostravam então favoráveis aos trabalhadores, pelo facto de a emigração escoar bastante mão-de-obra para o estrangeiro e ainda porque o ritmo de industrialização carecia de força de trabalho. Este jovem proletariado, dando-se conta da sua força, *inicia* nas empresas uma luta contra as condições que lhe são impostas pelo trabalho sem que tenha de se servir dos sindicatos corporativos. E já um outro tempo. As greves operárias de 68-69, e depois as de 73 e princípios de 74 consubstanciam lutas por aumentos salariais e melhores condições de trabalho muito próximas das do operariado mais experiente da Europa. (*).

Quer as estruturas que tinham sido utilizadas para fins da luta sindical (os 'sindicatos nacionais') quer os mentores dessa utilização viam-se, a partir daqui, relegados para uma posição secundária. De resto, a acção e a orientação dos militantes do PC nestes momentos de luta, ter-se-á mostrado quase nula. Isto porque, agindo em situação de clandestinidade, não podiam evidenciar-se como vanguarda à luz do dia, na medida em que corriam o risco de prisão imediata. Mas não só por esta razão, mas ainda porque continuavam a mostrar-se muito mais interessados na conquista das direcções sindicais — e estas eram as dos 'sindicatos nacionais'.

De resto, a liberalização caetanista — que procurava acompanhar as necessidades de liberalização económica de fracções importantes da burguesia modernista — ao possibilitar que os trabalhadores apresentassem as suas próprias listas, sem que depois os resultados tivessem de ter a aceitação e homologação do Ministério das Corporações, permitirá que o PC venha a canalizar todas as suas energias na conquista das direcções dos sindicatos corporativos. E o resultado ficará à vista: a partir de 1970 o PC consegue eleger direcções sindicais nos importantes sectores dos empregados do comércio, da metalurgia, dos bancários e dos têxteis.

Esta implantação significativa virá a possibilitar depois a criação da Intersindical (1 de Outubro de 1970). A partir daí, a Inter alargará o âmbito da sua acção e influência a nível nacional, integrando, em 25 de Abril de 1974, cerca de 10% dos sindicatos corporativos.

(*) Um outro período importante das lutas operárias, este ainda muito marcado pelo antifascismo, situa-se entre os anos de 1940 e 1947. Mas a tipologia de lutas é diferente da que surgirá nos últimos seis anos do regime. As razões das reivindicações e protestos operários eram de outra tipo. As greves tinham basicamente por objectivo diminuir o estado de extrema miséria em que o operariado se encontrava. Os salários eram então bastante baixos, agravados ainda pelo racionamento imposto pela guerra mundial. A composição social deste operariado era bastante 'clássica'; resultava de velhas indústrias que o capitalismo salazarista se esforçava por conter (têxteis, vidros, cerâmica, cortiça, trans-



A ABRILADA E A EXPLOÇÃO REIVINDICATIVA E ORGANIZATIVA DO PROLETARIADO

O surto grevista e a formação espontânea das *comissões de trabalhadores* fica na história, para a nossa experiência prática e teórica, como o que mais importante se registou entre nós após o 25 de Abril. Esse 'fenómeno' de espontaneidade, todavia, só é compreensível à luz da experiência de luta que o precedeu no tempo, entre 67 e 74. Os sindicatos corporativos, com ou sem 'homens honrados' do PC, se então existiam, ficaram reduzidos à apatia, sem força para dirigirem (ou para susterm) um movimento que os não tinha em conta. As comissões de trabalhadores e a acção directa que realizaram, surgiram, é verdade, por virtude dum vazio de dinamismo das estruturas sindicais (já melhoradas), isto é, por ausência duma capacidade sindical de enquadramento. O que significa que as C.T.'s não começam por negar o sindicalismo, com vista a *superarem-no*. Mas nem por isso deixou de ser manifesto que o movimento de luta de que eram expressão passou à frente daquilo que o PC por certo previra — embora apenas por um tempo. Porque, precisamente porque tinha conquistado *uma estrutura de controlo*, e porque o movimento grevista espontâneo não conseguiu *prever* o que poderia seguir-se-lhe, o PC, já em princípios de 75, podia exercer uma quase liderança do conjunto do movimento operário. Embora as C.T.'s se tenham mostrado o antípoda daquilo que o PC entendia como meio de dinamização da luta de classes.

Porque o facto de o operariado se ter mantido largamente à margem dos sindicatos corporativos, irá conduzi-lo, numa situação de quase ausência do Estado, a lutar em grande medida a partir das suas condições de classe, e a pôr problemas para além das questões estritamente económicas. A radicalidade relativa imposta pela dinâmica das C.T.'s foi 'ajudada' pela incapacidade em que se viram os partidos e os sindicatos para liderarem o movimento de base. De tal maneira que o PC e outras organizações de esquerda e extrema-esquerda vão ter que se infiltrar nelas para modificarem o curso dos acontecimentos, conduzindo-os a uma situação favorável às suas orientações partidárias governamentais — o que conseguem por finais de 1974, ao desmembrarem os interesses de classe em interesses partidário-governamentais. E com este nobre fim tudo foi bom, destacando-se o PC na deturpação e denegrimto de certas greves que teimavam em lhe não obedecer, dispondo o partido de

portes, etc.). Nestas condições, só esporadicamente se registariam movimentos de luta a partir dos locais de trabalho entre 1947 e 1968. Note-se, todavia, que a luta dos operários agrícolas alentejanos, em 1962, pela jornada de 8 horas, constituirá uma excepção de marca.

meios consideráveis para o efeito, como o Ministério do Trabalho. Desde o apedrejamento de piquetes de greve, como nos CTT, passando por comunicados miseráveis de Eugénio Rosa (quadro do PC no Ministério do Trabalho) ou de Sanches Osório (do Ministério da Comunicação Social), tudo serviu para *pôr abaixo* o perigo dos movimentos que escapavam ao novo poder.

A ESTRATÉGIA E A POLÍTICA SINDICAL DO PC APÓS O GOLPE DE ESTADO DE 74

Sendo o PCP o partido que conseguiu controlar, de maneira que viria a revelar-se decisiva, o movimento sindical após o 25 de Abril, torna-se fundamental analisar a sua estratégia sindical para perceber as particularidades da evolução do sindicalismo em Portugal depois desse período.

A queda do fascismo e a crise do Estado, criadas pelo golpe militar, permitem ao PC avançar eficazmente na realização do seu projecto de capitalismo de Estado, com base no controlo total do poder político e na estatização da economia. Toda a sua acção no terreno político-social corresponde a uma estratégia precisa.

Por um lado, o PC mobiliza o seu aparelho e militantes, utilizando a sua predominância indiscutível, a nível organizativo, em relação aos outros partidos políticos, para tomar posse das alavancas estatais onde o saneamento dos elementos fascistas deixara um vazio a preencher — autarquias locais, casas do povo, grêmios da lavoura e outras agremiações do velho regime.

Por outro lado, a nível do poder central, para além de procurar ganhar o apoio mais vasto possível no seio do MFA, o PC tem de, pelo menos numa primeira fase, competir com as outras organizações políticas, especialmente com aquelas que gozam da confiança da burguesia nacional e internacional; tem pois que assegurar uma posição de força, ou seja, de deter uma capacidade de controlo sobre uma parte importante da população contra a oposição. A necessidade de se implantar e fortalecer, não só no seio da classe operária mas também nos sectores da pequena-burguesia proprietária e da tecnocracia é pois um factor de extrema importância na estratégia do PC.

Numa segunda fase, esta implantação deveria permitir e assegurar uma base social de apoio para a realização da estatização da economia, no caso de conseguir um controlo do aparelho de Estado (o que se verifica sobretudo entre o 11 de Março e o 25 de Novembro de 75), ou, como alternativa, suscitar uma posição eleitoral forte, no caso de a tomada do poder vir a constituir um fracasso, alternativa que eventualmente possibilitaria uma vitória em termos duma democracia parlamentar (é a orientação que toma corpo na sequência do golpe de 25 de Novembro).

Perante tão transcendentais tarefas, quais eram as forças de que o PC dispunha no momento do golpe de Estado de 74? Embora fosse uma organização com meio século de existência, e a única que, durante todos esses anos, nunca desapareceu completamente da cena política, (o PC foi de facto o único partido que travou uma *longa luta antifascista*) as condições da repressão limitaram bastante o seu desenvolvimento. Assim, em 25 de Abril de 1974, o PC dispunha das seguintes características:

- era um *aparelho* extremamente estruturado e hierarquizado, produto da luta antifascista e dos 'princípios' estalinistas;

- tinha uma influência indesmentível em partes significativas da classe operária e, de forma mais incerta, na pequena-burguesia e em extractos das classes médias (intelectualidade, por ex.). Mas a sua implantação real limitava-se à existência de um certo número de militantes, que viviam, as mais das vezes, em condições de dispersão, de isolamento e de impotência, por virtude da clandestinidade. Foi com bastante dificuldade que o PC conseguiu uma influência prática junto das massas trabalhadoras, e os resultados obtidos situaram-se sobre o modo na cintura industrial de Lisboa e em Setúbal,

nos anos 40-50, e na região alentejana, nos anos 50-60. Os seus militantes móveis, na maior parte dos casos, existiam enquanto 'homens honrados', com o objectivo de controlarem as direcções dos 'sindicatos nacionais'. Nesta medida, o PC dificilmente podia ceder aos movimentos de protesto, e controlá-los politicamente. Por outro lado, o PC nunca teve uma qualquer implantação junto do campesinato; e até recentemente, o campesinato representava em Portugal uma parte quase maioritária em termos de população.

Nestes termos, pode-se perceber com relativa clareza como a política sindical do PC constituía um ponto fulcral da sua estratégia geral. Tratava-se de passar da presença de alguns militantes a uma implantação real no seio do operariado. Com esse objectivo, a Intersindical vai ser um meio essencial. E por isso se empregou o PC a fundo para a constituir, defender e desenvolver.

A DEFESA DA INTERSINDICAL

A defesa da Inter foi fomentada pelo PC, contra a perspectiva de formação duma nova central, moderna; es-toutra perspectiva baseava-se no facto de a Inter ser uma estrutura de tipo corporativo directamente herdada do regime fascista, e que servia por isso muito mal para a luta contra o patronato. E de facto, no momento do 25 de Abril, a Intersindical era apenas a reunião de alguns sindicatos (uns 30) dos 343 existentes, todos eles por profissão e por região — de forma que os trabalhadores duma só empresa podiam pertencer a uma série de sindicatos, e não havia ligação possível entre as empresas das diversas regiões. É isto a que se costuma chamar a estrutura 'horizontal' dos sindicatos fascistas, em oposição à estrutura 'vertical' dos sindicatos organizados por fábrica e federados entre as regiões por cada sector da economia, e, em cada região, por todos os sectores (caso da CGT anarco-sindicalista, por ex.).

Contrário portanto à perspectiva de reconstrução duma nova central, com novas estruturas, o PC defenderá a Intersindical como central única, tentando nela reunir o máximo dos sindicatos herdados do fascismo. Assim, em fins de 74, a Inter agrupava já 220 sindicatos, e, a seguir à lei da unidade, todos se verão na obrigação de nela se integrarem...

Esta intransigência, facilmente compreensível, dá-se pelo facto de a Inter que existia no ante-25 de Abril constituir o melhor meio, para o PC, de vir a implantar-se largamente no seio das classes trabalhadoras, visto a Inter ser em grande parte o resultado de toda a sua acção clandestina durante o fascismo — mas também, numa perspectiva de tomada do poder, de lhe assegurar uma base social de apoio indispensável.

Ora uma economia estatizada precisa de sindicatos que sirvam exclusivamente enquanto correias de transmissão directa, para fazer executar, nos locais de trabalho, as decisões do poder central. A existência duma central única, e para mais mantendo a sua estrutura corporativa intacta, representava pois um meio excelente, em todos os sentidos, para o projecto do PC. (*)

A proposta de criação de outras centrais surgiu, como é evidente, de outros partidos políticos, que não tinham qualquer poder no interior da Inter. E não há partido político nenhum que se preze sem uma correia de transmissão laboral (ainda que mais disfarçada do que

no caso dos estalinistas). A contestação do controlo exercido pelo PC sobre a central sindical única não tardou pois a surgir, de início liderada pelo PS. Simplesmente, o sucesso da unidade sindical e a sua provação não se explicam sem o apoio, decisivo, de todo um sector do MFA, para quem 'a unidade dos trabalhadores' aparecia, num sentido mais populista que real, como qualquer coisa de primordial. A unidade é oficializada e, com ela, a Inter, que passa a ser legalmente reconhecida como o único interlocutor nas negociações com o patronato, e passa a chamar-se Intersindical Nacional.

É evidente que esta lei da unidade teve um peso político particularmente grande; e não foi por acaso que esteve na origem da viragem PS no sentido duma ruptura com o PC e o MFA.

É curioso notar-se que este processo de formação duma central sindical única a partir das estruturas legadas pelo fascismo se apresenta particular à situação portuguesa, acabando por vir a ter consequências consideráveis no modus vivendi político e social português. O processo de formação de sindicatos foi completamente diferente em Espanha, por ex., onde o PCE fomentara, para além do entrismo tradicional de militantes nas estruturas sindicais fascistas, organismos



Imagem da concorrência sindical: desenho de contrapropaganda pró-Intersindical, publicado no O Diário.

de luta sindical clandestinos bastante fortes (as Comisiones Obreras) — aliás resultantes não só da acção do PCE mas também de organizações de extrema-esquerda como o Partido do Trabalho de Espanha —; deste modo, a tendência do PCE para utilizar, no pós-franquismo, as estruturas sindicais fascistas, com vista à edificação duma central sindical própria, acabou por ser largamente dominada pela formação duma central sindical a partir das Comisiones Obreras, uma vez que estas se viram legalizadas. Por outro lado, o PSOE, contrariamente ao PS português, dispunha dum certo número de militantes no seio da classe operária, geralmente integrados nos sindicatos franquistas. Finalmente, em Espanha, o processo de democratização do capitalismo foi acompanhado duma legalização progressiva das diversas organizações políticas e sindicais. Houve assim, em Espanha, uma certa tendência no sentido de cada partido (de direita, de esquerda ou de extrema-esquerda) criar a sua própria central sindical, abandonando relativamente os sindicatos franquistas. O reaparecimento da CNT, anarco-sindicalista, se bem que particular, inscreve-se nesta tendência geral.

Em Portugal, entretanto, a defesa da Inter não será apenas feita pelo PC e fracções do MFA, mas também por largos sectores da extrema-esquerda, especialmente por aquelas organizações que, como o PCP, têm militantes na Inter no momento do 25 de Abril, e controlam algumas direcções sindicais (caso do MES na do Sindicato dos Têxteis e Lanifícios do Sul). De resto, a orientação sindical destas organizações da extrema-esquerda é muito semelhante, senão igual, à do PC, com o qual para todos os efeitos fazem uma frente na Inter.

Nestas circunstâncias, os militantes anarco-sindicalistas, sobreviventes da velha CGT, além de terem sido muito mais enfraquecidos do que em Espanha, não dispõem de qualquer possibilidade real de reconstrução duma nova organização anarco-sindicalista. E por isso se resignam, contrafeitos mas iludidos, a actuar no seio da Inter, acabando por a abandonarem pouco depois. O inveterado militante sindical Emílio Santana contou essa experiência numa entrevista publicada no livro *Sindicalismo em Portugal* (Assírio & Alvim, 1978): 'Eu, pessoalmente, tive uma experiência desse género no meu sindicato (técnicos de desenho), quando, depois do 25 de Abril, uma lista de oposição, com elementos de di-

(*) Note-se, de resto, que a Inter se mostrou praticamente apenas capaz de negociar legislação do trabalho por profissão (CCT's, etc.), e em muito menor medida de realizar uma luta eficaz contra o patronato.

versas tendências, ganhou as eleições com uma percentagem bastante grande; mas a engrenagem sindical, a sua centralização, a sua burocratização, tornou inoperante e absolutamente inútil a nossa acção conjunta'.

Estes militantes anarco-sindicalistas desempenharam a seguir um certo número de tarefas com o objectivo de lançarem organizações sindicais de base, mas sem resultado. Se pode dizer-se que o seu erro terá certamente sido o de se manterem no terreno sindical, sem fazerem qualquer crítica do passado e, sobretudo, do significado do sindicalismo no capitalismo moderno, nem por isso deixaram de ter um mérito: o de terem sido os únicos a denunciar a sacrossanta unidade dos trabalhadores como um mito sobre o qual o PC e a extrema-esquerda, apoiados pelo MFA, basearam todas as suas campanhas de defesa da Intersindical, mito este que com frequência se viu utilizado contra a acção directa e os organismos de base dos assalariados. Como o disse Emílio Santana, na entrevista citada, 'A unidade é um mito, é impossível, visto que não há unidade em lado nenhum. A unidade só existe numa situação como seja o regime de Salazar, em que há um único centro dominante que arregimenta pela força, conseguindo a unidade precária pela força. Mas sem por isso conseguem a unidade orgânica, que se faria pela solidariedade de todos os elementos'.

DESENVOLVIMENTO DA INTERSINDICAL

Para o PC, a melhor maneira de dar peso à Inter residia em permitir aos seus sindicatos entrar imediatamente em negociações com o patronato e assegurar as famosas 'conquistas salariais' e outras, o que podia fornecer àqueles sindicatos uma enorme credibilidade. Pode assim perceber-se a razão por que, imediatamente a seguir ao golpe de Estado de 74, e na medida em que, na partilha do poder, o partido tinha ainda um peso demasiado débil para controlar os vários ministérios, ele dará prioridade ao controlo do Ministério do Trabalho — que vai ficar nas suas mãos durante os cinco primeiros governos provisórios (de 15 de Maio de 1974 a 10 de Setembro de 1975). Esta posição estratégica mostrou-se na realidade muito importante para o desenvolvimento da Inter. Através deste estribo estatal, o PC irá fomentar as negociações entre os sindicatos da Inter e as organizações patronais para a legislação do trabalho, em particular no tocante aos CCT's. Um dos casos mais típicos será o da formação dos sindicatos dos trabalhadores agrícolas, sector onde a legislação do trabalho era absolutamente inexistente.

Na altura do 25 de Abril, existiam militantes do PC entre os assalariados agrícolas do Sul, porém sem expressão sindical alguma. Por conseguinte, numa primeira fase, o PC mobiliza os seus militantes nos concelhos onde estes eram mais numerosos, com o objectivo de formação duma comissão sindical em cada concelho. Estes sindicatos foram logo reconhecidos oficialmente, tendo sido organizadas negociações com a Associação Livre de Agricultores (ALA), organização patronal, para a definição duma primeira legislação do trabalho em cada um daqueles concelhos. O resultado dessa legislação encontrava-se nos CCT's, que fixavam os salários a um nível superior — por vezes duplo do anteriormente praticado.

Estes resultados materiais mostraram-se bastante satisfatórios para os assalariados, resultando numa melhoria das condições de existência desses trabalhadores, o que neles veio a provocar uma necessidade de formação de comissões sindicais nos concelhos onde o PC dispunha de poucos militantes. Assim se formaram, rapidamente, sindicatos de trabalhadores agrícolas em todos os concelhos do Alentejo e de parte do Ribatejo, e, posteriormente, nas regiões do Norte.

Este processo permitiu ao PC não só implantar-se realmente nos concelhos onde tinha um número importante de militantes, mas também nos outros — ou, pelo menos, conseguiu aumentar, nestes últimos, o número dos seus militantes. O Ministério do Trabalho, com efeito, não só intervinha directamente na realização de negociações, mas também, e quase sempre, na própria formação dos sindicatos — tudo isto naturalmente conjugado

com uma forte propaganda do partido. (Note-se, no entanto, que, nos primeiros tempos, numerosas comissões sindicais não eram controladas pelo PC; os delegados eram muitas vezes pouco politizados, e defendiam geralmente o PS. Mas, para além de se encontrar então em situação pouco favorável e de ter poucos militantes capazes de fomentar uma forte implantação, o PS não soube sequer aproveitar-se do comportamento daqueles delegados — e isso tornar-se-á evidente já por volta de 1975 (sobretudo após a tomada de posição do PS contra a reforma agrária), altura a partir da qual os sindicatos dos trabalhadores agrícolas serão definitivamente controlados pelo PC.

Duma maneira geral, o Ministério do Trabalho intervinha sempre na própria formação dos sindicatos e na correspondente estruturação da Inter. A sua presença nas reuniões era sistematicamente apresentada como resultante de um convite, sem direito a voto ou a decisões. Mas a superioridade de *discurso* dos representantes oficiais permitia-lhes amiúde impor vários pontos na ordem do dia, influências, etc. Todavia, apesar de todo este instrumental, o PC não deixou de deparar com certas dificuldades de percurso. E uma delas, por certo a mais importante, terá sido a acção directa dos assalariados, quer nos campos (Alentejo), quer nas fábricas.

O movimento de greves directas desencadeado após o golpe de Estado punha dois tipos de problemas ao PC. Na medida em que se tratava de greves reivindicativas, 'razoáveis', o processo era recuperá-las, para a seguir melhorar a implantação sindical (caso do estabelecimento do salário mínimo nacional). Mas nos casos de radicalização, o PC e a Inter não conseguiam recuperar com essa facilidade as acções, o que conduziu, frequentemente, a uma maior radicalização contra as tentativas de qualquer modo feitas de recuperação. Perante a relativa propagação de casos desta índole, o PC viu-se constrangido a tomar posições antigreve e de defesa incondicional do Governo contra o movimento que não podia controlar. A votação da lei antigreve, que incluiu o PC, e a intervenção do MFA contra os grevistas da TAP foram a parte mais visível deste processo.

Uma tal posição do PC veio a prejudicar largamente os seus objectivos de implantação. Mas a vitória é difícil mas é rossa, e as energias do PC virão mais uma vez a mostrar-se quando o partido, seguindo uma tática clássica, e que aliás todos os partidos políticos praticam, optou pelo entrismo nas CT's e outros organismos. O que é importante observar é que o PC, graças à decisão dos seus militantes, disporá sempre duma capacidade claramente superior de intervenção (é esta capacidade que enche de raiva os partidos de direita, porque a não têm, e não porque se oponham ao controlo, entrismo, deturpação e outros meios da acção política), conseguindo com isso refazer-se dos reverses que o atingem.

No caso das C.T.'s, e apesar duma certa reacção contra a manipulação partidária (o *apartidarismo* vem daí), o PC acabará por recuperar a maioria delas, que com ele acabavam por perder quaisquer veleidades revolucionárias. Além disso, o seu papel de gestão (das C.T.'s), no caso das empresas intervencionadas, tornava-se, com que oportunidade, uma espécie de órgãos subalternos da Intersindical. É assim que algumas C.T.'s até mudam de nome, passando a chamar-se comissões de defesa dos trabalhadores, comissões de unidade dos trabalhadores, etc.

Deste modo, o PC não só conseguirá vir a controlar organizações nascidas espontaneamente para a luta e pela luta, como acabará por as recuperar, imprimindo-lhes o seu estilo todo pessoal, com a formação do secretariado provisório das Comissões de Trabalhadores de Setúbal e Lisboa — sobre o qual o Comité Central do partido dispunha de um controlo directo e absoluto. Como veremos, estas C.T.'s burocratizadas não servirão apenas de enfeite.

Evidentemente, defender e desenvolver a Intersindical de nada serviriam se o PC não tivesse meios para a controlar. Recorde-se que, quando se dá o golpe de 25 de Abril, o PC só controlava três direcções sindicais, e o futuro MES uma. E embora a influência directa do Ministério do Trabalho e dos militantes do PC fosse importante, ainda assim se não mostrava suficiente para assegurar o seu domínio sobre todos os sindicatos no Continente e Ilhas. Vejamos portanto em que casos falhou o PC nesse controlo.

Acontecia por vezes, como vimos no caso do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, que os delegados, nos novos sindicatos constituídos, se encontravam, pelo menos no início, pouco politizados, e por isso se identificavam mais facilmente com o PS, sem no entanto terem qualquer ligação real com o PS. Este viria a beneficiar do 'fenómeno' por assim dizer a um nível puramente eleitoral (cf. os resultados eleitorais do PS nas eleições de 25 de Abril de 1975). Aliás, pode-se talvez explicar esta implantação 'superficial' do Partido Socialista tendo em conta a acção ideológica do MFA em torno da questão 'socialismo'. Este, para numerosos trabalhadores, constituía uma ideia vaga, mais definida como negação do fascismo, da ditadura, da prepotência, do que em termos, mais ou menos precisos, de uma nova sociedade; neste caso, mostrava-se possível ao PC recuperar pouco a pouco estes trabalhadores e assegurar sobre eles um controlo ideológico. Mas aconteceu também, como vimos, que da repressão desencadeada contra os movimentos que de início não obedeciam ao PC, resultou uma certa radicalização de certos sectores da classe operária, o que conduziu a que certos sindicatos escapassem mais ou menos definitivamente à influência da Inter. Foi assim, por ex., que o MRPP conseguiu uma pequena implantação sindical, na TAP e noutras empresas, o mesmo acontecendo com outros maoístas (os da futura UDP) na Lisnave e Stenave.

Por outro lado, os fracassos do PC, mais tarde, nas suas tentativas de controlar todos os sindicatos, veio a tomar outro aspecto. Tendo que mudar de atitude em relação ao movimento espontâneo do operariado, o PC teve que mobilizar todos os seus militantes para as tentativas de recuperação das C.T.'s — debilitando-se assim a sua capacidade de controlar, sem riscos, os sindicatos. Além disso, a sua actuação a nível do poder central, com vista à conquista do poder, fortalecia-se cada vez mais, com o apoio que ia granjeando no MFA, e isto levou os partidos de direita e o próprio PS a não poderem continuar a contar apenas com o apoio da burguesia para a partilha do poder. Tornava-se, para estes, muitíssimo insuficiente a luta a um nível estritamente político, de aparelhos, na qual deixava de poder intervir directamente a burguesia disponível. Era indispensável procurarem o apoio duma base social popular, e não só a nível meramente eleitoral.

Esta necessidade correspondia também a um certo desenvolvimento organizativo destes partidos, os quais, muito embora tivessem estado reduzidos a simples grupos de pressão no período imediatamente seguinte ao golpe de Estado, já começavam a contar com um número significativo de militantes em todo o país. O partido que se mostrará mais sensível a esta necessidade vai ser o PS, e, logo a seguir, o PPD. Por conseguinte, esta conjuntura (enfraquecimento da capacidade de controlo do PC, por virtude da prioridade dada à recuperação das C.T.'s, e o facto de o PS atacar a prioridade do 'trabalho sindical') irá permitir que o PS adquira uma certa implantação no contexto da Inter, sobretudo nos sectores próximos da pequena-burguesia assalariada (banca e serviços), conseguindo, por ex., ganhar a direcção do Sindicato dos Bancários do Sul, dos Seguros e dos Escritórios.

Prevendo o perigo desta dinâmica concorrente, o PC procura por todos os meios opor-se a tais tendências internas à Inter, traduzindo-se a sua acção de contra-ataque sobretudo na realização do Congresso da Inter-



HARPO MARX (chorando): O sin-di-di-caato tra-traíu a noooossa lu-lutaaa... Huáaa!

ELA (recriminando-o): Palmas! Deviam ter feito uma greve selvagem, qué prá aprenderem.

sindical, em Julho de 1975. Através do secretariado da Inter, o PC vai defender a conservação das estruturas sindicais horizontais herdadas do regime deposto, que correspondiam ao seu projecto de capitalismo de Estado (visto pensarem nesta altura poder tomar o poder central), e basear-se nas leis sindicais 'gonçalvistas', que apoiavam e legalizavam esse projecto. Ao mesmo tempo, assegurou um tipo de funcionamento interno impeditivo de qualquer expressão dos sectores políticos concorrentes ou da sua representatividade nos órgãos centrais. (Note-se, de passagem, que na sua recusa do direito de tendência o PC se via apoiado por quem já tinha o controlo de algumas direcções, podendo exprimir-se a nível central — caso do MES, que controlava a direcção dos Têxteis do Sul.)

Deve ainda realçar-se um outro facto: a falta relativa de controlo do PC sobre as suas próprias bases — que se mostrou visível num momento bem preciso, a partir da altura em que o partido deixou de poder controlar o Ministério do Trabalho (VI Governo Provisório, Setembro de 1975).

Como vimos, os sindicatos da Inter foram desenvolvidos por intermédio de negociações importantes com o patronato, fomentadas pelo M.T.; a importância dos resultados obtidos com essas negociações (novos CCT's e nova legislação do trabalho) dava a medida do alcance registado com o desenvolvimento da Intersindical: os trabalhadores que não eram antigos militantes do PC e que se tinham lançado no militandismo sindical (aceitando cargos de delegados sindicais, etc.), tinham-no feito atraídos mais pelos resultados das negociações

o que em virtude duma verdadeira convicção político-individual.

Ora a queda do V Governo Provisório marcava definitivamente o fracasso do PC no tocante à conquista do poder. E isto significava que, doravante, o iria ter de articular com outros — com o PS e forças da direita. Estava fora de questão derrubar pela força o VI Governo; o que era preciso era conquistar, dentro dele, uma posição mais vantajosa — ou a mais vantajosa possível. Esta política de 'apoio crítico' tornava-se portanto, de repente, uma contradição relativamente à sua política sindical anterior, já que o novo Ministério do Trabalho se recusava a continuar a negociar os CCT's, como antes o fizera o PC.

Desta atitude do novo M.T. resultou um desacordo declarado por parte da Inter, surgindo deste modo greves sindicais contra o Governo no sentido de pressionarem as negociações e a obtenção de novos CCT's. E estas greves mostraram-se tanto mais possível quanto o Exército, controlado ainda pelos sectores mais populistas do MFA, se recusava a intervir — criando-se uma situação em que o próprio Estado não dispunha de meios de repressão, não se aventurando a Polícia, por seu turno, a iniciativas de intervenção, visto a liderança do poder continuar nas mãos do MFA. Estas greves, pontualmente iniciadas logo a seguir à entrada em funções do VI Governo, (caso da dos trabalhadores agrícolas do distrito de Setúbal, lançada pelo sindicato agrícola daquele distrito no data de posse do Governo, *contra o Governo*, apesar da total oposição do PC) atingem o ponto mais forte com a greve sindical da construção civil, em Novembro de 1975, e o bloqueamento, pelos trabalhadores, dos deputados na Assembleia da República e do Governo.

A falha do PC no controlo das suas bases sindicais — neste caso, dos sindicatos da construção civil — chegou a atingir um tal ponto que o partido teve de recorrer, desta feita, a organizações operárias exteriores ao aparelho da Inter, isto é, ao secretariado provisório das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa, que directamente controlava. E, assim, alguns dias depois do fim daquela greve, o mesmo secretariado provisório lançava e organizava a grande manifestação de 16 de Novembro, para exprimir claramente a política do PC: 'contra um governo de direita, PPD fora do governo, contra a aliança da direita'. O que demonstra que, nesta altura, nem sequer o PC podia inteiramente impor a sua orientação política através do aparelho central da Intersindical.



O PÓS-25 DE NOVEMBRO. A INTER E A PARALISAÇÃO DAS LUTAS

O 25 de Novembro, e o período que se lhe segue, passaram claramente à luz do dia as contradições que o sindicalismo em Portugal tinha acumulado no período que decorreu entre o 25 de Abril de 1974 e o golpe militar 'eanista' — período este em que o PC teve uma responsabilidade essencial. Essas contradições foram tão fortes e *complicadas* entre si que marcaram de forma decisiva o movimento sindicalista em Portugal, fechado numa espécie de situação sem saída.

Antes de mais, o 25 de Novembro e os meses que se lhe seguiram fizeram fracassar a linha sindical defendida pela Inter, através do PCP, a partir do 25 de Abril. O congelamento das contratações colectivas decidido pelo Governo a 27 de Novembro pôs em causa uma grande parte das conquistas anteriormente conseguidas, em especial as últimas dos sindicatos da construção civil; e, sobretudo, marcava o ponto final das negociações através do Ministério do Trabalho. O fracasso era, de resto, visível: a Inter não mostrou qualquer capacidade de resposta à decisão governamental, e tudo se passou como se a central sindical fosse, de um dia para o outro, completamente paralisada — constringida a esperar com paciência que o Governo modificasse a sua decisão. Por um lado, o reaparecimento de um aparelho repressivo ao serviço do poder e do Governo (é isto que fundamentalmente caracteriza o 25 de Novembro: o controlo definitivo do Governo sobre os militares) tornava impossível qualquer tipo de greve sindical contra a governação; o novo aparelho repressivo obrigava as lutas a localizarem-se exclusivamente no terreno da empresa ou da unidade de produção ou de serviços.

Ora a Intersindical não estava preparada para este tipo de luta; pelo contrário, a sua estruturação horizontal herdada do fascismo, e bem conservada pelo PC, paralisava essas hipóteses de luta a partir do terreno da fábrica. Por outro lado, baseando-se no fracasso final das greves sindicais (anulação dos CCT's conquistados pelos operários da construção civil), o PC vai finalmente conseguir impor a sua linha política junto das suas bases. Tratava-se, para o partido, numa posição de completo recuo a nível do poder central, de demonstrar, por todos os meios, a sua inocência no golpe de 25 de Novembro.

Em segundo lugar, a vitória definitiva da democracia parlamentar, cuja classe dominante se via possuída pela ideologia social-democrata, ia pôr, inevitavelmente, o problema da reestruturação dos sindicatos na ordem do dia. De facto, a conservação duma estrutura horizontal da Intersindical só tinha, para o PC, razão de ser numa situação em que o partido preparava uma conquista total do poder e uma vitória do seu projecto de capitalismo de Estado, que considerava segura. Num situação em que a democracia parlamentar se tornava vitoriosa, era, pelo contrário, essencial para o PC dispor dum aparelho sindical forte e eficaz em lutas no terreno das unidades de produção. Do mesmo passo, este aparelho podia constituir um meio de assegurar um controlo eleitoral nada negligenciável junto dos trabalhadores, assegurando eficazmente, em troca, uma defesa reivindicativa nos limites aceitáveis pelo desenvolvimento capitalista; constituindo ainda, nalgumas situações muito particulares, um meio de pressionar o poder central (defendendo-se de certos ataques políticos, contra a repressão, por ex., etc.). É claro que nesta situação um aparelho sindical cujas estruturas o tornassem ineficaz, ou bastante ineficaz, no terreno das lutas locais de fábrica ou de empresa, não podia permitir que seguisse o movimento operário, que o fosse moldando — o que, naturalmente, poderia de sacreditar o PC no seio da classe operária.

Apesar disso, três anos depois do 25 de Novembro, a reestruturação da Intersindical nem por isso é muito visível. O PC mostrou-se sempre muito pouco interessado nisso.

Como vimos, com o desenvolvimento extremamente rápido dos sindicatos da Inter, o PC não conseguiu um controlo seguro das suas bases sindicais, e a experiência das greves entre Setembro e Novembro de 1975 conduziu-nos a adiantar o problema da reestruturação para melhor impor a sua linha de pacto social com o VI Governo, deixando assim a central sindical numa situação de quase total paralisação. Mas também é preciso notar que o PC se viu largamente ajudado para o estabelecimento desta linha pela ausência quase total de lutas espontâneas de fábrica — ausência esta em grande parte fruto duma certa desorientação da classe operária e da população em geral, após um intenso ano e meio de demagogia política e de generalizada confusão, de que não resultara grande coisa para além das *ninharias reivindicativas*. É óbvio que um movimento de lutas espontâneas como o de 74 teria obrigado o PC a encarar seriamente a reestruturação da Intersindical.

De resto, continuava a pôr-se como certa a luta de influências no interior da Inter, com alguns sectores que não conseguia controlar ou que, como já vimos, estavam controlados por outras organizações políticas (MES, UDP, PS, MRPP). O problema da reestruturação, por conseguinte, aparecia, tanto dum lado como do outro, como um meio de tomar posse das direcções sindicais.

Um exemplo: os casos actuais dos sindicatos dos Escritórios, controlados pelo PS, cuja posição consiste em opor-se à reestruturação com o intuito de conservar a direcção desses sindicatos, ao passo que a posição do PC é a da sua reestruturação (o que permitiria agregar os trabalhadores dos escritórios, presentes em todas as fábricas embora minoritariamente, aos outros sindicatos, que o PC controla perfeitamente). Um caso idêntico é o do actual Sindicato dos Professores: aqui, o PC opõe-se à reunião dos diversos sindicatos de professores numa federação nacional, na medida em que não teria o controlo da direcção, ficando em minoria a nível nacional, ao passo que controla as direcções do Sul.

O problema da luta de influências tornou-se, é claro, mais complicado com o aparecimento do movimento 'Carta Aberta' — que foi ainda o resultado das contradições acumuladas entre o 25 de Abril e o 25 de Novembro.

A 'Carta Aberta' surge na Primavera de 76; e embora seja ela também um produto de manipulações partidárias e de influências — que aliás acabaram por a destruir — nem por isso deixou de ser, no início, uma reacção de oposição mais ou menos sindicalista interna à Inter. A 'Carta Aberta', com efeito, punha em causa um certo número de contradições visíveis na Intersindical, reconhecidas e legalizadas no Congresso de Julho de 1975, em especial no respeitante à questão da democracia interna. A 'Carta Aberta', por ex., reivindicava o direito de tendência, a modificação do funcionamento e das modalidades de eleições.

Não nos interessa aqui analisar em detalhe a 'Carta Aberta', na medida em que se trata dum movimento puramente sindicalista, que não põe em causa o sindicalismo — de resto, não é por acaso que a 'C.A.' surge nos sectores próximos da pequena-burguesia assalariada (bancários, escritórios), onde existia uma certa reacção contra a política sindical do PC, que o PS soube aproveitar. Mas é evidente que a 'Carta Aberta' teve uma série de repercussões, conseguindo a adesão de alguns sindicatos ou grupos sindicais, a nível local, tornando-se assim um verdadeiro movimento no interior da Intersindical, e que iria constituir a possibilidade de realização da política sindical do PS: rapidamente organizada em movimento estruturado, a 'Carta Aberta' vai assim fornecer ao Partido Socialista o que lhe faltava.

A partir de então, controlando facilmente os órgãos centrais do que vai ser o embrião da futura central concorrente da Inter, o PS prepara o terreno para a sua implantação sindical. Uma primeira peça é o chamado 'documento Gonalves', de autoria do então ministro

do Trabalho, do PS. O documento não trazia novidades, mas expunha, dando-lhe um apoio oficial, mais ou menos o que eram as reivindicações da 'Carta Aberta' sobre a democracia nos sindicatos — e, sobretudo, propunha a formação de sindicatos paralelos onde quer que esta democracia não estivesse respeitada. Em contrapartida, a aceitação declarada do 'documento Gonalves' pela 'Carta Aberta' iria provocar, em grande parte, a queda desta última, criando uma enorme reacção — que a Inter apoiava, senão suscitava — contra a formação de sindicatos paralelos, encarados como um ataque frontal à unidade. Mas os dados estavam lançados, e o terreno preparado para o que viria a ser a UGT.

Claro que o insucesso da 'Carta Aberta' não foi, entretanto, devido apenas a razões emocionais ou ideológicas. Desde o 25 de Novembro, e sobretudo a partir da entrada em funções do governo homogêneo do PS (Julho de 1976), que este partido procurava, por absolutamente dele precisar, um interlocutor social de confiança a nível sindical — visto recusar qualquer compromisso com o PC. O PS utilizará assim a 'Carta Aberta' com esse fim, ignorando o secretariado da Inter e a própria Inter como se fossem inexistentes. Este comportamento não só acelera a queda da 'Carta Aberta' — que aparece cada vez mais claramente como negociadora da política de austeridade do PS (enorme aumento dos preços básicos, e subida muito débil dos salários) — como provocará uma reacção contra o PS no seio dos sindicatos que a 'C.A.' controla (bancários do Sul, escritórios, professores do Norte e Centro, etc.). E deste modo se ia repetir esta cansada história: da mesma maneira que o PS conseguira uma certa implantação naqueles sindicatos, como reacção à política sindical do PC, em 1976-77 o PPD-PSD conseguia recuperar esta mesma implantação do PS e controlar as novas direcções.

Além disso, a política do PS em relação à 'Carta Aberta' iria também provocar uma rutura no interior do partido, com a saída de Kalidás Barreto, duma facção de esquerda, e de grande número de militantes sindicais.

A partir daqui, a 'Carta Aberta' não seria mais do que os sindicatos controlados pelo PPD-PSD. Foi portanto muito fácil ao PC assegurar o seu poder no interior das cúpulas da Intersindical e no seio da maioria das suas bases, sem ter tido necessidade de fazer concessões importantes na sua estratégia sindical. Um poder que o PC vem mesmo a fortalecer no Congresso de Todos os Sindicatos, no início de 1977, ao conseguir a transformação da Inter em Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses/Intersindical Nacional. Uma transformação que era sobretudo uma mudança de nome, conservando-se intactas as antigas estruturas.

A criação da UGT, entretanto, — com a qual o PS, derrotado, procura criar um novo fôlego* e o PSD estender laboralmente a sua base de apoio — veio clarificar o terreno do sindicalismo hoje. Uma central única constituía um anacronismo. Assim como os consumidores, nas sociedades de moderno capitalismo, devem ter acesso a uma pluralidade de mercadorias, produto da actividade alienada dos proletários, assim os cidadãos devem ter acesso a uma pluralidade de partidos políticos, e a mão-de-obra a uma pluralidade de sindicatos. É esta pluralidade que faz a civilização, verdadeiramente, da vida alienada: o capitalismo deve ser democrático para que o capital melhor e mais eficazmente se reproduza e acumule.

(*) Em fins de 78, o PS, derrotadíssimo a nível político, sindical e eleitoral, concentra as suas energias no lançamento da UGT e consegue reunir nesta central à volta de 50 sindicatos — contra 250 da CGTP. Este novo fôlego parece aliás ser também o do sindicalismo. Numa entrevista ao *Expresso* (20-1-79), um dos jovens burocratas da jovem central explicava, com efeito, o seguinte: 'quando os trabalhadores compreendem que o seu sindicato nada mais lhes dá do que a contratação colectiva, acabam por concluir que não vale a pena estarem sindicalizados e descontarem quotas. É necessário (...) demonstrar que, para além da contratação colectiva, os sindicatos são importantes.'

CONCLUSÃO E MORAL DA HISTÓRIA

Se é um facto que ao longo da I República (1910-26) os sindicatos — então chamados associações de classe — tiveram um papel preponderante nas atitudes revolucionárias do proletariado, o mesmo já se não pode dizer durante e após o fascismo.

Sobretudo após o 25 de Abril, na nova situação democrática do capitalismo, torna-se explícita a função dos sindicatos. Libertos dos condicionalismos reaccionistas do fascismo, vão passar a ser as estruturas que oficialmente, e como especialistas, organizam e defendem os interesses não-revolucionários dos trabalhadores. Os sindicatos — e o sindicalismo —, como em qualquer outra parte do mundo civilizado, e sobretudo nos países de capitalismo democrático, são hoje organismos de 'gestão social', cuja razão de ser consiste em negociar a sobrevivência da mão-de-obra com o patronato e o Estado. Com efeito, os sindicatos têm interesse em que os assalariados lutem — desde, porém, que as suas reivindicações não ultrapassem a lógica do *desenvolvimento* capitalista. Mesmo que fomentem greves, isso implica sempre que essas greves justifiquem o seu papel de negociadores da mercadoria força de trabalho. E, sendo assim, o modo de produção capitalista não pode, na óptica dos sindicatos, *ser posto em causa*, porque põ-lo em causa conduz a destruí-lo — e destruir o modo de produção capitalista significa destruir as suas instituições, de que os sindicatos fazem parte. Esta situação real conduz inevitavelmente a uma identificação de interesses a longo prazo entre o patronato e o Estado e os sindicatos.

Que alternativa, pois, poderá perguntar-se?

Perante as características *necessariamente reformistas* dos sindicatos e dos seus mentores políticos, o anarco-sindicalismo apresenta — se hoje — por *ter sido* outra coisa — como uma alternativa, por aqueles que o defendem. Esta corrente — que na realidade tem existência em Espanha, e pouco mais — critica os sindicatos 'normais' como correntes de transmissão dos partidos políticos ou dos Estados e o seu funcionamento burocrático. Mas o facto de serem independentes dos partidos políticos permitirá que os sindicatos sejam estruturas revolucionárias?

Vimos como a CGT, no seu tempo, desempenhou funções de carácter revolucionário, perspectivando a sua acção no sentido duma livre associação dos trabalhadores, após a abolição do regime de salariato e do Estado. Poder-se-á, porém, perante as condições do capitalismo moderno, reproduzir as formas de luta do passado? A concentração excessiva do capital e o desenvolvimento tecnológico das grandes empresas, a banalização generalizada do trabalho assalariado, o peso cada vez mais decisivo das instituições estatais, tornam insuficientes estruturas de luta *sindicalis* — isto é, profissionais. O caso da CNT, em Espanha, parece-nos evidente: presa, pela sua lógica reivindicacionista, à lógica do capitalismo moderno — duma capacidade dinâmica (integradora) incomparavelmente superior à dos anos 20-30 —, a CNT é inevitavelmente conduzida à luta pela defesa do trabalho e das profissões (na última paralisação dos empregados das bombas de gasolina, em Barcelona, apoiada pela CNT, esta reivindicava, significativamente, o 'direito ao trabalho digno').

Esta lógica, como é óbvio, conduz a médio e a longo prazo à reprodução — mesmo que não seja essa a intenção declarada — das estruturas dominantes do sistema social. Isto é, que exigem chefes, hierarquia, divisão social do trabalho — e o seu corolário, a actividade alienada dos indivíduos.

O projecto revolucionário do nosso tempo é isto precisamente que, para o ser, tem pela frente: a alienação dos indivíduos, a sua transformação em mera mão-de-obra. Já não se pode ser revolucionário sem se exercer a crítica teórica e a crítica em actos da *totalidade* da existência que nos é imposta — da família à escola, do trabalho à loucura. O espaço das liberdades relativas reduz-se em todos os aspectos da nossa sobrevivência.

JOÃO BERNARDO

Marx crítico de Marx

LIVRO PRIMEIRO

Epistemologia, classes sociais e tecnologia
em "O Capital"

3 VOLUMES

AFRONTAMENTO/PORTO
Junho 1977

'Investigações recentes mostram que o comportamento dos macacos e símios observados directamente nos seus habitats primitivos, apresentam semelhança surpreendentes com o comportamento humano e é, em muitos pontos essenciais, idêntico ao dos nossos antepassados que os habitavam. Dispõem de tradições, muitas vezes sofisticadas, de líderes, de hierarquias bem estabelecidas, e sobretudo, conso- mem um tempo considerável a manter e a melhorar o seu estatuto social.'

Do livro Tire a Mãe da Boca, 1978



Da Política

Diariamente, surgem-nos aos ouvidos e perante os olhos discursos cuja transcendência, seriedade e alto humanismo manifestam um subido grau de inteligência nacional, em particular nesse monumento de elevação patriótica que é a nossa Assembleia da República, espaço por excelência de discursividade sublime.

Porém, incrédulos por vezes, ficamos, com frequência, 'de pé atrás' perante as verdades que ali ressoam. Sem qualquer razão válida — diga-se desde já, mas apenas sob a nefasta influência disso a que podemos chamar o duvidar da Política, e que gravíssimo erro representa, para as gentes e a grei desta Nação com oito séculos duma história cujos reveses estão longe de superar seus altos feitos.

É certo, a Assembleia da República — o Parlamento, como lhe chamam povos mais bárbaros — constitui um lugar de confrontos. O que poderia levar-nos a julgá-la, quão erroneamente!, como algo de repugnante. Porque o realismo e a civilizada moderação dos deputados sô, pelo contrário, bem pelo contrário, nos podem levar a reflectir: Assim fossem, ah! assim fossem os confrontos no país real, no seio dessa turba que nunca se sabe o que pode fazer, levada pelos desvarios da espontaneidade, quantas vezes, à destruição dos valores da civilização! Escola de civismo e das virtudes do patriotismo mais autêntico, é, isso sim, o que para nós representa o Parlamento.

* * *

Sr. Presidente, meus senhores, não está no meu feitio a ambiguidade. E por isso a minha proposta é esta: deve-se plantar trigo moscovita na zona de intervenção da Reforma Agrária, pois este trigo produz no mínimo 4 mil toneladas por centímetro quadrado. Dever-se-á também, e isto a curto prazo, plantar neve por todo o país, pois ela é a base do progresso, como se pode ver por aquela que é a pátria das pátrias.

Ouvem-se exclamações de 'à morte! à morte! enforcado seja já!', nas bancadas da direita, e 'vivávante! vivávante! lixemos os merdantes!'

Segue-se outro deputado, o deputado Implacável. 'O povo não quer este governo porque este governo usa gravatas cor de laranja, e o povo não tem dinheiro para comprar melões, quanto mais laranjas! Este governo é, de toda a evidência, um governo de direita: basta saber que os automóveis continuam a andar pela direita. Quanto a perguntas, as do povo são estas e mais nenhuma: para quando gravatas vermelhas — que aliás a Constituição consagra? Para quando uma lei que obrigue, de forma indiscutivelmente revolucionária, o céu a ser vermelho 24 horas por dia? Para quando uma lei que faça os carros andar pelo lado lado esquerdo? São estas as verdadeiras ambições do povo trabalhador deste país, e se o governo quiser provar alguma coisa, que a elas responda.'

Por entre um silêncio embaraçado em todas as bancadas, é dada a palavra ao deputado Martelo Dentado, acolhido por uma chuva de aplausos.

'Nós votamos no Governo. E as nossas razões são claras. A palavra governo resulta, com efeito, da desagregação assimpota de glu-verno. Ora glu-verno é um termo de origem latina, o qual indica o acto de beber; quanto a verno, trata-se, Srs. Deputados, de um termo de origem ovniológica, que significa 'no planeta Aguardente', Inverno. Assim, parece existir uma lógica evidente na nossa opção, pois 'Governo' significa 'beber aguardente no Inverno'.'

A erudição, já conhecida, do Sr. Deputado Dentado, provoca, desta vez, reacções as mais díspares. Assim, enquanto alguns sectores o aclamam, atirando-lhe beijinhos na ponta dos dedos, outros chamam-lhe claramente 'cabeça-de-abóbora' e até 'cagalhão sem dentes'.

A terminar, o chefe do Governo indigitado sobe à tribuna para explicações aos Srs.

Deputados e crítica das acusações feitas ao Programa do Governo.

‘Começo por responder ao Sr. Deputado Implacável. Considero erradas as suas afirmações, pois penso — e nisto a Nação apoiar-me-á sem dúvida — que o vermelho é uma cor extremamente privilegiada. E se não, vejamos: não é verdade que o sangue, base de toda a vida animal, é vermelho? É minha intenção acabar com este privilégio durante o meu mandato, e para isso tenho já em preparação um decreto-lei contra o sangue e o seu monolitismo ideológico.’ (O Sr. Deputado Implacável abandona a sala, em solidariedade com o sangue.) Quanto à exposição do Sr. Deputado Martelo Dentado, devo dizer que me pareceram extremamente lúcidas, demonstrativas de uma alta formação moral, intelectual e aguardental, termo que significa aliás, na terminologia do planeta Aguardente, simplesmente garrafal.’

A sessão é encerrada com um enorme peido lúbrico, que provoca, inesperadamente, uma debandada geral. São chamados os bombeiros voluntários de Ribacôa, que se vêem obrigados a entrar com as agulhetas na secretaria-geral. O ambiente é tenso. Muitos dos Srs. Deputados desmaiam.



«ANGOLA É NOVA»

Como era de prever, o mito do *socialismo em realização*, na sua já fulgurante carreira de mais de meio século, deu novos passos nas ex-colónias portuguesas. Com Angola e Moçambique, sobretudo, a velha *imagerie* reacendeu-se. Afimar-se partidário do socialismo é estar a par da moda europeia em África. Mais ou menos de norte a sul, sem pestanejar, quase todos os chefes de Estado e as suas nêveis burguesias se declaram ostensivamente seguidores dessa nobre *via para o desenvolvimento nacional*. Alguns misturam o *socialismo* com aspectos da negritude, rebuscando autenticidades que mais não são do que formas tradicionais despóticas, com o objectivo *real* de explorarem *mais facilmente* as massas trabalhadoras através de ideologias de índole mais ou menos mística.

Os partidários do *socialismo* de 'modelo soviético' não lhes ficam atrás, procedendo, estes, à estatização dos sectores básicos da economia como atalho mais curto para a transição para o *capitalismo de Estado*. Assim sendo, as novas classes dominantes abandonaram, naturalmente, a discussão da luta de classes como factor do desenvolvimento histórico.

Se há dirigentes desacreditados junto da população e dos meios de esquerda, os partidários da 'via soviética' ainda aparecem, apesar de tudo, como revolucionários, e isto porque os novos regimes são encarados como algo *no-vo*. Servindo-se do seu passado anticolonialista, a sua autoridade, enquanto porta-vozes dos regimes que encarnam, não deixou de merecer todo o crédito junto das populações que governam. Um crédito que, junto dos sectores de esquerda e extrema-esquerda, apoiantes destes regimes, até se revigora.

Quer o PCP quer os esquerdistas exerceram aliás bastante influência ideológica junto do MPLA entre Maio de 1974 e Maio de 1977, sobretudo na forma como foi reestruturado o MPLA nos centros urbanos, onde dirigiram um movimento de massas inicialmente espontâneo para a expulsão dos comerciantes brancos dos muçequês, e na autodefesa militar dos bairros contra as patrulhas do exército português e, mais tarde, contra o ELNA, o exército da FNLA. Nesta influência sobre o MPLA, o PCP e parte da extrema-esquerda portuguesa reproduziam as lutas intestinas dos partidos em Lisboa quanto ao modo de ser levada a cabo 'a revolução em Angola', que o PC acabou por ganhar com a expulsão das tendências esquerdistas do MPLA. Isto justificava-se pela necessidade de o Estado 'soviético' controlar o MPLA, perante a incisão de Agostinho Neto/Lúcio Lara quanto a manterem um compromisso com o bloco 'soviético', ditada pelo receio de afugentarem os investimentos ocidentais.

A LUTA PELO PODER

Após a cessação da luta de guerrilha contra o exército colonialista português, a FNLA, o MPLA e a UNITA lançam-se na luta propagandística em busca de apoio popular fora das suas zonas de influência étnica respectivas — onde cometeram os maiores 'disparates' por levarem consigo, todos eles, o egocentrismo étnico como modelo daquilo que pensavam ser o combate ao tribalismo, desprezando os valores culturais de outras regiões. Esta política conduziu a um resultado que convém reter: a adesão aos partidos políticos deu-se por motivações étnicas e não políticas. No caso do MPLA, entretanto, esta verdade é menos linear, porque conseguiu a adesão nos centros urbanos, fora da sua zona étnica, a generalidade da pequena-burguesia que vivia do contacto directo com as autoridades coloniais.

A luta pelo poder centra-se no controlo do território, opondo, de um lado, o MPLA, e, do outro, a FNLA e a UNITA, transformando esta luta interpartidária a questão do 'poder popular'. Este, basicamente, consistiu num movimento espontâneo e maciço por reivindicações tais como 40 horas semanais de trabalho, direito à greve, assistência médica, defesa contra a agressão dos militares do ELNA, formação de cooperativas de consumo nos bairros e locais de trabalho, principalmente em cidades como Luanda e Benguela, já que no centro interior e no norte a UNITA e a FNLA dominavam. O MPLA serve-se desse movimento de massas para expulsar a FNLA e a UNITA das províncias de Luanda, Cabinda, Malange, Quanza Norte, Benguela, Moçamedes, Quanza Sul e Lunda, acusando-as de servas do imperialismo norte-americano e defendendo a bandeira ideológica da *independência nacional*. Expulsa a FNLA do centro e sul, e reduzida a UNITA às províncias de Huambo e Bié,

o MPLA pode apoderar-se da máquina estatal abandonada pelos portugueses e empenha-se na guerra contra a agressão estrangeira. Ao mesmo tempo, a UNITA e a FNLA procuram apoio estrangeiro com a finalidade de recuperarem o poder que fica nas mãos do MPLA.

A guerra civil transforma-se deste modo num palco de luta internacional, disputada Angola pelas duas zonas do capitalismo mundial. O resultado desta guerra não pode assim apresentar-se como uma libertação social popular; apenas alterou a dependência de Angola. A guerra, no seu processo, conduziu já, de resto, — a confirmar — que estava em luta — a perda das liberdades adquiridas — à queda do regime colonialista português (direito à greve, liberdade de expressão, de circulação, etc.), porque, a partir de então, para as novas autoridades no poder o lema passou a ser: 'quando se faz a guerra, não há lugar para a discussão'.

É assim que o epítlogo desta guerra civil se consubstancia na hegemonia do MPLA no poder, ficando de fora as pretensões da FNLA e da UNITA. Como se sabe, esta situação só se tornou possível devido à participação militar cubana e russa.

Paralelamente, começam a surgir lutas internas no seio do MPLA, dirigidas contra a sua direcção, com base nos problemas da fome e da corrupção e na questão da hierarquia no seio do Exército e do partido. A facção de Nito Alves surge a liderar essa contestação, apoiando a pequena-burguesia que não tinha tido possibilidades de promoção à burocracia estatal. Nesta tentativa de golpe, a facção nitista contou com apoio russo e de certos países africanos, nomeadamente da Nigéria, por motivos racionais (a Nigéria é apologista da governação exclusivamente negra).

É assim que a remodelação ocorrida em Dezembro de 1978 não tem propriamente a ver com uma abertura diplomática em relação aos Estados Unidos, mas sim com o aniquilamento de tendências no seio do MPLA e com um reforço das posições da direcção Neto/Lara. Porém, nem por isso acabaram as tensões no seio do partido quanto à forma de conduzir o governo, persistindo divergências quanto a isso, e também quanto à presença cubana, que está longe de ser pacífica. Por outro lado, com o afastamento de Lopo do Nascimento e de Di-Iowa, e a equiparação dos comissários provinciais à categoria de ministros, Neto passa a dispor dum controlo mais directo da situação nas províncias, e a não ter problemas graves de contestação interna, já que os novos membros do Governo garantem, à direcção central, um servilismo mais acentuado.

O CAPITALISMO DE ESTADO

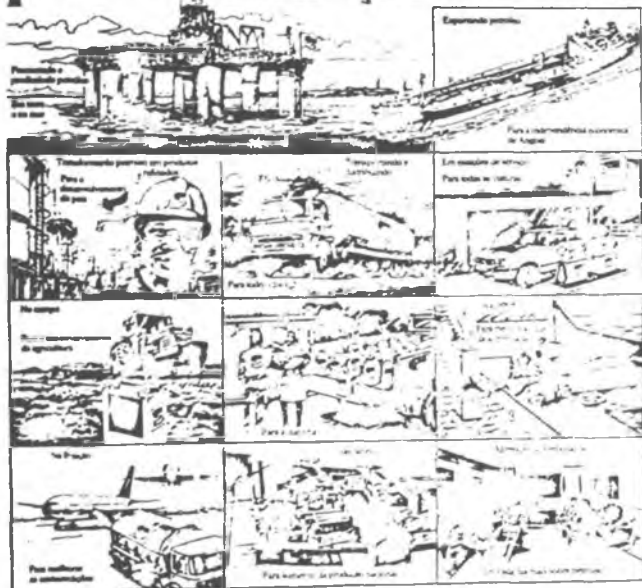
A política colonialista portuguesa, de expropriação de terras e bens, estrangulou a burguesia africana que começava a querer desenvolver-se nos fins do século XIX — uma burguesia latifundiária e colonial, que no Brasil procurava um certo apoio para as suas aspirações políticas.

São os filhos dessa burguesia expropriada da cidade e dos campos que, mais tarde, irão reivindicar, de forma organizada, a autonomia em relação a Portugal e posteriormente conduzir a insurreição armada contra o colonialismo português.

O desencadear da luta armada força o Estado português a intensificar a sua presença militar, e a um em o maior de colonos com vista a uma maior implantação de colonatos, procedendo, ao mesmo tempo, a uma abertura mais franca aos capitais estrangeiros e também portugueses, o que veio a traduzir-se num relativo desenvolvimento das forças produtivas em Angola. Perante a luta armada, o Estado português é ainda forçado a equiparar a colónia a uma 'província', a criar infraestruturas para o desenvolvimento dum burguesia europeia detentora dos meios de produção, a modernizar a existência dos africanos, criando neles uma imagem fictícia de liberdade e uma cultura europeizante, a introduzir a escolaridade junto dos africanos com vista ao funcionalismo público e a parte do sector terciário.

No entanto, a falta de poder económico por parte da burguesia africana, a falta de quadros, o exodo dos pequenos proprietários, a guerra civil, criaram algumas das condições para a implantação dum capitalismo de Estado por parte do MPLA, permitindo este a formação dum burguesia de Estado e um desenvolvimento mais rápido da máquina burocrática a partir do antigo aparelho colonial. Esta operação em processo é acompanhada e facilitada pelo discurso anti-imperialista abstracto e pelo nacionalismo *intransigente*, que procuram legitimar o reforço do Estado.

Como contribuem os trabalhadores da "Sonangol" para a reconstrução nacional?



Natureza há pouco tempo
Estava a crescer de dia para dia
Angola a crescer



Este é o símbolo da Empresa Nacional de Petróleos.
Onde vivem e trabalham os trabalhadores da
SONANGOL, trabalhando para Angola e para o

SONANGOL

PRODUÇÃO & REPRESSÃO

Sob a palavra de ordem 'produzir é resistir', o MPLA montou uma indispensável ditadura militar e ideológica contra a classe trabalhadora. No domínio material, a proibição do direito à greve, de mudança de emprego sem autorização do ministério respectivo e a coação junto de quem não participa na 'emulação socialista', são os elementos imediatos dessa ditadura popular. No campo ideológico, são as lavagens ao cérebro da propaganda banalizada. Toda esta actuação repressiva procura evidentemente escamotear os problemas internos, responsabilizando por todos os falhanços o imperialismo.

Toda a produção é dirigida pelos chefes dos comités de vigilância (B), bem como o consumo. Os lucros da exploração desse trabalho são repartidos entre os membros da burguesia de Estado, desenvolvendo-se, com base neles, um conjunto de privilégios; por isso, são normais o nepotismo, a especulação, o enriquecimento pessoal. Quando reivindicam melhorias das condições de trabalho ou de salários, os operários são espancados — nas fábricas, nos portos, os operários das herdades agrícolas. Muitos trabalhadores são levados para campos de trabalho e 'reeducação', após rusgas organizadas pela polícia civil ou do Exército. Nesses campos, as condições de sobrevivência são extremamente desumanas. Em determinadas regiões onde exista uma produção específica, os trabalhadores vivem em regime militar, sem recursos para se defenderem, pois isso seria considerado um atentado à 'economia socialista'. Nessas locais existe como que um Estado dentro do Estado, como na Cabinda Gulf Oil Co ou na Diamang; aqui, o Governo dividiu a província de Lunda em duas partes, interditando a vida civil na parte norte em virtude da exploração diamantífera. Essa medida, por ex., forçou milhares de pessoas a abandonarem a região, por não trabalharem nas minas.

COBIÇAS E EXIGÊNCIAS DO IMPERIALISMO

A posição geográfica de Angola no domínio militar e o seu potencial de riquezas naturais continua, entretanto, a ser alvo dos apetites das potências imperialistas, que voltam a querer repartir Angola entre si e a fazer exigências de todo o tipo ao Governo. Os russos aproveitam-se da sua posição estratégica para fazer de Angola uma base naval de abastecimento aos seus navios e para tentar o domínio das rotas do Atlântico Sul. O Ocidente procura repartir entre si a exploração de matérias brutas e apoiar-se em forças internas no seio do MPLA, com vista a pressionar a mudança da actual correlação de forças, a levar a um abrandamento das reivindicações populares da Namíbia e do Zimbábue e a obrigar o MPLA a reconciliar-se com o Zaire. É sob o consenso do imperialismo que é feita a reconciliação Angola-Zaire, para evitar o colapso do empreendimento mineiro da região do Shaba e a paralisação do caminho de ferro de Berguela.

Angola compromete-se assim a desarmar os gendarmes ca-tangueses e a impedir que estes invadam o Zaire. O Zaire, em troca, proíbe a livre circulação e a actividade da FIMLA. Perante a constante ameaça de invasão pela África do Sul, Neto aceita o plano ocidental para a Namíbia, levando a SWAPO a tornar mais brandas as suas exigências políticas de forma a poder exercer actividades militares junto à fronteira de Angola. Em troca, o regime angolano recebe apoio tecnológico da Alemanha Federal, França, Bélgica, Estados Unidos, Grã-Bretanha e Canadá...

Lancada no xadrez das forças movediças internacionais, Angola porta-se como pode: como lho exige o seu próprio regime, que é o desenvolvimento normal do capitalismo numa zona não estabilizada. O fim do colonialismo português foi um progresso sobretudo político; a sociedade angolana clarificou-se, os trabalhadores já não têm pela frente um inimigo estrangeiro, mas uma classe dominante interna, feita da massa do mesmo sangue. A vitória, agora, poderá ser mesmo imediata.



São a burguesia estatal e a pequena-burguesia quem usufrui os bens nacionais e estrangeiros de consumo, num país onde o 'custo de vida' subiu cerca de 250% em relação a 1973 no respeitante aos produtos de primeira necessidade. Esta situação conduziu ao aumento da criminalidade nos principais centros urbanos e a que o 'lumpen' ingressasse no Exército para sobreviver. A desproporção salarial e de rendimentos contribui grandemente para esse 'fenómeno'. Um ministro ganha 25 000 Kw, um funcionário da alta hierarquia 20 000 Kw, um operário qualificado entre 7 a 10 000 Kw, um trabalhador rural uma média de 4000 Kw. Esta disparidade é um dos factores que conduz um grande número de trabalhadores a uma resistência passiva e, por vezes, à destruição de máquinas.

SOLDÃO

*Cada vez estou mais só, mais abandonado.
Pouco a pouco quebram-se-me todos os laços.
Em breve ficarei sózinho.*

O meu pior mal é que não consigo nunca esquecer a minha presença metafísica na vida. De aí a timidez transcendental que me atemoriza todos os gestos, que tira a todas as minhas frases o sangue da simplicidade, da emoção directa.

Há entre mim e o mundo uma névoa que impede que eu veja as coisas como verdadeiramente são — como são para os outros.

Sinto isto.



*textos inéditos
Fernando Pessoa*



AUTOCENTRISMO E INDEFINIÇÃO



É necessário agora que eu diga que espécie de homem sou. Meu nome, não importa, nem qualquer outro pormenor exterior meu próprio. Devo falar de meu carácter.

A constituição inteira de meu espirito é de hesitação e de dúvida. Nada é ou pode ser positivo para mim; todas as coisas oscilam em torno de mim, e, com elas uma incerteza para comigo mesmo. Tudo para mim é incoerência e mudança. Tudo é mistério e tudo está cheio de significado. Todas as coisas são "desconhecidas", simbólicas do Desconhecido. Em consequência, o horror, o mistério, o medo por demais inteligente.

Pelas minhas próprias tendências naturais, pelo ambiente que me cercou a infância, pela influência dos estudos realizados sob o impulso delas (dessas mesmas tendências), por tudo isto meu carácter é da espécie interiorizada, concentrada, muda, não auto-suficiente, mas perdida em si mesma. Toda a minha vida tem sido de passividade e de sonho. Todo o meu carácter consiste no ódio, no horror, na incapacidade que invade tudo quanto em mim existe, física e mentalmente, para actos decisivos, para pensamentos definidos. Nunca tive uma decisão nascida de um autocomando, nunca uma denúncia exterior de uma vontade consciente. Todos os meus escritos ficaram inacabados; sempre novos pensamentos se interpunham, associações de ideias extraordinárias e inexcluíveis, de término infinito. Não posso evitar o ódio que têm meus pensamentos de ir até ao fim; a respeito de uma simples coisa, surgem dez mil pensamentos e milhares de interassociações com esses dez mil pensamentos e careço de vontade de eliminá-los ou detê-los, nem tão pouco de reuni-los num pensamento central, onde seus pormenores sem importância mas associados podem-se perder. Introduzem-se em mim; não são pensamentos meus, mas pensamentos que passam através de mim. Não pondero, sonho; não me sinto inspirado, deliro. Sei pintar, mas nunca pintei; sei compôr música, mas nunca compus. Estranhas concepções em três artes, amáveis afaços de imaginação acariciam meu cérebro; mas deixo-os ali dormir até que morram, pois não tenho poder de corporificá-los, de torná-los coisas do mundo exterior.

textos inéditos
Fernando Pessoa

O carácter de minha mente é tal que odeio os começos e os fins das coisas, porque são pontos definidos. Aflige-me a ideia de que se descubra uma solução para os mais altos e mais nobres problemas de ciência e filosofia; horroriza-me a ideia de que uma coisa qualquer possa ser determinada por Deus ou pelo mundo. Enlouquece-me a ideia de que as coisas mais momentosas possam realizar-se, de que se encontrasse uma solução para os males da sociedade, mas nas suas concepções. Contudo não sou mau nem cruel; sou louco e isso dum modo difícil de conceber.

Embora tenha sido um leitor voraz e ardente, não me lembro contudo de nenhum livro que tenha lido a tal ponto eram minhas leituras estados de minha própria mente, sonhos meus, e mais ainda provocações de sonhos. Minha própria recordação de acontecimentos, de coisas exteriores, é vaga, mais do que incoerente. Estremeço ao pensar quão conservo em mente do que tem sido minha vida passada. Eu, o homem que afirma que o hoje é um sonho, sou menos do que uma coisa de hoje.



DO CONTRADIÇÃO COMO TERAPÊUTICA DE LIBERTAÇÃO

Recentemente, entre a poeira de algumas campanhas políticas, tomou de novo relevo aquele grosseiro hábito de polemista que consiste em levar a mal a uma criatura que ela mude de partido, uma ou mais vezes, ou que se contradiga, frequentemente. A gente inferior que usa opiniões continua a empregar esse argumento como se ele fosse depreciativo. Talvez não seja tarde para estabelecer, sobre tão delicado assunto do trato intelectual, a verdadeira atitude científica.

Se há facto estranho e inexplicável é que uma criatura de inteligência e sensibilidade se mantenha sempre sentado sobre a mesma opi-

textos inéditas
Fernando Pessoa

não, sempre coerente consigo próprio. A contínua transformação de tudo dá-se também no nosso corpo, e dá-se no nosso cérebro consequentemente. Como então sendo por doença, cair e reincidir na anormalidade de querer pensar hoje a mesma coisa que se pensou ontem, quando não só o cérebro de hoje já não é o de ontem, mas nem sequer o dia de hoje é o de ontem? Ser coerente é uma doença, um atavismo, talvez; data de antepassados animais em cujo estágio de evolução tal desgraça seria natural.

A coerência, a convicção, a certeza são além disso, demonstrações evidentes -- quantas vezes escusadas -- de falta de educação. É uma falta de cortesia com os outros ser sempre o mesmo à vista deles; é magá-los, apoquentá-los com a nossa falta de variedade.

Uma criatura de nervos modernos, de inteligência sem cortinas, de sensibilidade acordada, tem a obrigação cerebral de mudar de opinião e de certeza várias vezes no mesmo dia. Deve ter não crenças religiosas, opiniões políticas, predilecções literárias, mas sensações religiosas, impressões políticas, impulsos de admiração literária. Certos estados de alma da luz, certas atitudes da paisagem têm, sobretudo quando excessivos, o direito de exigir a quem está diante deles determinadas opiniões políticas, religiosas e artísticas, aqueles que eles insinuem, e que variarão, como é de entender, consoante esse exterior varie. O homem disciplinado e culto faz da sua sensibilidade e da sua inteligência espelhos do ambiente transitório: é republicano de manhã, e monárquico ao crepúsculo; ateu sob um sol descoberto, e católico ultramontano a certas horas de sombra e de silêncio; e não podendo admitir senão Mallarmé àqueles momentos do anoitecer citadino em que desabrocham as luzes, ele deve sentir todo o simbolismo uma invenção de louco quando, ante uma solidão de mar, ele não souber de mais do que a "Odisseia".

Convicções profundas, só as têm as criaturas superficiais. Os que não reparam para as coisas quase que as vêem apenas para não esbarrar nelas, esses são sempre da mesma opinião, são os íntegros e os coerentes. A política e a religião gastam d'essa lenha, e é por isso que ardem tão mal ante a Verdade e a Vida.

Quando é que despertaremos para a justa noção de que política, religião e vida social são apenas graus inferiores e plebeus da estética -- a estética dos que ainda a não podem ter? Só quando uma humanidade



*textos inéditos
Fernando Pessoa*

*livre dos preconceitos de sinceridade e coerência
tiver acostumado as suas sensações a viverem inde-
pendentemente, se poderá conseguir qualquer coisa de
beleza, elegância e serenidade na vida.*



O LAZER AGITADO DA VIDA MODERNA

*Se hesitamos em ter dó do toxicômano que se satura de cocaína,
por que haveríamos de ter dó desses toxicômanos ainda mais estlípi-
dos, que absorvem velocidade em vez de cocaína?*

*Nos tempos da Renascença, a vida era mais ligeira e mais sadiamen-
te febril do que nos nossos. Sir Philip Sidney foi embaixador aos
dezasseis anos (...).*

*A lentidão de nossa vida é tal que não nos consideramos velhos aos
quarenta anos. A velocidade dos veículos arrebatou a velocidade de
nossas almas. Vivemos muito lentamente e é por isso que tão facil-
mente nos entendamos. A vida tornou-se para nós o campo. Não traba-
lhamos bastante e pretendemos trabalhar demais. Movemo-nos muito rá-
pidamente de um ponto onde nada está sendo feito para outro ponto on-
de não há nada a fazer, e chamamos isto a pressa febril da vida mo-
derna. Não é a febre da pressa, mas a pressa da febre.*

*A vida moderna é um ócio agitado, uma fuga dentro da agitação ao
movimento ordenado.*

CARACTERÍSTICAS DE NOSSA ÉPOCA

*A improbidade profissional e a ineficiência são talvez as caracte-
rísticas distintivas de nossa época. O antigo artesão tinha de fazer
trabalho; o actual operário tem de fazer uma máquina trabalhar. É um
mero capataz de escravos dos metais; torna-se tão casca-grossa como
um capataz de escravos, porém menos interessante, porque nem pode mes-
mo ser chamado um tirano.*

*Textos inéditos
Fernando Pessoa*



Como o capataz de escravos torna-se um escravo da capatazia de escravos e assim passa a ter a mentalidade de um escravo, embora um escravo de mais sorte, de modo que o capataz de máquinas torna-se uma mera alavanca báltica, de uma espécie de dispositivo de arranque adaptado a um motor. Participar da produção em massa pode ainda deixar que um homem seja um ser humano decente; na realidade, é uma coisa tão vil que não é necessário que ela o afecte. Mas participar da produção em massa não permite que um homem seja um operário humano decente.

A eficiência é menos complexa hoje. A ineficiência pode, portanto, facilmente passar por eficiência e ser, na verdade, eficiente.

As únicas artes e ofícios em que vemos algum esforço pela perfeição ou pela realização são a ausência de artes e ofícios — isto é, daquelas actividades que eram chamadas esportes e jogos e costumavam ser consideradas, não como coisas em que se pretendia lutar por alguma coisa, mas coisas em que descansar da luta. É fútil citar os gregos. Os gregos lutavam por ser perfeitos em tudo quanto faziam — nos esportes e jogos bem como na poesia e no raciocínio. Nossos poetas escrevem poesia de qualquer maneira; nossos pensadores pensam de qualquer maneira. Somente nossos corredores realmente correm, porque estão correndo sem destino. Os gregos ambicionavam a fama esportiva porque ambicionavam a fama em tudo; nós ambicionamos a fama nos esportes e "hobbies", porque em nada mais podemos ambicioná-la. A exuberante actividade de uma criança não se assemelha em nada à exuberante actividade da maria aguda.

Toxicómanos da velocidade, figuras de cartazes cinematográficos...

Nem mesmo admiramos a beleza: admiramos apenas a tradução dela. Toda rua tem várias moças não menos belas do que as artistas de cinema. Qualquer repartição deixa sair à hora do almoço rapazes de tão boa aparência como os ocos homens do cinema.

Estúpidos como uma Mary Pickford ou um Rodolfo Valentino.

De Hollywood jamais brotou qualquer piada

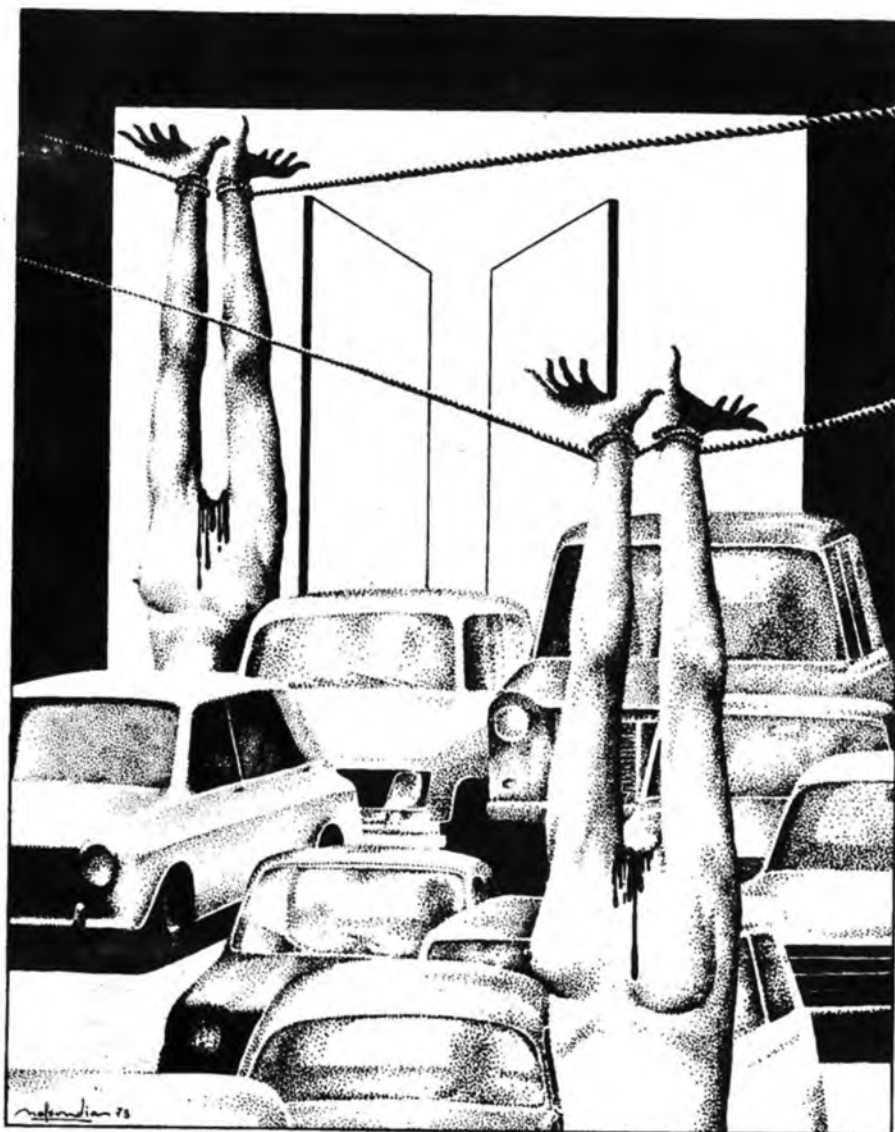
Esse pobre cretino do Segrave...

Não se enquadram em algum canto estúpido do dever, mas nos espaços abertos mais estúpidos da vaidade. Não têm categoria acima do janota e do gabarola, excepto no mau gosto da ousadia e na altura da gaboli-

*textos inéditos
Fernando Pessoa*

ce (vaidade, impudência). Perdem a vida não como heróis mas como animais; assim como estes caem por engano no perigo, aqueles caem por engano nas mãos do acaso. A covardia só parece uma virtude quando por baixo se oculta a coragem (assim conspurcada).

Excepto os alemães e os russos, ninguém foi ainda capaz de insuflar no cinema algo que se parecesse com arte. Ali não se consegue que o círculo seja quadrado.



textos inéditos
Fernando Pessoa

Publicações Recebidas

INTERROGATIONS, Nº 15, Junho/Julho 1978, \$USA 2./ Des ideologies complementaires pour les nouveaux maitres; Poder y corrupción en Bolivia; Militarismo e sinistra in Italia. (via G. Reni, 96/6, 10136 Torino, Itália)

COLLEGAMENTI PER L'ORGANIZZAZIONE DIRETTA DI CLASSE, Nº 5, Nov78 L 1500./ Lotte operaie a Torino 1974-1978; La questione dei servizi pubblici; Gatto selvaggio a Fleetwood; Taylor nel regno di Ubu. (Contactos para Gianni Carrozza, CP 1362, 501 Firenze, It)

BICICLETA, Nº 10, 1978, 75 Ptas./ J. Peirats: La CNT, el exilio, la FAI; Entrevista Castoriadis; Accion directa contra trafico armas (SLMM). Nº 11, 1978, 75 Ptas./ Anarquismo en el mundo. (Calle Pirilla del Valle, 1 Madrid 2)

RAIZ & UTOPIA, Nº 5, 1978, 160\$00./ (Apartado 3035, Lisboa-3)

19 A CDA (Centro Documentazione Anarchica), Nº 3, Junho/Setembro 1978, L. 700./ Francia: Autonomia per modo di dire; El movimento libertario in Australia; La condizionale dei lavoratori in Bulgaria; Un romanzo cinese: Family. (via Guido Reni 96/6, 10136 Torino, Itália)

IRL 24 (journal d'expression libertaire), Nº ?, Janeiro 1979, 10 números 40 FF./ Le phenomene neo-rural; Vie quotidienne dans

(continua pág. 54)

PHIL MAILER

PORTUGAL: A REVOLUÇÃO IMPOSSÍVEL?

Prefácio de
MAURICE BRINTON



AFRONTAMENTO / BOLSO 6
AGOSTO 1978

Trabalho Vida & Morte

made in
BRASIL

COMUNICADO GERAL

Por meio deste edital, colocado em todos os pontos críticos do país, ficam todos os brasileiros informados de que, a partir desta data, não existem mais cidadãos supérfluos. A Comissão Seleccionadora de Indivíduos Fracos, Brurros e/ou Vadios, para efeito de eliminá-los da comunidade — em actos sumários, sem apelação — é substituída, por acto de alta Magnanimidade do Mandatário dos Mandatários, por uma Comissão de Controlo Público da Felicidade Geral. Todo indivíduo pode, a partir de hoje, exigir do Estado carinho — físico e psicológico —, ar refrigerado de dois cavalos e algum trocado.

*Pede-se, com extrema gentileza, apenas que não pisem na grama nem maltratam a polícia, apoiando e ajudando os Comitês de Felicidade Individual & Colectiva — sem intuito de lucro —, a fim de que todo o mundo possa viver no bem-bom, assumindo o deixa pra lá, dentro do plano Da-Vida-Nada-se-Leva.**

Sente-se hoje no Brasil um ambiente de contestação geral às verdades do regime. Todos, se encorajados, sentem vontade de falar, de sair da sufocação. O mínimo movimento pode generalizar-se num *desabafo geral*, e é isto que temem o patronato e o Governo.

Até há pouco, a imprensa brasileira esteve submetida a um sistema de censura que se baseava na emissão, pelo Governo, de notas através das quais o executivo comunicava o que podia e não podia ser publicado, não hesitando mesmo em instalar equipas de censores directamente nas redacções dos jornais e revistas. As notícias sobre manifestações estudantis, por ex., eram inteiramente proibidas, e só em Junho de 1978 os censores acabaram por abandonar as redacções. Depois disso, passou a haver uma liberdade relativa na imprensa; tornara-se impossível, para o Governo, conter tudo. O país, já na onda da mudança para o capitalismo democrático, saía entretanto há pouco das eleições mais corruptas ali registadas; o Governo utilizou os seus órgãos de segurança e de informação de forma a garantir os seus votos, e o Serviço Nacional de Informação (SNI, a CIA brasileira) teve um controlo total sobre os resultados das apurações. Apesar disso, os 5 milhões de diferença na eleição plebiscitária para a vaga única de senador, a favor da Oposição, foram a manifestação do eleitor farto de um regime de excepção, de violência e de ditadura militar. Como dizia a revista *Isso é*, 'se há um sentimento nítido no país, é o de urgência'. O pessoal está a arrebentar pelas costuras, parece sempre que algo vai explodir. Hoje já há estudantes que saem em manifestações de rua, já há operários que fazem greves — e violentas, não raro —, apesar de consideradas ilegais e passíveis de punição, já há um juiz que não teme dizer, na sua sentença, que o Governo é o responsável pelo assassinio do jornalista Vladimir Herzog, preso e torturado nas dependências da polícia política de S. Paulo. E há, sobretudo, muita coisa que se passa e que se não circunscreve a rea-

lidade reformadora do MDB ou do Movimento pela Amnistia aos presos políticos — o pesadelo do quotidiano da maioria da população brasileira está frequentemente bem longe disso, e muitos não desconhecem que MDB e ARENA são 'farinha do mesmo saco'.

As eleições de 15 de Novembro de 1978, e sobretudo o processo de agitação eleitoral que as precedeu, não conduziram a uma modificação — pelas evidentes razões já referidas — no equilíbrio político das classes dominantes. O regime de ditadura militar, se bem que obrigado a concessões assinaláveis, mantém-se*.

Mas a insatisfação de consideráveis sectores da burguesia brasileira e de certas fracções militares também ficou — a atestar a necessidade, a prazo, de uma modificação na lógica do desenvolvimento capitalista no Brasil. Fundamentalmente, os resultados a que conduziu o 'milagre económico' brasileiro — um desenvolvimento acelerado com base nos capitais multinacionais — foram os duma degradação perigosa dos níveis de rendimentos das classes trabalhadoras**.

Esta degradação, no que diz respeito ao lumpen-pro-

(*) Os resultados eleitorais tornaram público o que já era evidente: um crescimento das correntes de oposição; e isto apesar das falcatrias legais. O partido governamental ARENA ficou com 15 senadores e 231 deputados, o MDB com 8 senadores e 189 deputados — respectivamente com 13 600 000 e 14 900 000 votos, e com 18 500 000 e 16 500 000 votos.

(**) Os rendimentos da população activa mais pobre (50% da pop. activa total) decresceram progressivamente: (1960, 17,7%; 1970, 14,9%; 1976, 11,8%), como decresceram os de 30% da pop. activa situada imediatamente a seguir àquela (1960, 27,9%; 1970, 22,8%; 1976, 21,2%). Só a partir da classe média alta se nota uma tendência diferente (rendimentos crescentes). — Dados da Fundação Getúlio Vargas, citados in *Le Monde Diplomatique*.

(*) Millôr Fernandes, na revista *Veja*.

letariado e ao proletariado, tendo em conta o que são as condições materiais da sua existência, — e de que mais à frente se dá conta — as quais obrigam o aparelho de Estado e o patronato a um confronto físico a bem dizer permanente com a 'massa de manobra' do capitalismo, será a mola que irá agudizar a consciência de classe da burguesia no sentido de *civilizar* a actividade capitalista. O capitalismo brasileiro não pode dar-se ao luxo de manter indefinidamente uma 'exploração selvagem', *asiática*, — e daí que as fracções mais clarividentes da burguesia exijam, embora timidamente, um capitalismo mais democrático. Os homens de negócios, por ex., veem a impossibilidade de os militares gerirem a economia, de acordo com a actual fase de desenvolvimento do capitalismo mundial. Alguns manifestam-se contra o excessivo controlo pelo Estado de certos sectores da economia, outros (fracções da burguesia nacional) contra as excessivas facilidades concedidas às multinacionais, e que se fazem sentir agora com a crise do 'modelo brasileiro'.

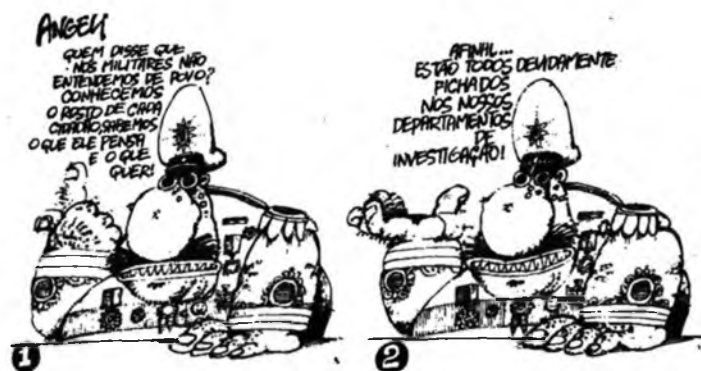
O EXÉRCITO E O GOVERNO, O GOVERNO E O EXÉRCITO

Entre os políticos brasileiros discute-se, de resto, muito sobre a cisão no Exército. Com uma esperança: a de que esta cisão possa provocar a tão falada *abertura* do regime, a sua metamorfose civilizada. Trata-se duma dinâmica real: as prisões de generais que se têm afastado da 'linha dura' têm sido frequentes. Desde Março de 78 não houve praticamente mês nenhum sem que um oficial do Exército tenha ido parar à prisão por motivos políticos. Mas apesar das contradições existentes no seio da classe dominante operacional, a 'inquebrantável coesão e unidade do Exército' é conseguida a qualquer preço. Há uma tendência para a manutenção da linha *profissional* no seio do Exército, e há uma outra, a *política*. Todavia, 'no momento não há (...) nenhum indicador seguro de rupturas mais ou menos significativas entre essas correntes — somente que os nomes indicados para assumir os vários comandos representam um exército mais desligado da Presidência, mais 'independente' (1).

A maioria do Exército preocupa-se, isso sim, com a possibilidade de um regresso ao tipo de agitação que atravessou o país em 1964, e os oficiais não escondem que a sua 'revolução' falhou como organização partidária. Para eles, o modelo ideal de partido é o PRI mexicano — em que as tendências se alteram sem ameaçar por isso o sistema pela contestação. O MDB, lamenta-se um oficial, 'é um filho que traiu o próprio pai, a revolução, passando a contestá-lo'; e com isto quer referir-se à 'ala esquerda', aos chamados 'autênticos' do partido.

Para se compreender um tal juízo, é preciso não esquecer que as Forças Armadas brasileiras são formadas por ultras de extrema-direita, cujo espírito anticomunista primário deve ter origem nos estágios que muitos oficiais fizeram nos Estados Unidos depois de 1945, em pleno período da guerra fria. Desde 1949 começaram a desenvolver, na Escola Superior de Guerra, a 'Doutrina da Segurança Nacional', a qual, segundo oficiais do Exército, leva muito em conta as aspirações populares — já que fizeram estudos do povo, ouviram estagiários que por ali passavam vindos da indústria, de empresas, do clero e da política...

É com base nessa doutrina que se edifica todo o aparato repressivo brasileiro, muitíssimo mais complexo e violento que uma simples PIDE, com inúmeros organismos específicos e especializados para o combate a quaisquer iniciativas de protesto social. Todo o aparato é centralizado pelo SNI; e a organização é sempre uma organização *militar*, sendo o principal organismo



de repressão e tortura o DOICODI (DOI: Departamento de Operações e Informações; CODI: Centro de Operações de Defesa Interna), que constitui o comando geral no campo da contra-subversão, e engloba o Exército, a Marinha, a Aeronáutica e a Polícia Militar. Complementa este organismo o CONDI (Conselho de Defesa Interna), que engloba as Forças Armadas e os governos estaduais. Estes últimos dispõem ainda das DEOPS (Delegacias de Ordem Pública e Social).

Foi no seio destas organizações que se viram formados os primeiros torturadores, e de onde saiu a inspiração para muito torturador 'autônomo', em geral quadros da Polícia *. A segurança nacional do Estado foi cuidada durante todo esse tempo através de leis de excepção e actos institucionais; o principal, o Acto Institucional nº 5, há pouco extinto, dava a última palavra ao presidente da República, com poderes em quaisquer questões para punir qualquer indivíduo. Mas antes de ser extinto o AI-5, houve o cuidado de pôr de pé uma nova Lei de Segurança Nacional — a qual dá continuidade à repressão sobre a imprensa, estabelecendo para o ministro da Justiça o direito de apreender livros, outras publicações e panfletos; a greve vê-se proibida como crime contra a segurança nacional, e o restante enunciado da lei é basicamente igual ao que existia desde 1969 — o que significa que o Governo dela não pode prescindir, não podendo suportar sequer a oposição oficial, reformadora. Na prática, a questão consiste, antes de mais nada, na capacidade de o Governo conseguir reprimir *todas* as manifestações de protesto e denúncia por parte da população. Não o conseguindo, porém, — e é provável que o não consiga — ver-se-á obrigado a fazer vista grossa, com o objectivo de evitar uma crise fatídica ao regime — e cada vez mais, *por exemplo*, as greves dos metalúrgicos se apresentam como uma ameaça.

É o que faz dizer o general Dilermano Monteiro, na entrevista citada: 'Nós achamos que o movimento subversivo não está com possibilidade de acção imediata, e sim de preparação. Estão preparando e nós estamos acompanhando e quando isso passar a se tornar uma ameaça, daí a gente age.'

O bode expiatório, para a modernização do aparato repressivo, foram os estudantes. O protesto directo, às claras, contra a ditadura militar, foi principalmente veiculado pelos estudantes, mesmo depois da violenta vaga repressiva de 68. Por isso, a repressão em massa, a polícia de choque e os aparatos repressivos mais modernos foram neles testados, culminando com as bombas *carminativas* lançadas sobre os estudantes da Universidade Católica de S. Paulo, em Setembro de 77, quando aqueles tentavam realizar ali o seu III Encontro Nacional, protestando contra as prisões. 'As bombas, que

(*) Um general, Dilermano Monteiro, ex-comandante do II Exército, explicava a coisa à revista *Isto é*, em Dezembro de 78, do seguinte modo: 'Na ânsia de bem cumprir o seu dever, o pessoal começou a expandir demais suas acções e começou a pegar pessoas (...) eles extrapolaram, tornaram-se força dentro da força, Estado dentro do Estado.'

(*) *Isto é*, Dezembro de 1978.

expeliam fumaças de cores variadas - laranja, branca, preta - faziam-nos chorar e o nosso corpo arder, impedindo qualquer reacção que não fosse o sofrimento da dor'. Estas 'bombas de efeito moral' tinham já sido utilizadas nos Estados Unidos para dispersar manifestações de trabalhadores e, devido à gravidade das lesões causadas nas vítimas, tiveram o seu uso proibido nos EUA. Das quatro estudantes atingidas em S. Paulo, duas ficaram inválidas: as queimaduras tinham-lhes corroído a carne até aos ossos. (Cf. o jornal *Repórter*, Junho de 78.)

No momento, a ausência dos estudantes da frente de protesto é por alguns explicada como o limiar duma nova situação na sociedade brasileira - onde a entrada dos trabalhadores na cena da história põe aos estudantes a necessidade de uma definição mais clara, que vá para além do clássico protesto antifascista ou pró-ensino gratuito.

Entretanto, convém notar que, fora do aparato institucional, quem mais se preocupa com o 'processo de democratização' no Brasil é o braço clandestino da repressão, a extrema-direita, que se manifesta através duma acção 'autónoma' no bombardeamento de jornais, casas editoras e outras publicações críticas perante o regime. Além disso, são especialistas em raptos, seguidos de tortura, de quem por eles seja considerado 'comunista'. A lista destes grupos é enorme, mas entre eles distingue-se o GAC (Grupo Anticomunista), cuja marca é sempre deixada nos locais que assalta: 'para cada acção, uma reacção'. O CCC (Comando de Caça aos Comunistas), muito activo nos anos 60, tem sido ultrapassado pelo MAC (Movimento Anticomunista), que, no entanto, afirma não estar a extrema-direita ainda suficientemente articulada para a formação de um partido (cf. depoimento na revista *Veja*, Novembro de 78). Todos estes grupos parecem estar ligados à pseudo-pacata TFP (Tradição, Família, Propriedade), financiada por grandes empresas, e que constitui uma frente mais aberta de combate ao comunismo, ao divórcio, etc., com manifestações ridicularizadas pela maioria das pessoas que os vêem pelas ruas.

POLÍCIA, POLÍCIA POLÍCIA

O regime de arbítrio instituído no Brasil desde 64 abriu para a Polícia um espaço mais lato ainda para exercer o domínio e o controlo da sociedade através da violência declarada, incomparável a outras épocas.

A autonomia da acção policial no Brasil vem, no entanto, de longe, facilitada pela repressão institucional desde os tempos de Getúlio Vargas. A brutalidade primária da polícia civil e a impunidade que a acompanha aconselham as pessoas a não se envolverem com ela de forma nenhuma, nem sequer como testemunhas - *ninguém viu, ouviu ou sentiu* -, pois sabe-se que a vingança policial não deixa ninguém vivo; e a população sem dinheiro teme-a muito mais do que aos *bandidos*.

Aliás, a presença e o domínio policiais têm acompanhado o desenvolvimento do capitalismo a par e passo. De modo que, ao falar-se sobre qualquer movimento político ou social de protesto no Brasil, tem de se ter em conta este dado prévio: uma repressão policial automática, que evidentemente se estende aos locais de trabalho, como o patenteia a existência explícita de postos e delegacias de polícia no interior das grandes empresas.

Uma pesquisa vinda a público em jornais brasileiros, e que cobria apenas os primeiros 6 meses de 1978, apresenta cem casos de violência policial directa - desde a vítima a quem vazaram os olhos antes de a enterrarem viva à operação que emprega mais de duzentos agentes policiais, apoiados por militares das três armas, para invadir casas humildes e submeter os populares a vexames, a pretexto duma 'caça a bandidos'. De 1 de Janeiro a 30 de Junho, são mais de trezentos os mortos

Heugel apresenta UBALDO - O PARANOÍCO -

UBALDO,
MEU FILHO!
VEM JANTAR
QUE TÁ
ESFRIANDO...



TÔ ACABANDO
DE FAZER
GINÁSTICA
E JÁ VOU!



NÃO SEI!
NÃO CONHEÇO!
NÃO SEI!
NÃO CONHEÇO...



cuja existência foi possível conhecer, incluindo nestes as vítimas do Esquadrão da Morte da Baixada Fluminense (Rio de Janeiro), palco da guerra que se trava entre o Esquadrão e os 'marginais'.

Os elementos do Esquadrão da Morte fazem aliás parte dos quadros policiais, são promovidos por merecimento, e o seu homem-símbolo, o famigerado Sérgio Fleury, foi elevado à direcção-geral do Departamento Estadual de Investigações Criminais — o organismo que, por ironia, investiga os crimes cometidos pelo Esquadrão —, cargo que representa um dos postos mais altos da polícia paulista. Fleury, de resto, passou de simples polícia a um tal cargo graças à sua brilhante actuação como torturador de presos políticos, introduzindo métodos inovadores para arrancar confissões. Foi um dos principais encarregados da repressão política em S. Paulo, tendo mesmo criado uma quinta clandestina, isolada da cidade, para melhor conduzir as torturas sem a preocupação de causar incômodo a possíveis testemunhas. Deste modo, e apesar da encenação que o governo de Geisel apresentou a público, prometendo um fim ao mecanismo autónomo da tortura, ninguém acredita nisso no Brasil, e o chamado 'desconforto psicológico' dos habitantes das grandes cidades do centro-sul tem muito a ver com isso.

Desde o mês de Novembro, todavia, a população paulista está a conhecer uma ténue trégua: os delegados de polícia de S. Paulo entraram em 'greve branca', reivindicando 100% de aumentos salariais e executando apenas as prisões para as quais têm mandato — o que fez diminuir em 80% o número de presos em S. Paulo!

'Um delegado de 1ª classe como eu, ganhar só 24 000 cruzeiros por mês (...) não é possível. Quando ingressei na carreira, era delegado substituto; ganhava 20 000. Muito mais que agora. Há 22 anos. Naquele tempo, eu tinha 5 mil de gastos entre aluguel, alimentação, etc. Agora, eu tenho quatro funções pra poder sobreviver.' (Depoimento dum delegado do departamento de Trânsito de S. Paulo ao jornal *Repórter*, Janeiro de 79; note-se que o salário mínimo em S. Paulo é de 1200 cruzeiros por mês, e de 900 no Nordeste.)

Esta greve representou também uma ameaça para o Esquadrão da Morte; o seu famigerado ordenança chegou a ser vaiado numa das assembleias dos grevistas, quando tentava convencer o plenário do esforço do Governo no sentido de melhorar a situação desta categoria profissional.

Nos últimos tempos, Erasmo Dias, o secretário da Segurança Pública do Estado de S. Paulo, 'em estajo no centro das atenções, sob o tema da corrupção no seio do regime, chegando a ser acusado pelos seus capangas policiais de ter a sua campanha eleitoral sido financiada por 'bicheiros' (banqueiros do jogo do bicho, ilegal) e proprietários de prostíbulos. Além disso, revelou-se ter sido ele o autor de um atentado à bomba contra o maior jornal de S. Paulo, em 1968, com o fim de então inculpar 'terroristas de esquerda'.

Os miseráveis delegados de polícia, insatisfeitos com os salários que auferem por tão nobre actividade, têm, é claro, interesse em que estes poderes da oficialidade sejam dados a público; mas, ao mesmo tempo, contribuem indirectamente para aumentar, junto da população da mão de baixo, o ódio que esta sente pela Polícia. Uma pequenina amostra disso é dada no Rio, aquando da repressão policial duma manifestação, atirando muita gente sacos de plástico cheios de urina e água, das janelas dos seus apartamentos, sobre a polícia.

Por outro lado, a solidariedade da população para com os *bandidos* é por vezes explícita, como no caso da perseguição dos irmãos Piriás. À medida que os Piriás iam enganando a Polícia, crescia em todo o sertão de Minas Gerais uma grande admiração pelas suas façanhas. Na rua principal duma cidade a 80 kms da capital do Estado foi mesmo hasteada uma faixa com os seguintes dizeres: 'Piriás estamos com vocês'. (Cf. reportagem de Glízer Naves no jornal *Em Tempo*, Janeiro de 79.) Segundo voz corrente na região, os irmãos Piriás foram transformados em assassinos pelas *judiarias* da polícia, ao serem presos pela primeira vez, sem qualquer infracção à lei. Nessa altura o mais novo tinha 16 anos. Um la-

tifundiário recorrera à intervenção policial para evitar pagar o que devia aos dois irmãos, por um trabalho eventual. Assim, além dos espancamentos a que tiveram direito, um deles ficou com um olho vazado e a polícia roubou-lhe um gira-discos. Desde então, esconderam-se na mata, roubando galinhas para sobreviver. É então que uma nova reclamação do fazendeiro leva a polícia a iniciar uma caça ao homem que irá durar quase um ano. Os irmãos Piriás conseguirão liquidar três polícias e ferir dois, antes de serem mortos no último Natal, ao cabo duma operação antiguerrilha que mobilizou 150 soldados, cães amestrados, metralhadoras, fuzis, um helicóptero, um avião *teco-teco* e um sofisticado aparelho de raios infra-vermelhos para observação nocturna, utilizado pelos norte-americanos na guerra do Vietname.

Apesar, porém, desta *presença* policial, nas prisões menos fortificadas os prisioneiros conseguem ter alguma acção. Em Osasco, na periferia industrial de S. Paulo, são frequentes rebeliões, fugas ou tentativas de fugas. Ali, em 76, depois duma morte ocorrida numa cela, os presos atearam fogo aos colchões, vindo seis deles a morrer queimados. No início de 78, um menor foi também ali morto pela tortura, numa das celas da delegacia da Polícia, e os presos destruíram tudo quanto estava ao seu alcance.



O CAMPO: O CAMPO
DA MORTE

PARÁ
A VOLKSWAGEN
OS ESCRAVOS
BRANCOS

A penetração do capitalismo no campo está provocando uma guerra surda, sangrenta e suja em vários cantos do país, que obriga milhares de camponeses pobres a pegar em armas para defender suas posses da ganância dos grandes fazendeiros, de grileiros, de pistoleiros assalariados e da polícia. Durante os últimos 8 anos, tem havido conflitos que envolvem mais de 150 mil pessoas em Conceição do Araguaia, Santana e Marabá. Entrar no sul do Pará, é entrar num Estado em guerra, onde a violência faz parte do quotidiano, como a farinha e a fome.' (Jornal *Movimento*, 27-1/3-12 de 1978.)

O processo de dilapidação da natureza, nessa vasta área constituída pela Amazônia, acelerou-se nos tempos do 'milagre econômico' de 1973, com a abertura de estradas como a Transamazônica, abrindo caminhos para as matas do Pará. Desde então, assiste-se a uma destruição constante das florestas — destruição esta realizada para o progresso: madeira para a exportação. Ali, povoações e cidades surgem dum dia para o outro — 'agressivas, miseráveis, fedendo a morte'.

A Amazônia — um dos últimos el-dorados do capitalismo de colonização. Uma região extensíssima, com terras inumeráveis sem documentação legal de posse por parte de ninguém, e outras, algumas, teoricamente pertença do Estado.

Antes destes 'desbravamentos' eufóricos, iniciados há muito pouco tempo, são os posseiros, os garimpeiros e os índios as ocupavam. Eram deles. Os posseiros praticavam ali uma cultura de subsistência, procurando lugares onde podiam plantar e viver, sem mais; os índios viviam lá, desde sempre. Foram os desbravamentos organizados pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que com eles trouxeram as violentas batalhas pela posse da terra; o Governo insiste, com meios apropriados, em abrir as terras mais férteis às empresas estrangeiras, para que estas instalem ali os seus latifúndios de criação de gado, enquanto um bando de burocratas, armados de legislação e de polícia, promove 'a colonização' — apresentada esta como o início duma reforma agrária.

Aliás, o Governo dá incentivos fiscais, com isenção de impostos de renda durante três anos, às firmas que ali se quiserem instalar, sem falar da não existência de imposto fundiário e de empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil — ali, isto é: na Amazônia e no Nordeste, consideradas 'áreas prioritárias de desenvolvimento' *.

Conforme o assinala um professor universitário no jornal *Movimento* (Novembro de 78), 'na Amazônia estão em confronto dois regimes de propriedade, a cada qual corresponde uma forma de ocupação do solo e de interacção com a natureza. Como o posseiro não é proprietário senão do seu trabalho, ele não tem interesse em depredar a natureza. (...) Como a sua existência não se regula pelo lucro imediato, não está interessado (nem sabe como fazê-lo) nem dispõe de recursos para converter a natureza em capital. Para o posseiro sertanejo a terra é um bem colectivo, não lhe pertence particularmente. As empresas orientam-se de forma completamente distinta. Sendo senhoras absolutas do terreno, como supõem, embora isso nem sempre seja verdadeiro, sentem-se no direito de explorá-lo até o limite, individualisticamente, pois para elas a terra é um bem privado. A devastação da Amazônia é produto e necessidade exclusivos do capital dos grandes grupos económicos: a mata para eles tem que ser transformada em moeda corrente — se possível em dólar.'

O exemplo mais gritante desta depredação é o vale do rio Jarí, ao norte do Estado do Pará, onde um único indivíduo, Ludwig, conhecido como o detentor duma das seis maiores fortunas do mundo, possui uma área cinco vezes superior à da Holanda. A sua empresa, a Jarí Florestal e Agropecuária, importou mesmo uma fábrica flu-

tuante de energia eléctrica, no valor de 300 milhões de dólares. A sua companhia, por outro lado, foi responsável por 47% do défice comercial total do país para com o exterior, em 1977. 40 mil metros de floresta nativa serão assim desmatados por dia para fornecerem lenha à usina termoelectrica da fábrica de celulose.

Nas suas terras criou a maior favela da Amazônia — na qual moram 25 mil pessoas nas 4 mil barracas construídas sobre o rio, em estacas de madeira.

A maioria dos moradores do 'Beirão' — cerca de 15 mil — trabalha no projecto Jarí. Esses trabalhadores contratados pela Jarí Florestal e as empresas de engenharia e desmatamento que operam na área, são trazidos de Belém, Manaus, Fortaleza, Recife e até mesmo de S. Paulo, e levados para a selva, onde ficam acampados em barracas de lona ou barracos de madeira improvisados, que abrigam 15 a 20 pessoas. Depois de um certo tempo eles abandonam as barracas de lona e vão morar na selva, construindo um barraco palafita, de sua propriedade.' (Repórter, Janeiro de 79.)

Neste imenso bairro-da-lata, o sistema de saúde é deficiente, não há nele comércio ou qualquer diversão, e a prostituição expande-se, hoje com 800 prostitutas regulares. Há apenas um supermercado, que tem à venda mais de 1300 produtos, mas os trabalhadores têm de comprar de forma racionada: não existe bebida alcoólica ou sequer refrigerantes. Ao mesmo tempo, Monte Dourado, uma vila construída em moldes norte-americanos para ser ocupada pelos directores e técnicos especializados de nível superior e médio, dispõe apenas de 1200 para atender cerca de 7 mil trabalhadores. Os directores estão localizados em casas confortáveis; os gerentes, chefes de secção e alguns técnicos estrangeiros também receberam casas. Mas a maioria de trabalhadores de 'nível médio' e as suas famílias encontram-se em apartamentos de sala/cozinha. Não há hospital, nem tão-pouco um controlo do Ministério do Trabalho; a maioria dos trabalhadores, de resto, não possui carteira de trabalho, nem direito a férias ou ao 13º salário. Os despedidos não podem voltar para a cidade, porque não conseguem lugar nos barcos ou aviões da companhia, e têm de esperar mais de dois meses sem dinheiro.

Nesta luta entre a sobrevivência e a exploração surgiram, entretanto, novos componentes sociais: os colonos e os peões assalariados.

Os colonos são as pessoas utilizadas pelo INCRA para levar a cabo os seus projectos de colonização interna. São ali instalados em lotes, com licença de ocupação, principalmente nas terras onde as grandes companhias não têm interesses. Vêm, sobretudo, das 'regiões da fome', do Nordeste, com toda a família atrás. Para o Pará vão também os agricultores sem terras, em migração espontânea, e, em geral, juntam-se aos posseiros que já lá se encontram.

Os peões assalariados são trabalhadores as mais das vezes temporários; fazem o derrube das matas e plantam capim para que as grandes empresas iniciem as suas criações de gado. Estas, porém, não os contratam directamente: usam um intermediário, o *gato*, que também recebe muito pouco. Os trabalhadores não são sequer registados, não dispõem de contrato; as empresas, de qualquer modo, não lhes pagam, apenas trocam o seu trabalho pela comida. Os acidentes de trabalho, ali obviamente inúmeros, não são indemnizados. Na expressão literal da palavra, é a lei da selva.

De resto, em todo o Brasil, e em virtude das condições de isolamento próprias ao campo, o trabalhador rural praticamente desconhece os seus direitos mais elementares quanto a salários, horários, repouso e férias. O reduzido número de sindicatos, proporcionalmente ao total de trabalhadores nestas condições, aumenta esse isolamento e desinformação. É por isso que, sobre este trabalhador indefeso, paira, permanente, a ameaça de despedimento arbitrário; o medo de perder o emprego, no seio dos que acabam de sair do desemprego ou dos dependentes do subemprego, constitui um poderoso factor de inibição: e deste modo o protesto não faz parte da

(*) Abauxite, na Amazônia, é controlada por Alcoa, Kaiser e Reynolds; o manganês por Union Carbide, Bethlehem Steel e Antunes; o estanho por W.R. Grace & Co. A Georgia Pacific tem concessões de minérios para milhares de ha ao longo da Transamazônica, sendo também um dos maiores exploradores da madeira, juntamente com a Bruynzeel Holland. As empresas de conservas King Ranch, Armour e Swift já desmataram milhares de acres para criação de gado, assim como a Volkswagen. Além desta maioria de empresas norte-americanas, o conglomerado japonês Mitsubishi está a investir 3 bilhões de dólares na exploração de minério, como parte do seu plano de investimentos na América Latina. Cf. *Bulletin 3*, do Latin America Front, Londres, Abril de 1974.

sua condição.

As empresas, ao mesmo tempo, agem com grande â-vontade. Para conseguirem os títulos de posse das áreas onde se instalam, precisam de provar que nas suas terras não havia posseiros, ou que estes foram indenizados. Mas quando não é possível a colaboração de qualquer fiscal ou funcionário do Estado para as vigarices de lei, recorrem, muito simplesmente, aos velhos métodos, sempre eficientes, da violência indiscriminada.

Nesta fauna de exploradores surgiram ainda os grileiros, especuladores de terra que falsificam títulos, dando gratificações apropriadas a escrivães e empregados de cartórios, conseguindo, deste modo expedito, o acesso a áreas fantásticas de terra. São assim chamados pela população 'porque nas terras que obtêm não plantam nada, apenas criam grilos, enquanto especulam e lucram'.

Dentre as empresas que possuem terras nestas áreas, devem citar-se — porque são exemplares — a Volkswagen e a Manah: dos seus 800 trabalhadores, só 5 são registados.

Num depoimento que fez, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Pará conta o seguinte:

'Por todo o sul do Pará, e mesmo pelas matas que rodeiam a Cuiabá-Santarém, é comum encontrar-se milhares de peões, trabalhadores rurais que andam migrando constantemente, de fazenda em fazenda, de derrubada em derrubada, alugando seu trabalho aos *gatos*, que os sublocam às empresas agropecuárias. Há uma movimentação constante, os peões doentes voltando, os mais jovens procurando áreas novas, e mentiras e promessas as mais absurdas. Os *gatos* (...) oferecem mundos e fundos — boas condições de trabalho, assistência médica, boa alimentação e um bom pagamento. Mas na mata, quando o peão já está de certa forma prisioneiro, porque depende absolutamente do empregador para comer, trabalhar, viver, então aí as condições mudam. A comida é qualquer coisa, quase sempre arroz e feijão puro. Os alojamentos não são fornecidos, e até mesmo as ferramentas de trabalho são descontadas do ganho do trabalhador. Não se faz assistência médica, e qualquer remédio, assim como a alimentação, é vendido a um preço extorsivo.

A gente chega na mata, e o alojamento que eles dão é a copa das árvores. É serviço mais bruto que existe, acho que não tem igual não. Peão só aceita porque é pobre demais, é sem estudo.

O trabalhador aqui no Pará tem dois inimigos contra ele: os grandes das fazendas e a polícia. Os grandes, porque querem é o suor do pobre, e a polícia porque quer tirar a última camisa do trabalhador. (...) A vida do trabalhador rural no município de Santana tá servindo unicamente de comércio para a polícia.'

E quando alguma resistência procura manifestar-se, a repressão chega logo. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Pará já foi fechado pela polícia a mando de alguns latifundiários, e hoje funciona de tocaia. O seu presidente desde 1976, sofreu em 78 três atentados à bala. E diz: 'Eu sou aqui igual um prisioneiro — eu não posso sair sozinho na rua, eu não ando à noite, não ando fora de hora, não vou ao mercado, não vou ao comércio.' Até mesmo o correspondente aos 40 escudos que pagam ao sindicato representam uma soma alta demais para os trabalhadores. E a malária persegue-os, e são poucos os que saem dela vivos.

Hoje há dezanove pontos de conflitos armados no Pará, nas margens do rio Araguaia. Envolvem posseiros que defendem as suas terras, assalariados agrícolas que lutam pelo pagamento dos salários ou simplesmente para poderem sair das fazendas — onde, como prisioneiros, são mantidos. Em Barreira de Campo, por ex., há treze famílias que desde há três anos resistem, de armas na

mão, à Manah, grande empresa de fertilizantes do Sul, que já lhes fez 52 ataques, desde há cinco anos. Estes posseiros cultivam colectivamente a terra. A Polícia também já os atacou algumas vezes, matando um dos seus companheiros, mas estes, defendendo-se, liquidaram dois agentes. Depois disso enfrentam a vingança dos polícias, mesmo após terem sido absolvidos em tribunal.

Numa povoação de nome Aldeia, a Nixdorf, multinacional alemã, ameaça expulsar duzentas famílias de posseiros. Por regra já estabelecida, nestas invasões policiais das povoações as casas são saqueadas, levando os invasores desde os móveis aos alimentos. A invasão das terras pela Polícia é mesmo garantida pelo INCRA, oficialmente. Mas apesar duma falta de forças evidentemente desfavorável os posseiros têm resistido, e isto mesmo depois de presos e torturados pela Polícia. Um dito que entre eles circula, e que explica muita coisa, é este: 'Se nós tem que morrer amanhã de miséria, morre logo hoje de desgraça'.

Muitos destes posseiros têm conhecimento ou participaram da guerrilha do Araguaia, em 1971-73, uma luta armada que envolveu mais de 5 mil homens das Forças Armadas, contra menos de 70 guerrilheiros, muitos deles militantes maoístas vindos doutras regiões para se juntarem aos índios e posseiros, que aliás tiveram também o apoio da Igreja.

Também os trabalhadores da construção civil e da mineração, no Norte, têm os seus contratos regidos pelo mesmo sistema duma escravidão 'asiática', sobrevivendo em acampamentos que são verdadeiros campos de concentração. Na Mineração Rio do Norte, em Porto Trombetas, no Pará, cerca de 2500 trabalhadores, revoltados com a má alimentação *, e com a agressão a um operário na bicha para o almoço, por um guarda da segurança, destruíram o refeitório, incendiaram dois carros e rebentaram alguns alojamentos. Esta revolta teve de ser reprimida por tropas da Polícia Militar, sendo alguns operários presos; centenas de outros escaparam para as matas.

No Sul a situação não é muito diferente. Nas zonas rurais, entre os trabalhadores agrícolas distinguem-se os chamados temporários ou volantes, conhecidos por *bóias-frias*, o exemplo acabado dos assalariados preferidos pelos fazendeiros para escaparem aos encargos sociais. São no Estado de S. Paulo, onde o número de trabalhadores agrícolas é calculado em cerca de 2 milhões, há à volta de 400 mil 'bóias-frias'; e, nestes, é grande a percentagem de mulheres, que diariamente se deslocam das cidades para o campo em camiões dos fazendeiros, sempre superlotados. As suas condições sub-humanas de existência são evidentes, desde a forma como o trabalhador é requisitado e conduzido ao trabalho aos salários, que não dão sequer para a comida, com a agravante de se tratar de um trabalho periódico e estafante. Tais condições, porém, constituem uma ameaça constante de revolta nas periferias urbanas.



(*) As revoltas de operários da construção civil motivo da má alimentação fornecida pelo sindicato nas cantinas têm sido frequentes noutros locais. Vide 'O Brasil Tá Pegando Fogo', S.I. nº 2, Abril de 1978.



MISÉRIA DO PROGRESSO
INDUSTRIAL

Mesmo do lado da indústria, a miséria brasileira é ainda de aparência 'oitocentista'. São enormes as concentrações miseráveis de barracas, ou de casas nunca acabadas, nas áreas urbanas — constituindo elas o único espaço de sobrevivência disponível para o lumpen-proletariado e para o proletariado. Estes 'bairros' dispõem de características modernas notáveis: não têm esgotos, nem água, nem ruas, tão-pouco transportes, mas não lhes faltam postos de polícia onde se pratica o desporto estatal mais popular: a tortura. Cercados pela Polícia, que não os deixa em paz, nestas aglomerações existe no entanto bastante solidariedade, demonstrada sobretudo pela recusa de colaboração com os agentes policiais, sempre em busca de *bandidos*, *ladrões* e *pivetes*. Estes últimos são as crianças que cedo deixam a família, muitas vezes a partir dos 6 anos, e sobrevivem à custa de pequenos roubos praticados nos centros das cidades — solução (difícil) que encontram para resolver o problema imediato da fome, que atinge também numerosos adultos, com ou sem emprego *.

A maioria dos brasileiros que dispõem dum rendimento não ganha mais do que o correspondente a um salário mínimo. Este, em S. Paulo, — mais alto que no resto do país — é de cerca de 2400 escudos por mês. A maioria do operariado não dispõe sequer de 100 escudos por mês para roupas, medicamentos, educação, diversões, transportes ou jornais **.

Como diz um escritor, Zé Carlos de Oliveira, *'não há futuro para ninguém no Brasil, nem para o rico nem para o pobre, os jovens principalmente. Ou é pivete, trombadinha, ou é drogado.'*

O desespero quotidiano dos proletários começa, de resto, bem cedo, a partir das 4 da manhã, no início da sua corrida para os empregos. Nos grandes centros, pre-

(*) No período entre 1940-1970, 1 milhão e 500 mil pessoas procuravam anualmente empregos e melhores oportunidades em S. Paulo. De tal modo que, a partir de 1969, foram criados organismos oficiais para triagem dos migrantes, sobretudo vindos do Nordeste; assim, em 1970, dos 55 mil que chegaram a S. Paulo, só 3087 foram absorvidos pelo mercado de trabalho. *Jornal do Brasil*, 1974.

(**) Para comprar uma ração familiar mínima, um operário pago à hora tem de trabalhar 15 horas e 55 minutos por dia (e isto em S. Paulo). 59,5% dos trabalhadores da grande indústria, em S. Paulo, trabalham entre 40 a 49 horas semanais, e 28,2% mais de 50. *Le Monde Diplomatique*, Janeiro de 79.

cisam de ir cedo para a bicha dos autocarros ou comboios suburbanos. E mesmo com os meios de transporte superlotados, com gente dependurada pelas janelas e despencando das portas, são inúmeros os assalariados que perdem o ponto no emprego, por falta de transporte — embora muitos deles saiam de casa, quantas vezes, cinco horas antes de pegar ao serviço. É pois raro o dia sem distúrbios nos comboios da Central do Brasil, com a Polícia Militar procurando limitar o número de passageiros e impor a ordem.

Os preços são outro motivo de revolta. Em 1978, em onze meses, houve três aumentos nos transportes que perfizeram 70%, ao passo que o reajuste salarial apenas atingiu 41%. Uma família com dois filhos na escola gasta em transportes 600 cruzeiros — e 600 cruzeiros é mais do que um terço do salário mínimo.

'Com os comboios-subúrbios, ninguém tem hora de chegar em casa. É a hora que der. Eu chego em casa lá às 22 horas; saio da fábrica às 16 e lá em casa, quando dá 5.30 da madrugada, eu já tô de pé pra trabalhar. Quem entra às 16 e sai à 1.30, vai chegar no centro da cidade às 2.30 da manhã. Então ninguém vai querer ficar na rua. Vai ficar na fábrica fazendo hora extra até de manhã. (...) Quem pega o turno da 1.30 e não tem transporte da firma, tem de sair de casa às 21. Teve gente que ficou uma semana sem trabalhar. Veio um dia de madrugada, no meio da rua esperando autocarro, passa a polícia, que já chega falando que é ladrão e vagabundo. O cara fala que tá saindo do trabalho e mostra a carteira. A polícia prende e deixa o cara lá no depósito de preso durante uma semana.'

Por isso, são frequentes os casos de destruição de autocarros por moradores das periferias, mesmo depois de repressão policial. Osasco, por ex., é conhecido como um lugar de resistência. A 11 de Novembro de 78 houve ali greve de motoristas e cobradores da principal companhia que faz a ligação Osasco-S. Paulo. Revoltados e solidários com os grevistas, os operários que dependem dessa condução apedrejaram os autocarros. Quando chegou a tropa de choque da PM, já toda a gente tinha desaparecido. (Cf. *Repórter*, Janeiro de 79.) Por outro lado, segundo notícia do *Diário Popular* de 17-1-79, a recente greve de motoristas de autocarros do Rio de Janeiro paralisou praticamente a cidade, e milhares de pessoas não puderam comparecer ao trabalho, na ausência de circulação de 80% dos autocarros. Nas primeiras doze horas de greve registaram-se 3 feridos, 2 presos e... 50 autocarros destruídos. (Os motoristas reivindicavam 6 horas e meia de trabalho por dia, contra as 14 a que são obrigados e contra as horas extraordinárias obrigatórias.)

O INFERNO DA CONSTRUÇÃO CIVIL...

Para além da polícia oficial, há no Brasil, desde 1971, 82 empresas que vendem 'vigilância e segurança', sobretudo às fábricas com grande número de operários. Uma delas dispõe de 220 vigilantes 'especialmente treinados' em aulas práticas e teóricas durante 15 dias; a principal matéria de estudo é Educação Moral e Cívica, também obrigatória nos liceus brasileiros desde 1964, ministrada por professores aprovados pelo Governo.

A tortura, a violência, o autoritarismo e o abuso da força estenderam-se a todos os sectores onde possa haver resistência. Na construção civil, sector notório pelas condições degradantes a que são submetidos os operários, é comum encontrarem-se até prisões privadas, onde os vigilantes das obras obtêm, pela tortura, disciplina dos operários.

As firmas utilizam a polícia para uma maior mobilidade da mão-de-obra, cujo efeito, no seio dos operários, é a insegurança no trabalho, é a incerteza de manterem

(*) Operário metalúrgico, depoimento na revista *De Fato*, Belo Horizonte, Junho de 1978.

o emprego. A violência é exercida perante os mínimos sinais de reclamação: a propósito da má qualidade da comida ou pelo simples facto de um operário chegar tarde ao alojamento. Nas empresas da construção civil, de resto, a arbitrariedade domina a partir do contrato, passando pela disciplina no trabalho e indo até ao controlo das greves. Como dizia um operário das obras do metropolitano do Rio de Janeiro, 'a diferença é que na cadeia não se usa capacete'.

Para os peões da construção civil, o sistema de trabalho temporário é o comum, e grande problema é conseguirem receber o salário antes de saírem duma empresa para outra. O que interessa é a sua rápida dispensa, com o pagamento das indemnizações (quando as há), para que possam deslocar-se para outras obras, onde exista procura de mão-de-obra, num movimento constante. Mas muitas firmas retêm-lhes os documentos e, como represália e sacanice, não lhes pagam; e isto é o prato do dia dos trabalhadores da construção civil.

Na sua edição de 10-1-75 relatava, por ex., *O Estado de S. Paulo*: 'Sem dinheiro, passando fome, dormindo em alojamentos alagados e sem água e esperando apenas a hora de voltarem para sua terra, cerca de 500 operários da Man-Ter Engenharia e Comércio vivem quase como escravos perto do centro da cidade, em S. Paulo. Acostumados com uma vida dura e cheia de miséria, eles se limitaram a reclamar contra o atraso no pagamento. Mas na terça-feira, quando faltou o seu mingaudo jantar diário, eles se revoltaram e começou um pequeno motim dentro do alojamento.' Quando os polícias chegaram, 'eles se surpreenderam com as condições em que viviam os peões': a água fora cortada havia três dias e, por isso, os faxineiros não podiam limpar os sanitários nem os alojamentos. 'O cheiro forte que sai dos banheiros e de um lixo ao lado do alojamento, os mosquitos e até mesmo os ratos' não deixavam os peões dormir. A maioria não tinha documentação, não estava registada e entre eles havia muitos menores.

Diga-se de passagem que as firmas da construção civil, sector considerado entre os 'prioritários para o desenvolvimento', gozam de isenção de imposto de renda, quando constroem obras públicas.

NO METRO DO RIO

O metropolitano do Rio de Janeiro constitui a obra urbana que absorve o maior contingente de mão-de-obra da América Latina. Nestas obras, o chefe de segurança do canteiro 'exibe entre os botões da camisa o cabo branco do revólver que não tira da cintura. Dá ordens ao segurança que ficou na guarita. Num canto, dois cassetetes e um porrete, pra impor ordem no local.' (Repórter, Junho de 1978.)

Diariamente, são admitidas e demitidas dezenas de trabalhadores, e poucos são os que não temem ser despedidos. Esta obra gigantesca segue a norma do 'emprego selvagem' predominante no sector da construção civil; e assim, para além de ali não haver qualquer estabilidade, tão-pouco há seguros que cubram os acidentes de trabalho, na sua maioria fatais. O número de desaparecidos sob os escombros dos desabamentos é ali legião, e a companhia não se responsabiliza por nada: as famílias das vítimas só têm direito a indemnização se encontrarem o operário morto ou ferido. Por isso, um desses muitos operários desaparecidos sob os desabamentos havia já advertido a mulher: 'Trabalho num lugar muito perigoso. Liga sempre o noticiário, porque se acontecer alguma coisa comigo você já sabe onde eu estou morto. E vai lá, porque na obra eles fazem isso, somem com as roupas, queimam os documentos pra não pagarem a indemnização. Vale 35 mil cruzeiros a vida de uma pessoa lá.' (Repórter, Junho de 1978.)

Um operário que perca acidentalmente uma perna é indemnizado com uma perna mecânica, e ao fim de três meses é despedido.

Um dos hospitais do Rio de Janeiro que recebe os acidentados da construção civil e do metropolitano registou em 1977 3221 acidentes; e nos primeiros meses de 1978, 1186. (*Idem.*) Num dos alojamentos dos operários do Metro dormem mais ou menos mil homens; no entanto, só tem duas retretes, e uma delas está danificada. O almoço e o jantar são servidos nas cantinas pelo correspondente a 17\$00, e a 21\$00 se alguém quiser repetir a refeição, que normalmente consta de arroz, feijão e um bife 'com mais de cem anos'.

'Não sei como a gente aguenta; tem gente aí dentro que está amarelo de fome. Cair gente não cai, porque senão a gente perde o dia, e se o peão não der conta do serviço o encarregado avisa o apontador que o fulano ali não está trabalhando direito e este 'arria' o ponto, causando desconto no salário.'

Nos últimos anos têm sido frequentes os protestos espontâneos dos operários da construção civil, principalmente nas empresas empreiteiras de obras públicas. São frequentes as explosões de revolta contra a violência da acção policial, sempre pronta para 'acalmar os ânimos'. Mas, passado tempo, a cena volta a repetir-se, inexorável, perante os abusos das empreiteiras. E o sindicato do sector tem-se mantido alheio aos acontecimentos. Numa das últimas paralisações dos operários do Metro, o administrador da obra chamou a polícia, que levou 16 operários presos e feriu outros, apenas porque estavam a reclamar o pagamento dos seus salários em atraso defronte do escritório da obra. Os indivíduos presos, naturalmente, serão despedidos. **



O INFERNO DAS FÁBRICAS

Tem dia que a gente chega na linha de montagem e dá vontade de vomitar, só de olhar aquela passasão, a gente ali sentada, vai dando uma raiva, que no fim do dia tem vontade de quebrar tudo, de sair gritando. ***

Para além das condições correntes da exploração do trabalho, como em qualquer fábrica do Mundo, os patrões brasileiros contam com a participação activa dum inestimável colaborador: a polícia política, que chega a dar-se ao luxo de instalar postos de segurança no interior das fábricas. Na civilizada Volkswagen (40 mil operários

(*) Depoimento ao jornal *Em Tempo*, Outubro de 1978.

(**) Informações recolhidas neste mesmo jornal.

(***) Operária da Philips de S. Paulo ao jornal *Movimento*, Dezembro de 1978.

os) os métodos são sofisticados: 150 guardas armados circulam constantemente, comandados por um coronel do Exército. Um circuito interno de TV controla todas as secções da fábrica, incluindo o movimento das ruas externas. Qualquer problema que surja, e o operário é detido pelos agentes da fábrica e conduzido à delegacia, para prestar declarações aos elementos da 'segurança industrial', instalada num conjunto de oito salas.

Na não menos civilizada FIAT, os operários que se desentendem com os chefes são levados directamente para a Polícia, numa carrinha da fábrica. A FIAT, aliás, goza de privilégios incomparáveis no Brasil. Para a sua implantação em Minas Gerais, fora do aglomerado da indústria automóvel (que fica em S. Paulo), conseguiu 25,6% de isenções fiscais no tocante à circulação de mercadorias durante cinco anos, assim como de todas as taxas e impostos municipais até 1985. A FIAT, ainda, recebeu do governo estadual de Minas Gerais, gratuitamente, instalação de água, esgotos, telefone, teléx, estradas e mais de 200 ha urbanizados de terreno. A grande maioria do operariado da FIAT é de resto originária de Belo Horizonte e cidades vizinhas — e, sobretudo, é um operariado jovem. Alguns destes trabalhadores viajam diariamente 100 kms, nos 220 autocarros da companhia. Na FMB, firma que pertence à FIAT e para esta fabrica blocos de motor e peças fundidas, os operários são mantidos sob suspeita permanente, inclusive de roubo: à saída de turno, a polícia privada da empresa (40 guardas armados), passa revista às sacolas de todos os operários. 'Essa busca é pra não deixar eles roubarem ferramentas. É ordem de cima. (...) Quando um cara é despedido da firma, eles põem um guarda atrás dele, humilhando ele, até ele devolver as ferramentas sob sua responsabilidade e todo o material de trabalho. Depois, esse operário despedido volta pra receber, vai e volta à portaria da fábrica umas quatro ou cinco vezes, espera mais de 15 dias, os guardas falam que não tem guarda pra acompanhar operário até o serviço do pessoal.' *

Clandestinidadade das relações: 'É proibido conversar; a gente só conversa na base do escondido.' E o inferno duma modernidade de cortar a faca, duma civilização viscosa: 'O REGIME DE FÁBRICA É REGIME DE GUERRA. ELES ACHAM QUE A PRODUÇÃO É UMA GUERRA. É A LEI DO CÃO.(...) QUANDO A COISA ESQUENTA, POLÍCIA EM CIMA. SE A POLÍCIA DE DENTRO NÃO DÁ CONTA, ELES CHAMAM A POLÍCIA DE FORA. DESBASTAM A SAÚDE FÍSICA E MENTAL DO TRABALHADOR.'

Inovações: para que os operários não passem duma secção para outra, especialmente depois das grandes greves de Outubro/Novembro de 1978, as fábricas de S. Paulo passaram a adoptar uniformes de cores diferentes para cada uma das secções. Se algum operário é apanhado numa secção que não seja a sua, o agente de segurança está lá. Na Caterpillar, mais moderno ainda: os operários são numerados.

Nenhuma fábrica permite que se coloquem avisos nas paredes para convocar, por ex., reuniões sindicais. O máximo que se permite é a afixação de informações sobre jogos de futebol. Distribuir folhetos sindicais ou falar de questões do trabalho acarreta demissão imediata. Para tornarem a coisa mais eficaz, muitos chefes e gerentes utilizam sempre um operário como bufo, para saber quem fala, quem vai muito à retrete, quem estará envolvido no sindicato. O tempo de ida à retrete tornou-se nas fábricas brasileiras também caso de polícia. Na Wapsa, fabricante de peças electrónicas para automóveis, há mesmo guardas armados dentro das retores, que anotam o nome e a função do operário que as utiliza, marcando o tempo que este permaneça lá. Outras fábricas têm um orifício no centro da porta da retrete, para mais fácil inspecção pelos fiscais. Na

Villares, uma das maiores metalúrgicas do país, as mulheres precisam de ir até à sala dos mestres pedir uma ficha para, depois, se deslocarem à retrete, no máximo duas vezes por dia. Na FIAT, de resto, usa-se como motivo legal de despedimento a demora na retrete.

Outra questão do domínio do patronato sobre os trabalhadores é deste género: em Outubro último, um operário da empresa metalúrgica Alfa, ao reclamar o atrasado pelas suas horas extraordinárias, foi morto a tiro por um dos patrões, que já tinha o hábito de ameaçar os operários com um revólver. Sendo a fábrica com os salários mais baixos do sector em S. Paulo, também possui um cárcere privado, onde certos operários já ficaram presos durante três ou quatro dias. Não paga fundo de garantia, nem caixa, nem férias. Perante aquele acto, no entanto, os 500 operários da firma protestaram com a greve. (Repórter, Janeiro de 79.)

Adizimação física do proletariado brasileiro fica, entretanto, por conta dos acidentes de trabalho, que constituem, para todos os efeitos, a maneira prática pela qual o regime consegue substituir a mão-de-obra em curto espaço de tempo, resolvendo assim o problema do desemprego. Só nas fábricas de S. Paulo, ocorrem 3 acidentes em cada dois minutos: 2260 por dia. Em 1978, durante onze meses, calcula-se ter havido 5300 acidentes de trabalho por dia, no Brasil. De 1970 a 75 foram oficialmente registados 348 017 acidentes mortais ou conducentes a invalidez permanente. Em 1973 já se tinham registado 1 632 696, com um balanço de 13 mil mortes e 50 mil incapacidades — para um total de cerca de 11 milhões de empregados (10 956 956).

No sector dos derivados do petróleo e hulha, a metade do número total de trabalhadores foi vítima de acidentes; neste sector, registaram-se, em 1975, 1 938 277 acidentes, e, em 1977, 1 600 000. É bastante difícil encontrar-se hoje um operário que ainda tenha os dedos todos das mãos. Além disso, para escaparem às indemnizações, e aproveitando-se da quase impossibilidade de defesa do operariado, todas as fábricas escondem os acidentes. Como explicava um operário em depoimento à revista *De Fato*, de Junho de 1978, 'só aparecem aqueles acidentes que não tem mesmo jeito de esconder, aqueles casos muito graves. Em geral a firma obriga o acidentado a permanecer inactivo em seu sector durante a duração da jornada de trabalho. Isso é para não fazer o registo do acidente'.

Além do mais, o controlo da produtividade começa agora a ser feito através de computador, nas grandes fábricas. Na Caterpillar, por ex., o operário tem que picotar um cartão no começo e no fim de cada operação. Explicava um director de produção desta empresa que 'esse sistema vem dos Estados Unidos, inclusive os padrões de produtividade. Então, mesmo trabalhando com máquinas velhas, que foram consideradas obsoletas nos EUA e mandadas pra cá, os operários têm que acompanhar o padrão americano. E deve ser por isso que eles dizem que o operário brasileiro é o melhor do mundo.'



(*) Operário da FMB ao jornal *De Fato*, Junho de 1978.

TRABALHO & LEGISLAÇÃO

OS SINDICATOS

A legislação do trabalho é regulada no Brasil pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), implantada durante o Estado Novo, em 1945, e inspirada no modelo fascista da Carta del Lavoro de Mussolini. Esta legislação proíbe a organização dos assalariados nos locais de trabalho. O sindicato único por ramo de actividade e numa base territorial é a única forma legal de organização, de resto subordinada ao Ministério do Trabalho, que dispõe do direito de mudar as suas direcções quando quer. Segundo a lei, os sindicatos têm como função a representação da categoria profissional na celebração dos CCT's, sendo seu dever a conciliação nos dissídios colectivos, que são resolvidos na Justiça do Trabalho, a colaboração com o Estado e a assistência a seus associados. Nas eleições sindicais, os nomes votados precisam de ser aprovados pela Delegacia Regional do Trabalho, que pode impugnar quem quiser. Deste modo, em 1975, 136 sindicatos eram dirigidos directamente por interventores do Governo. A regra geral é que os sindicatos colaborem com o patronato, sendo conhecidos pelo nome de *pelagos*.*

Quanto àqueles que porventura são eleitos directamente, só com dificuldade conseguem funcionar, mantendo-se sob constante ameaça de encerramento e, os seus membros, de cassação. Mais recentemente, têm sido frequentes os confrontos físicos, por ocasião das eleições sindicais, entre a situação e a oposição.

No que diz respeito à regulamentação das condições de trabalho, a legislação só foi cumprida pelos patrões entre 1952 (segundo governo de Vargas) e 1964, período em que os trabalhadores conquistaram por sua própria conta o direito de lutar pelos seus interesses. Depois de 64 houve modificações na legislação, sendo ao sindicato retirada a função de negociar os salários e proibida a greve. Junte-se a isto a política salarial estabelecida pelo Governo em 1964 — que tornou os salários sempre decrescentes — e a criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e o panorama sombrio passa a compreender-se melhor. O FGTS retira completamente a estabilidade do contrato de trabalho, eliminando a obrigatoriedade de os patrões pagarem indemnizações quando despedem. Estas facilidades todas, é claro, fizeram aumentar a rotatividade da mão-de-obra, pelo que a empresa pode despedir pessoal sem explicações de mai-

or. Assim, em 1967 foram admitidos um novo emprego 2 milhões de operários, e 1 600 000 foram despedidos. Em 68, admitidos 2 900 000 e demitidos 2 200 000. Como é óbvio, trata-se duma forma de baixar os salários reais, já que o trabalhador despedido aceitará um salário menor noutra empresa só para não ficar no desemprego.

Ainda em 1969, uma nova lei — a Lei de Segurança Nacional — estabeleceu mesmo uma pena de 4 a 10 anos de prisão para quem promovesse greves. Isto depois de terem sido espancados e presos os grevistas de 68, sobretudo em Contagem (periferia de Belo Horizonte) e em Osasco (periferia de S. Paulo).

Em Agosto último, por ocasião da greve dos bancários de S. Paulo, era assinado um novo decreto-lei antigreve, que voltava a considerá-la ilegal. Este decreto proíbe as greves nos sectores considerados como 'actividades essenciais, vinculadas à segurança nacional' — serviços de água e esgotos, energia eléctrica, petróleo, gás e outros combustíveis, bancos, transportes, comunicações, carga e descarga, farmácias e drogarias, e ainda todos os serviços públicos federais, estaduais e municipais. Com base nas estatísticas de 1970, mais de 10 milhões de trabalhadores são atingidos pelo novo decreto, assinado pelo presidente da República, por todos os ministros, pelos chefes das Casas Civil e Militar, pelo chefe do SNI e pelo do Estado-Maior das Forças Armadas. A greve já não depende, assim, da Justiça do Trabalho. O decreto pune as pessoas envolvidas em greves com uma suspensão até 30 dias e rescisão do contrato de trabalho, e despede sumariamente o dirigente sindical que, directa ou indirectamente, apoiar ou incentivar os grevistas dos serviços públicos ou das 'actividades essenciais'.

Segundo um coronel do SNI, 'o decreto foi baixado em função de movimentos reivindicativos por melhores salários que o SNI vinha detectando no final de Julho (1978) em empresas estatais e para-estatais' — o que de facto aconteceu, nomeadamente no respeitante aos operários da Petrobás (petróleo estatizado, na Baixada Santista) e às paralisações de trabalhadores da Telesp (telefones de S. Paulo) e dos médicos que trabalham para o Estado de S. Paulo. Depois das greves de 1978, foram já despedidos — até inícios de 79 — 1220 metalúrgicos na Grande S. Paulo, e 300 em Belo Horizonte, por participação em greves.

O MOVIMENTO GREVISTA

Foi contra a manipulação dos índices do 'custo de vida', de baixas dos salários, que se levantou a maioria do proletariado brasileiro em 1978. Desde que vieram a público as denúncias sobre a manipulação daqueles índices de reajustamento salarial, em 1973, com a divulgação dum relatório do Banco Mundial, que pôs em confronto quatro diferentes indicadores do 'custo de vida' no Brasil, verificaram-se greves para a reposição daquilo que o proletariado perdeu oficialmente, ou seja, 37% dos seus salários em 73.

As questões salariais têm sido 'resolvidas' na Justiça do Trabalho, que não pode conceder mais do que o indicado pelo índice oficial e é, portanto, a solução preferida pelos patrões. Mas o surto grevista de 78, que não parece deter-se, tem vindo a modificar a questão da negociação salarial. O patronato tem-se visto com frequência obrigado a negociar directamente com os trabalhadores, em especial com os metalúrgicos.

A maioria das greves tem sido por aumentos salariais. Porém, não se têm mostrado vitoriosas, os aumentos conseguidos têm em geral sido abaixo do reivindicado. O que não significa que os seus benefícios não tenham sido inúmeros. Em particular, através de movimentos que infringem a lei, que desafiam o patronato, os sindicatos prelo-gos e muito temor, os operários têm conseguido criar inestimáveis laços de solidariedade, antes inimagináveis. Passaram tantos trabalhadores pela repressão selectiva,

(*) A partir de 1969, o governo brasileiro proibiu a actuação em território nacional de organizações sindicais internacionais, e a filiação dos sindicatos e federações brasileiros naquelas organizações. No entanto, o Instituto Americano de Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (AIFLD) continuou a actuar livremente no país, onde funciona desde 1963, em S. Paulo, sob o nome de Instituto Cultural do Trabalho, financiado pelo governo norte-americano, via US-AID e Departamento de Estado, pela central sindical AFL-CIO e pelas multinacionais. Nestes 15 anos de actuação o AIFLD formou já 50 mil sindicalistas brasileiros segundo o modelo norte-americano, seleccionando líderes sindicais para cursos especializados nos EUA, em Front Royal e na Universidade de Georgetown, tendo distribuído, entre sindicatos e directores sindicais, uma soma de pelo menos 7 milhões de dólares. Segundo o relatório da American Technical Assistance Corporation, 'os objectivos dos EUA aplicáveis ao programa do AIFLD no Brasil assentam na legislação básica de assistência ao exterior. Isso significa promover o desenvolvimento de sindicatos livres, independentes e democráticos, e o desenvolvimento de instituições democráticas.' Cf. o jornal *En Tempo*, Setembro de 1978.

pela tortura e pelo assassinio, que inevitavelmente se gerou um clima de medo e delação. E é esta situação que agora parece estar a querer ser superada.

Por exemplo, há um movimento sindical antipelego que se tem mostrado bastante activista. Embora seja difícil caracterizá-lo com precisão, não dispondo nós de informações directas dos trabalhadores a esse respeito. Até que ponto estão ou não os mais activos já ligados a partidos, é praticamente impossível dizê-lo, dadas as condições de repressão. Mas é bem verdade que muitas greves têm surgido espontaneamente, e que muitos protestos denotam uma capacidade de improvisação considerável.

O movimento sindical sente-se ainda bloqueado: continua a ser proibida a associação de carácter inter-sindical, e ter um líder sindical eleito directamente pelos operários é ainda privilégio de poucas fábricas. No conjunto, entretanto, parece haver confiança num sistema sindical representativo — o que é inevitável. Antes das greves de Maio (78), havia já entre 300 a 400 comissões de fábrica no sector metalúrgico, em S. Paulo e Minas Gerais, surgidas da reacção contra os sindicatos pelegos, sem, no entanto, pretenderem substituir os sindicatos. Estas comissões de fábrica são eleitas em assembleia-geral, com um representante por secção, e pretendem-se que sejam 'uma representação dos operários, com estabilidade provisória no emprego', com o objectivo de levarem 'à direcção da empresa as reivindicações dos trabalhadores'. Mas os representantes das comissões existentes têm sido despedidos, e até recentemente o patronato não aceitava o seu funcionamento — com excepção, ao que parece, de um dos directores da Caterpillar, que significativamente declarou, satisfeito: 'Muitos problemas podem ser resolvidos, com rapidez e harmonia, nos próprios limites geográficos da indústria.' Declaração que representa todo um programa de futuro.

Entretanto, pelo facto de englobarem todos os trabalhadores, incluindo os não associados sindicais, e ainda por defenderem a sua autonomia em relação aos sindicatos, as comissões de fábrica são acusadas, pelos pelegos, de *sindicatos paralelos* — e isto porque o centro de luta destas últimas é, no momento, a abolição da ditadura sindical.

O movimento das greves começou em Maio de 78. No dia 12, dois mil operários da Scania Vabis paralisam o trabalho. A 13, 15 mil operários da Mercedes Benz. Nos dias seguintes, 9500 da Ford e 3000 da Volkswagen, 2500 da aços Villares, 800 da Panex (painéis de pressão), 3 mil da Brastemp (frigoríficos), 250 na Sulzer-Weise. Durante quase um mês, o total de metalúrgicos grevistas no ABC paulista (a área industrial mais importante do Brasil, na periferia de S. Paulo, responsável por cerca de 40% da produção nacional) atingiu os 50 mil. Juntaram-se-lhes depois os operários de fábricas de pneus, de macarrão, de produtos de limpeza, de produtos químicos e eléctricos, todos em S. Paulo e Osasco (periferia). Cerca de 90 mil operários pararam em quase 50 grandes indústrias — durante algumas horas, ou por poucos dias.

Mas nada de parecido acontecera antes no Brasil, onde esta proletarização *extensa* é bastante recente. A greve maior deu-se na Ford: sete dias seguidos, exigindo 20% de aumento nos salários.

A 19 de Maio, os trabalhadores da produção de óleos lubrificantes, os *petroleiros*, paralisam para negociar salários; a Atlantic concede 20%, o sindicato patronal, em negociação com o dos trabalhadores, aceita um aumento de 15% para aqueles que auferem até dois salários mínimos, e 10% para os que têm o correspondente até cinco salários mínimos. Ao passo que a Shell, a Esso, a Ypiranga e a distribuidora da Petrobás não aceitam qualquer aumento — o petróleo é protegido pela Segurança Nacional.

(*) Cf. dados recolhidos na revista *Veja*, de 1-11-78, e no jornal *Em Tempo*, Janeiro de 1979.

Entretanto, da experiência destas greves de Maio poucos são os trabalhadores que não terão recebido sobre ela fornecerem um relato pessoal.

'Não é por desconfiança; mas você entende, é chato. Sai o nome no jornal, as pessoas ficam falando, cai no ouvido de quem não deve e a gente se complica. Mas o principal foi quebrar o medo do pessoal, e só pessoal mais antigo podia fazer isso. Quem já enfrentou greve, sabe como é, sabe o que tem de aguentar, essas coisas todas, daí os colegas ouvem, acham que está certo, que é isso mesmo, e se todo mundo parar eles param também. Mas quem começa? Daí é outro problema: ninguém quer começar, fica todo mundo desconfiado de que vai parar sozinho e outros vão dar pra trás, evita chegar cedo, fala da família... porque a família é o problema maior. Quem tem gente pra sustentar sempre pensa duas vezes, fica vai-não-vai, até que não dá mais pra recuar. Quando chega nessa hora, ninguém segura.'

Quem fala assim é um veterano de greves: já participou em duas. E continua:

'E quem é que gosta de greve, meu chapa? Só bagunceiro. Quem trabalha pra comer não pode gostar mesmo. Faz porque não tem outro remédio, tá na pior, então faz... A greve que é que adiantou? Prometeram pra não sei quando um tanto por cento e pronto. Daí conseguiram botar as máquinas pra funcionar de novo e não se fala mais nisso. É só a coisa morrer e volta tudo. O negócio era esperar parado até sair a grana. Com dinheiro no bolso a gente voltava pra trabalhar e aí sim, não se falava mais. Agora, do jeito que foi, fica parecendo que tá tudo bem. Olha, como eu falei, não gosto de greve. A gente só faz por causa do desespero. Mas quando faz, é pra fazer direito, uma vez só. Para, pede quanto acha que é justo, discute e resolve: se eles dão, pronto. Se não, espera. Parado...'

Na Ford tinha muito bico nessa greve. Eu não sei como é nas outras, essa foi a primeira desde que eu cheguei do Norte. Mas de um dia para o outro começou a pintar uns caras meio diferentes, e o pessoal já ficava bicando, apontando, e logo todo mundo desconfiava de todo mundo. Até conhecido de muito tempo ficou se estranhando, a maior zona. Eu fiquei na minha. Chegava, botava os bagulhos no armário, ia pra máquina, e só ali, olhando. Quando resolveram que iam voltar a trabalhar, eu falei pros colegas: a gente vai fazer besteira, entrar no jogo dos caras. Mas tinham resolvido, que é que um sujeito só pode fazer?'

Destas greves de Maio a Julho, consideradas 'selvagens' por muitos sindicatos, cerca de 100 mil trabalhadores obtiveram um aumento médio de 13,5%. Na primeira fase grevista, houve 30 mil suspensões; na segunda, já em Novembro último, centenas de demissões e desmantelamento de comissões de fábrica.



(*) Depoimento ao jornal *Repórter*, Junho de 1978.

OS METALÚRGICOS

— E A MUDANÇA

O sector metalúrgico apresenta um interesse particular. No Brasil há 13 mil empresas metalúrgicas, que contêm o sector mais numeroso do proletariado brasileiro, ocupando mais de um milhão de pessoas. O maior número está nas grandes indústrias, como é óbvio: 61% destes trabalhadores encontram-se nas empresas com mais de 100 empregados, e 30% nas fábricas com mais de 500. A metalurgia representa um terço da indústria de transformação, que, por sua vez, constitui 76% da indústria em geral. No Estado de S. Paulo concentra-se 70% do pessoal ocupado no sector, o qual, por sua vez, é responsável por 70% da produção nacional.

Os rendimentos médios do operariado são também aqui superiores: 74% dos metalúrgicos auferem o correspondente até três salários mínimos (aprox. 7200\$00), 19% de três a seis SM (aprox. de 7200\$00 a 14 400\$00).

Deste modo, a greve dos metalúrgicos, em Novembro de 78, constituiu a maior manifestação *unificada* da classe operária brasileira desde 64. Foi posta de pé pelos sindicatos, por aumentos salariais e contra as demissões, mas ultrapassou os limites previstos. Uma das reivindicações acabou assim por ser o reconhecimento das comissões de fábrica.

Na Caterpillar, por ex., os trabalhadores das comissões foram despedidos, e 1200 da fábrica suspensos por dois dias. Na Bosch, cinco elementos duma CF foram mesmo presos pelo DEOPS.

Até agora, o patronato tem-se mostrado mais 'avisado'. Mas não imaginavam que os operários fossem aceitar 58% de aumento, quando o aumento fixado pelos índices oficiais era de 43% e o exigido pelos trabalhadores de 70%. Os sindicatos — mesmo 'a antiga' — ainda se mostram capazes de confundir os — e daí a reflexão de alguns: os últimos 14 anos de autoritarismo desabituarão as pessoas a defender os seus interesses directamente.

Na assembleia da véspera da votação, 30 mil operários que já não cabiam na sede do sindicato ocuparam as ruas, favoráveis à continuação da greve até receberem os 70%. Mas as direcções sindicais transferiram, numa manobra elementar, a votação para a manhã seguinte, na qual só os metalúrgicos sindicalizados puderam dar o seu voto secreto. E as táticas de diversão são múltiplas: a FIAT, por ex., convocou a Polícia Militar para a fábrica, com cães, e, ao mesmo tempo, fazia difundir um falso comunicado de fim da greve pela TV.

Por isso, o clima de intimidação, apesar das energias libertas com os movimentos grevistas, ainda não desapareceu. Os repórteres que, depois das greves de Novembro de 78, se deslocaram aos bairros periféricos para recolher impressões do estado de espírito das famílias dos operários, depararam com um clima de medo:

'Meu marido falou que é pra eu não falar com ninguém, não assinar papel, não deixar tirar retrato, não receber nem conta.'

'Se eu sei se os operários da Volks fizeram greve? Sei de nada não. E meu marido não vai gostar d'eu aqui conversando.'

Parece porém irreversível a mudança no seio daquilo a que no Brasil se possa chamar 'movimento operário'. O medo não desapareceu, mas está a desfazer-se. E isso, para já, é o principal.

* * *

NOTA FINAL BREVE SOBRE A IMPRENSA NO BRASIL

Os jornais conservadores O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo aumentaram as suas vendas ao dedicar extensas reportagens sobre as greves dos metalúrgicos nas suas edições normais; ao mesmo tempo, outros jornais ditos populares, da área do secundário

barato, com muita saída, e que não noticiaram as greves, sofreram uma quebra de 30% nas suas vendas... A partir de Maio 78 a imprensa começou a dar mais atenção ao movimento sindical e operário. Entretanto, a maior parte das referências por nós utilizadas são provenientes da 'imprensa alternativa' ou imprensa nanica (o nome vem de anão, pequena), que se tem visto bastante perseguida pela censura e tem sofrido ataques de grupos de extrema-direita (bombas, por ex.).

De Fato, existe desde 1977, com circulação mais localizada em Minas Gerais. É mensal. Em Tempo, que se publica desde Dezembro de 1977, é o resultado duma cisão havida no jornal Movimento; é semanal. Este último existe a partir de 1975, e exprime a ampla oposição ao regime, do MDB a sectores esquerdistas; é semanal, e dispõe de um outro jornal, com o mesmo nome para distribuição nas fábricas.

O Repórter, jornal de outra índole, muito menos 'político', surgiu em Janeiro de 1978, e diz-se 'autônomo e independente'.



Desestatização: quem quer ficar com os trens da Central?



Jogo do bicho no Rio: 3 000 bancas, 45 000 empregados diretos e 20 milhões de cruzelros em apostas por dia

COMPRE DO BRASIL. BRASIL FAZ BEM

A situação sanitária no Brasil, que só é melhor do que a da Índia e do Paquistão, provoca o 'medo de ser criado aqui uma sub-raça. O Brasil continua a se alimentar de fezes' — disse ontem o Dr. son Moraes, diretor do Instituto de Medicina Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na abertura da Jornada Brasileira de Vacinação.

MODERNIDADE POLACA

A revolta operária de 25 de Junho de 1976 na Polónia suscitou um certo número de questões nos meios revolucionários. Em primeiro lugar: porque, perante uma ausência quase total de informação sobre a situação social nos países de Leste, essa revolta, e a repressão feroz que constituiu a resposta do poder, são indícios consideráveis das contradições visíveis na sociedade polaca e da luta de classes extremamente forte e explosiva que se trava na Polónia. A revolta de 1976, depois das de 1970-71, é disso, sem margem para dúvidas, uma confirmação flagrante.

Em segundo lugar porque a acção da classe operária polaca suscitou um conjunto de movimentos de oposição ao regime, os quais desta vez puderam afirmar-se contra a censura, provocando uma crise profunda na sociedade polaca.

Por um lado, começa, a partir daí, a formar-se uma certa oposição organizada — quer com base em grupos que procuram uma aliança (ou uma utilização) do movimento operário real, como o Comité de Defesa dos Operários, quer sustentando-se em diversos grupos de oposição, de índole marxista ou outra, ou ainda na Igreja, que tem um peso particularmente forte na Polónia. Por outro lado, começaram a surgir, mais recentemente, certos movimentos de contestação, embora ainda muito limitados, no seio do campesinato, em particular no Sul, sobre a questão da reforma agrícola. (Recorde-se que ainda uns 75% da produção agrícola polaca são assegurados pela pequena exploração privada, duma superfície média de 5 hectares; e que a lei da reforma visa acelerar o processo de concentração, eliminando, para isso, os camponeses idosos da produção.)

Assim, dois anos depois da revolta operária de 1976, a desestabilização do regime parece amplificar-se. A burocracia estatal tornou-se incapaz de resolver as contradições económicas que estiveram na base da insurreição de 1976, e vê-se constringida a impor de novo, a pouco e pouco, os aumentos de preços a que se tinha visto obrigada a renunciar em 1976. O preço da carne, por exemplo, aumentou só num ano 50%. Em Novembro de 1978, Gierek, o chefe do Estado, anunciava a necessidade de retomar novas medidas draconianas no respeitante aos preços. Podem já-se prever-se novos afrontamentos: longe de se estabilizar, a luta de classes na Polónia mantém uma situação relativamente explosiva no interior do bloco de Leste, que seriamente inquieta o poder 'soviético'. A Polónia contrasta com as realidades sociais da República Democrática Alemã ou da Hungria, por exemplo, onde, depois das insurreições operárias que se seguiram à morte de Estaline (RDA, 1953, Hungria e Polónia, 1956), a luta de classes parece tomar uma feição bastante mais subterrânea, de índole individual — vide, sobre a Hungria, o livro de Miklos Haraszti, *À Parte*, Lisboa, 1978, que dá uma boa noção das condições de trabalho e das formas de resistência da classe operária naquele país). Mas é claro que este contraste não reside pura e simplesmente numa extinção física do movimento operário, embora a esse resultado tenham querido chegar os burocratas estalinistas, que só conseguiram esmagar a Revolução Húngara (1956) ao cabo de duas invasões sucessivas da Hungria pelos tanques russos; nem os burocratas polacos podem vangloriar-se de um maior êxito na repressão e amplitude dos massacres de 1970-71 e 1976, que não constituem segredo para ninguém, apesar de se não terem visto obrigados a pedir ajuda ao partido irmão 'soviético'.

A revolta de 1976, apenas cinco anos depois da de 1970-71, é a prova cabal de que a luta de classes não desaparece apenas por força duma repressão sanguinária, embora os estalinistas de todos os quadrantes se esforcem por negar a sua existência nos países onde a sua ditadura é a lei.

A que atribuir então a combatividade particular da classe operária polaca no seio dos países de Leste, no período actual?

O facto de repetidamente as revoltas de 1970-71 e 1976 terem partido duma alta considerável dos preços dos produtos de primeira necessidade deixaria supor que estas revoltas tiveram origem num nível de existência particularmente baixo da classe operária, ligado, este nível, a uma forte taxa de exploração e a muito fraca produtividade. Estes movimentos de protesto social seriam assim em parte comparáveis às 'revoltas da fome' que tiveram lugar, no princípio do século, em Portugal, por exemplo, e durante as quais os operários pilhavam os grandes armazéns para poderem fazer face às suas necessidades mais elementares.

Se assim fosse, seria por certo necessário que os trabalhadores polacos vivessem em condições particularmente miseráveis para que, vezes repetidas, se lançassem a uma luta que, à partida, sabiam sair-lhes muito cara.

Vejamos a questão mais de perto. O rendimento dos operários polacos é manifestamente inferior, em média, ao dos operários checoslovacos ou alemães de Leste; mas é perfeitamente comparável ao dos operários húngaros ou jugoslavos do Sul, ou ainda, para exemplificar com o capitalismo ocidental, ao dos portugueses, se nos referirmos ao nível de desenvolvimento das forças produtivas. Ora certos aspectos característicos dum subdesenvolvimento latente, por exemplo, em Portugal, quase não existem na Polónia, tais como os visíveis na existência de numerosos bairros de lata, na ausência de assistência social aos desempregados e às famílias numerosas, na extrema pobreza e incompetência dos serviços hospitalares, na ausência de assistência médica na província, etc. Uma avaliação do poder de compra dos assalariados polacos pode a priori traduzir uma pobreza muito grande; basta saber, por exemplo, que o salário médio na Polónia é de 500 slotys, que um quilo de carne custa cerca de 200 slotys, que pode comer-se uma refeição razoável num self-service do Estado por 30 ou 40 slotys e que a média dum apartamento de 3 assoalhadas no centro de Varsóvia é de 600 slotys. Com estes dados já se pode fazer uma ideia dos esforços que os operários na Polónia têm de fazer para se aguentarem até ao fim do mês. Mas a sua miséria não se reduz apenas às necessidades de alimentação, habitação, vestuário, saúde, educação, etc. (1)

Esta contradição aparente pode facilmente explicar-se se tomarmos em consideração a vasta rede de actividades extralegis (tráfico e 'trabalho negro') a que se entrega a generalidade dos assalariados polacos após o seu trabalho oficial e obrigatório. Estas actividades representam uma tal fonte de rendimentos suplementários que as próprias estatísticas oficiais se vêem obrigadas a reconhecer que, em média, cada polaco consome 1,3 vezes mais do que o correspondente ao seu salário legal, sem contar com as poupanças, impostos, etc. (2) Isto quer dizer que a importância de tais actividades se apresenta de tal modo grande que, apesar de ilegais, elas fazem parte da existência normal de qualquer assalariado na Polónia; isto é, passam a ser perfeitamente normais e necessárias dados os baixos salários do trabalho oficial e obrigatório. E é assim que os operários polacos ocupam os seus tempos livres em actividades lucrativas.

Esta normalização, note-se, não se refere apenas aos 'costumes'; ela é também aceite e reconhecida, na prática, pelo Estado, embora não oficialmente. O próprio facto de os salários serem fixados a um nível manifestamente inferior ao do custo normal de reprodução da força de trabalho constitui um reconhecimento indirecto, embora não legal, pelo Estado, da necessidade de existência do 'trabalho negro'. O Estado é pois forçado a contar com ele, e tudo se passa como se a pro-

1. Mas se trata aqui de querer contradizer as informações, aliás preciosas, que nos fornece o livro de I.C.O. *Opérations de la classe ouvrière en Pologne*, Paris, 1977, em particular no capítulo 'Como vivem e lutam os polacos', a páginas 18-21, mas apenas de levantar algumas reservas quanto à imagem que se quis criar do operário polaco 'que morre à fome', imagem facilmente suscitada a partir da reunião dum conjunto de informações pontuais e parciais recolhidas de exterior. (Parte deste livro, numa extrema utilidade, encontra-se traduzida em português, numa edição de resto pouco correcta da Centelha, de Coimbra, que inclui o autor colectivo da obra, o grupo já existente, Informations et Correspondance Ouvrières, eprime, sem qualquer nota sobre isso, duas partes fundamentais deste trabalho, lhe altera o título e, em referência a esta falta de mínimo rigor, sugere tratar ele dos problemas duma 'sociedade em transição'. Mesm assim, a parte editada pela Centelha é entre nós muitíssimo difícil de ler.)

2. Note-se que se trata apenas de uma média, quer dizer, de um elemento manifestamente abaixo da realidade, dado que nela estão incluídos os elevados salários da burocracia do aparelho de Estado, a qual evidentemente não necessita de recorrer a estas actividades extraordinárias e dispõe de todo o seu tempo livre...

dução e distribuição ilegais, que têm uma importância considerável no conjunto do sistema, fizessem dele parte — fizessem parte de um sistema que, precisamente, as nega.

Como explicar então uma tal situação contraditória, que se traduz numa crise profunda do regime?

As actividades económicas 'negras' (clandestinas) sempre existiram, mais ou menos, nos sistemas capitalistas, quaisquer que eles sejam. No capitalismo de Estado, entretanto, elas adquirem uma importância particular; mas variam muito de país para país. Na Checoslováquia, por exemplo, são muito reduzidas. Duma maneira geral, pode dizer-se que elas são sobretudo função da capacidade económica do sector estatal dominante, quer dizer, da sua capacidade para assegurar uma produção e exportação à medida da sua política de preços e salários (elementos que determinam o consumo interno). No caso contrário, o Estado vê-se perante um problema: a tendência para o aumento das importações relativamente às exportações.

Ora a balança comercial não pode em caso algum ser deficitária, visto o sistema monetário do capitalismo de Estado proibir toda a saída de moeda e toda a circulação livre de divisas estrangeiras no mercado interno. O Estado é pois automaticamente levado, para além duma louca corrida em busca de divisas estrangeiras, — que o conduz às mais extravagantes medidas burocráticas — a impor imperativamente limites artificiais máximos à importação de certas mercadorias não produzidas no país, e limites mínimos à exportação de produtos nacionais.

A redução que resulta da quantidade destes bens postos à venda no mercado interno necessitaria, logicamente, dum reajustamento (aumento) dos seus preços, para reduzir o consumo. Ora, por um lado, uma subida de preços, para além dos custos de produção artesanais, abre a porta a uma produção ilegal destas mercadorias. É o que acontece, por exemplo, com o aluguer de quartos em casas particulares, muito difundido devido à raridade e aos preços exorbitantes dos hotéis e pensões. Por outro lado, os reajustamentos (aumentos) necessários dos preços chocam-se, para além dos problemas burocráticos, com os limites do possível na redução do custo de reprodução da força de trabalho (poder de compra dos assalariados), sobretudo no que diz respeito aos produtos de primeira necessidade ou de consumo corrente.

O desequilíbrio assim criado entre preço e quantidade de produtos postos à venda no mercado dá origem ao desenvolvimento de toda uma rede de tráfico 'negro' e de uma diferença, por vezes exorbitante, entre preços oficiais e não oficiais. (É o caso dos aparelhos eléctricos em geral, de certo vestuário, de divisas estrangeiras, etc.). Finalmente, a própria actividade económica ilegal, na medida em que fornece outras fontes de rendimento aos assalariados, permite ao Estado encerrar a possibilidade de novos aumentos de preços.

A crise do regime alimenta-se portanto de uma espécie de círculo vicioso baseado na contradição entre sectores legais controlados pelo Estado (estatais ou privados) e actividades económicas clandestinas ou ilegais, contradição esta que se não pode resolver senão por intermédio duma maior exploração do trabalho proletário. O aumento dos preços não pode constituir uma solução estatal no sentido de suprimir as actividades legais, senão na medida em que corresponda a uma baixa do poder de compra real dos trabalhadores (salários e rendimentos extra).

Compreende-se assim que ele seja uma peça fundamental da luta de classes: uma forte resistência do proletariado torna impossível qualquer pressão eficaz do Estado contra o 'trabalho negro'. O Estado vê-se então obrigado, em último recurso, a legalizá-lo, quando pode, ou a tentar recuperá-lo — e é o que acontece, por exemplo, com as superfícies de terra distribuídas aos assalariados das herdades estatais, ou com os organismos oficiais que se encarregam do aluguer de quartos em casas particulares (arrecadando para si uma margem que atinge os dois terços do seu custo).

A legislação sobre as actividades ilegais é para o Estado uma solução de último recurso, já que significa um crescimento do sector privado legal em relação ao estatizado e vai contra o projecto capitalista de Estado. Não é por acaso que existe na Polónia um sector privado ainda muito importante (ao passo que por exemplo na Checoslováquia isso de modo nenhum se verifica), nem é por acaso que o Estado se tenha visto obrigado a dar a este sector privado uma nova consistência após os movimentos de revolta (como em 1956) (3).

³ Não se trata de atribuir o regresso à produção privada por força da simples legalização do 'trabalho negro'. Recorde-se, por exemplo, o regresso à exploração individual da terra após 1956, como consequência duma forte resistência à colectivização forçada por parte do campesinato.



A Polónia é sem dúvida o país de Leste onde as contradições atingiram o seu ponto mais visível. As dificuldades económicas do capitalismo polaco, porém, vêm de trás, do pós-guerra. Em primeiro lugar porque, pelo menos até 1970, a Polónia era um dos países de Leste mais integrado no mercado soviético, e por isso dele mais dependente, exercendo estes grandes pressões ao nível da economia polaca e vendo-se deste modo o Estado polaco em constantes dificuldades para reembolsar as suas dívidas (4).

A partir de 1970-71, e para sair do círculo vicioso a que havia sido conduzido pelas revoltas operárias, o Estado polaco abre-se ao mercado ocidental dos capitais, a fim de encerrar uma melhoria da produtividade e das condições de existência do proletariado, tentando barrar o caminho a novas explosões sociais (5). São deste modo realizados contratos com empresas multinacionais (com a FIAT, por ex.). Mas esta abertura não podia fazer-se sem a contrapartida duma exportação constante de produtos e, consequentemente, duma limitação do consumo interno. É o caso, nomeadamente, dos produtos agrícolas, que constituem um dos elementos fundamentais das exportações polacas. Como a produção agrícola, por razões estruturais (pequena extensão e técnicas pobres de exploração), aumenta muito pouco, o aumento do poder de compra dos assalariados e, portanto, o consumo alimentar, choca-se com as exigências de abertura aos mercados exteriores. Não é por acaso que o aumento dos preços encarado pelo poder dizia respeito, em primeiro lugar, aos produtos alimentares de primeira necessidade.

Os bens de consumo variável (que pode ser substituído) são largamente limitados no mercado interno. É necessário, por ex., estar várias horas nas bichas da carne; nalgumas grandes cidades, como Cracóvia, existe apenas um talho, e em certas zonas do campo é inteiramente impossível encontrar-se carne, embora a Polónia exporte imensa. O consumo de carne é pois substituído frequentemente pelo de leite ou outros produtos leiteiros mais difíceis de exportar. Certos bens alimentares, tais como a uva, não produzidos na Polónia e importados da Roménia ou da Hungria, não se podem encontrar mesmo na estação das vindimas, e se por acaso existe algum posto de vendas em qualquer parte, ele dura apenas algumas horas, e mesmo assim é preciso estar-se prevenido com antecedência para os conseguir — e para se não ficar no fim duma bicha com duzentos metros.

Não se trata aliás apenas de produtos alimentares, mas da maior parte dos produtos de consumo pouco corrente. Quem poderá, por ex., comprar uma máquina fotográfica ou um berbequim eléctrico se não recorrer a uma rede pessoal de informação sobre os locais e datas de venda — não conseguir o acordo do vendedor — que pode muito bem decidir já tê-lo vendido?

Pode, a partir daqui, ter-se uma ideia do modo de existência dos assalariados polacos e do modo como empregam o seu tempo. O 'tempo livre' que fica após o trabalho nas empresas do Estado, não é só ocupado com o 'trabalho negro', fonte dum rendimento suplementar mas necessário; é-o ainda na procura de locais e datas de venda da maior parte dos produtos de consumo, no estabelecimento da sua própria rede de informações (que normalmente exige o pagamento de comissões quando sai fora do contexto dos amigos próximos), nas horas nas bichas, etc. Podemos então perceber a que ponto esta condição de assalariado das empresas estatais mostra ainda mais insuportável: o salariado aparece um

⁴ Cf. a análise de I.C.O. em *Capitalisme et lutte de classes en Pologne*.

todo o seu horror — como subjugação ao trabalho e privação de toda e qualquer criatividade, como expropriação dos meios de produção e do produto do trabalho pelo Estado-patrão, e como exploração irremediável dos tempos livres.

O problema do emprego do tempo aparece assim como crucial nas condições polacas, e as 40 horas de trabalho suprimem de facto a maior parte do tempo livre que ficaria depois de serem cumpridas. Mas também o aprisionamento ao trabalho — o que ele significa em termos de chatice, de horários, de cadências, de hierarquia, etc. — aparece na frente do 'trabalho negro' (6). As actividades complementares dos assalariados (pouco importando se são legais ou não), mesmo se impostas pela extrema miséria dos salários, constituem a maior parte das vezes a ocupação dos seus tempos livres, durante os quais o produtor (no caso do operário) organiza por si próprio o seu trabalho, põe em prática a sua imaginação e criatividade, acabando por apreciá-la, como uma espécie de compensação perante a frustração do salariedade — quer se trate de produção agrícola 'livre', da reparação clandestina de automóveis ou de qualquer outro tipo material, da produção artesanal, do aluguer de quartos, da indicação dos postos de venda de certos produtos a outras pessoas, etc.

O assalariado polaco dispense sempre muito mais energia criativa e interesse pessoal nestas actividades paralelas; porque, para além de serem muito mais criativas (relativamente, é claro, ao trabalho 'normal'), permitem-lhe uma margem de acção considerável, praticamente livre das cadeias do salariedade nas empresas do Estado. Finalmente, a expropriação dos meios de produção e do produto do trabalho pelo Estado-patrão passa a ser ainda mais evidente, visto que cada trabalhador deve quotidianamente guardar segredo dum parte da sua existência. Cada indivíduo é assim constrangido a travar uma luta quotidiana contra a presença do Estado, dominada em permanência pela insegurança e pelo perigo da repressão.

Quem poderá falar da 'integração' da classe operária na Polónia — pelo menos nos termos em que se tem falado de integração a propósito da Alemanha Federal, da RDA ou da URSS? O Estado é, pelo contrário, odiado por todos quantos sofrem o seu domínio, sem, todavia, que o possam dizer abertamente — excepto quando as relações de força se modificam...

Tudo isto pode dar uma ideia útil do que são as relações sociais na Polónia. Evidentemente, é preciso terem-se os olhos bem tapados por carradas de ideologia ou por interesses bem palpáveis para se pensar que *já não há capitalismo* na Polónia. É uma velha história, esta.

O capitalismo, pelo contrário, é talvez ainda mais despótico, omnipresente e duro nos países como a Polónia. O salariedade é talvez ali mais evidente do que no ocidente, onde a fauna social-democrata, com outras margens de manobra, prepara, para consumo das massas, novos molhos autogestionários para melhor engolirmos a merda do salariedade.

Será possível considerar-se que as revoltas operárias de 1970-71 e 1976 foram apenas movidas por uma questão de *nível de vida* dos polacos, e uma luta contra a miséria mais evidente? Isso seria compreender as coisas ao mesmo nível dos estalinistas, para quem o *socialismo* é apenas uma melhoria quantitativa do mesmo modo de produção da vida (luta contra o desemprego, contra o analfabetismo, por melhores equipamentos sociais, etc.), sem nunca porem como questão central, naturalmente, *as relações sociais*.

Se a questão do 'nível de vida' é essencial na luta dos trabalhadores polacos, ela só intervirá essencialmente como elemento de um todo que se consubstancia na condição dum salariedade particularmente insuportável imposto pela força do Estado. A recusa do aumento dos preços e a luta por melhores salários constitui, para o proletariado polaco, um primeiro passo. A reapropriação do produto do seu trabalho, que se verificou em numerosas cidades com a pilhagem colectiva de armazéns, ou o ataque a sedes do partido-Estado, é já um *segundo passo* nesse sentido.

⁵ Vide a análise de Henri Simon em *Le 15 Juin 1976*, Spartacus, Paris, 1976.

⁶ Referim-nos ao livro já citado de Miklos Haraszti, *Salário à Peça*, que, como referimos, constitui um documento fundamental sobre a condição do assalariado operário nas empresas estatais da Hungria e, por extensão, dos 'países socialistas', em particular os de Leste. O salário à peça, como é evidente, não constitui uma invenção dos burocratas húngaros, sendo, isso sim, um resultado lógico da generalidade dos capitalismos de Estado e em especial da função dos P.C.'s. O P.C. Português, por exemplo, procura introduzi-lo nas cooperativas agrícolas e nas U.C.P.'s do Alentejo.



Ocrários em greve. O cartaz em cima diz: 'Sindicatos com os ocrários, não com o partido'.



Uma cena familiar em Varsóvia: consumidores em bicha

crónica

Os sinais recentes mais claros de tensão política na Polónia foram duas manifestações que envolveram milhares de pessoas em Varsóvia e no porto de Gdansk. A 11 de Novembro de 78, por ocasião do 60º aniversário da criação do Estado polaco independente, em 1918, milhares de pessoas marcharam até ao túmulo do soldado desconhecido. A imprensa deu notícia de 5 mil participantes (*Daily Telegraph*), e um depoimento dado ao Labour Focus menciona que a multidão gritava o nome de Katyn, o local da União Soviética onde milhares de oficiais polacos foram massacrados pela polícia de segurança soviética, durante a II Guerra Mundial.

A manifestação de Gdansk deu-se no dia 18 de Dezembro de 78, convocada pela Comissão de Autodefesa Social (KSS-KOR) e pelo Movimento pelos Direitos Humanos e dos Cidadãos (ROPCIO), em lembrança do 8º aniversário do fuzilamento de centenas de trabalhadores dos estaleiros em greve, pelo regime de Gomulka, em 1970. De acordo com o diário *Le Monde*, de Paris (20-12-78), cerca de 4 mil pessoas desfilaram até aos estaleiros e depositaram coroas de flores no local onde ocorreram os primeiros fuzilamentos. Depois de os manifestantes se terem dispersado pacificamente, umas 20 pessoas foram detidas pela Polícia, e conduzidas 15 revistas a casas, mas não houve qualquer notícia sobre a abertura de processos em tribunal.

Outro ponto é a resistência de camponeses às novas leis de reforma. Estas leis, que trazem um imposto adicional para os camponeses, provocaram recusas generalizadas da parte dos camponeses no sentido de pagarem as contribuições para a reforma.

Nos últimos anos, as dificuldades ligadas à crise económica geral, foram particularmente sentidas em sectores como o carvão, fertilizantes, adubos, maquinaria agrícola e material de construção, onde se manifestam grandes faltas. Esta situação leva a restringir drasticamente os investimentos individuais de agricultores, e é a razão do abandono da agricultura pelos jovens. A má organização e corrupção nos centros de obtenção, resultam na perda de produtos agrícolas prontos para o consumo. Com a recente introdução do novo esquema de reforma, os pagamentos de agricultores isolados ao Estado excedem a metade do que ganham.

O número de camponeses que se recusam a pagar contribuições para a reforma aumentou de 250 mil em Maio para 480 mil — ou seja, uns 15% do número total de agricultores em Outubro de 1978, segundo o *Times* de 5 de Outubro. Foram assim criadas comissões de defesa dos camponeses nas províncias do centro e do leste do país.

No final de Julho de 78 foi constituído a Comissão Provisória para a autodefesa dos agricultores, na região de Lublin; e no princípio de Setembro, na região de Grojec. Estas comissões são representantes independentes de 16 aldeias na região de Lublin e de 20 na região de Radom. A 14 de Novembro, a KSS-KOR noticiou ainda a criação de uma comissão de autodefesa no sul da Polónia.

A tradição de um movimento independente de camponeses continua forte no país, e as autoridades devem sobretudo temer a ligação deste movimento à acção operária.

Tanto mais que os sindicatos oficiais continuam a ser desacreditados; em Gdansk e Slask, por ex., foram constituídos grupos pró-'sindicatos livres', e a defesa dos interesses dos trabalhadores foi tomada pelo jornal quinzenal *Robotnik* ('O Trabalhador e o Operário'). A Polícia, por seu turno, tem dado 'caça' sem tréguas e hostilizado constantemente activistas operários envolvidos na realização do *Robotnik* e aos que

têm participado nos comitês sindicais que têm funcionado em Katowice e Gdansk, como nos casos de Switon e do do mineiro Wladislaw Sulecki, membro do corpo editorial do *Robotnik*.

O aumento dos preços de alimentos, rejeitados pela população em 1976, foi substituído por um aumento clandestino. O método de colocar no mercado artigos mais caros sob novos nomes e retirar artigos mais baratos, é praticado em larga escala. Esta tática é utilizada no caso de vários artigos industriais e na maioria dos alimentos, incluindo pão e massas. O aumento dos preços no comércio nacionalizado reflecte-se no comércio privado, causando um aumento considerável no preço de legumes e frutas. É difícil calcular a quantidade do aumento deste tipo de produto, mas não restam dúvidas de que, se são adicionadas as mudanças oficiais, a inflação é muito maior do que poderia parecer segundo os dados oficiais.

Entretanto, o problema do abastecimento de carne não foi resolvido. É difícil aceitar o desenvolvimento duma rede comercial de lojas, nas quais, por ex., 1 kg de chouriço custa aproximadamente o correspondente ao salário diário dum operário médio (150-200 slotys), como uma solução. Ultimamente, os racionamentos de carne foram introduzidos nalgumas fábricas (por ex., Nowa Huta e Rosa Luxemburg).

A desorganização económica progressiva permitiu, entretanto, chegar-se à seguinte situação:

- o congelamento de investimentos ocasionou perdas no valor de milhões de slotys, resultado da interrupção de projectos de construção;
- a restrição drástica de importações provocou uma paragem que durou muitas semanas em fábricas;
- as grandes exportações de alimentos fazem-nos faltar no mercado interno;
- a desintegração do sistema de economia planificada, acompanhada pela rejeição da economia de mercado e pela continuação do sistema anacrónico das indústrias e negócios por meio de directivas e ordens centrais, privaram a economia de quaisquer mecanismos reguladores.

Obviamente, as autoridades procuram compensar a desorganização económica através dum aumento da exploração dos trabalhadores. A jornada de trabalho, para muitos grupos profissionais, tende, em geral, a aumentar. Assim, motoristas, mineiros e operários da construção civil e de outras profissões trabalham de 10 a 12 horas por dia. De resto, ao negar, por ex., aos mineiros dias de compensação pelo trabalho aos sábados, trabalho obrigatório aos domingos, e ao manter um sistema de salários por via do qual um dia de ausência, mesmo quando mais que justificado (doença, morte de um familiar), resulta numa redução de 20% no salário mensal, o sistema polaco só pode ser comparado à exploração dos trabalhadores nos primórdios do capitalismo industrial.

É por isso que os dirigentes se alienam da comunidade, não vendo os problemas reais que a cercam. Quando ficamos a saber que os fundos destinados ao desenvolvimento da agricultura são usados para a construção dum centro governamental em Bieszczady, e que, em conexão com isso, a população local (da aldeia de Wolessate) é transferida para um outro sítio qualquer, temos de tomar isso como prova de que as autoridades perderam o contacto com a realidade.

(Estas informações são extraídas de um documento distribuído pelo KSS-KOR — antes chamado apenas KOR, Comissão de Defesa dos Trabalhadores —, e publicado no boletim Labour Focus on Eastern Europe, de Janeiro-Fevereiro de 1979 — nº 6, vol. 2: uma publicação socialista britânica.)

NATAL A FESTA DA MORTE (LENTA) DE CRISTO

Quantos quilos de perú, leitor querido
quantos quilos de perú pesa, ao certo,
a sua fé no Salvador do Mundo?

Quanta gula mede, exactamente, a sua
crença num paraiso que nunca existiu?

Quanta azia, leitor querido, não lhe
irá custar a sua Gástrica convicção na Redenção da Humanidade e nas in-
fáveis virtudes do Cristianismo?



Quanta azia no estômago, mas acima de tudo quanta azia no espírito não
lhe custou já, e não lhe custará ainda, a sua participação inconsciente,
mas inevitável, na série interminável de rituais mágicos que o Cristia-
nismo concebeu para iludir a Realidade que nunca quis enfrentar; para a-
diar indefinidamente uma visão menos obscura, menos mítica, menos defi-
ciente de nós próprios e da chamada realidade exterior?

Mas, por outro lado, quanta mastigação ruidosa, compulsiva; quanta fre-
nética euforia do consumo não destrói já pouco a pouco, muitos dos gran-
des mitos que a nossa Civilização inventou; não dá já, insensivelmente,
a Deus o que é de Deus, e ao homem o que é do homem?



De entre os rituais públicos que a Civilização Judio-Cristã se habituou a celebrar, com regularidade, desde o início do Cristianismo, o Natal parece ter o privilégio de ser - simultaneamente - o mais conhecido e o mais verdadeiro.

O mais verdadeiro, no sentido em que revela, de uma maneira sumária, mas principalmente clara, a falência de alguns dos mitos mais importantes que sustentaram desde sempre o Cristianismo.

O contraste que existe entre o significado teórico da festa do Natal e a maneira como a Civilização Cristã hoje o celebra, constitui um modelo exemplar de ironia - da ironia que decorre de um mito agonizante às mãos da realidade que esse mito se esforçou desde sempre por iludir.

A maneira como hoje se celebra o nascimento do Salvador do Mundo, constitui ainda, por outro lado, um índice claro da incredulidade com que as sociedades contemporâneas, no Ocidente, reagem aos fundamentos teóricos da religião cristã, e às alegorias e rituais que lhes deram substância.

A alegoria do Natal consagrou, com especial ênfase, alguns dos mitos mais importantes sobre que a Civilização Cristã se organizou e desenvolveu desde sempre.

Celebra, em primeiro lugar, o mito da virgindade como sinal distintivo de virtude - com tudo o que isso implica de desvirtualização óbvia do sexo, mas acima de tudo, com tudo o que isso implica de elogio da impotência - uma das características essenciais do Cristianismo - desta vez manifestada no medo do prazer, na recusa evidente em assumi-lo.

Celebra em segundo lugar, o mito do amor à margem do sexo, e mais do que isso, em frontal oposição a ele. Celebra a mentira do Amor concebido na recusa do prazer, na negação ostensiva de uma parte crucial da Realidade, e na tentativa de a substituir pela ilusão da virtude e da pureza.

Em terceiro lugar, a alegoria do Natal consagra o modelo cristão da Família, que constitui, do ponto de vista social, o ponto central em torno do qual a Civilização Cristã se organizou no passado, e organiza ainda hoje.

Constituindo-se na negação primordial do prazer, e no consequente refúgio para o paliativo da virtude e da transcendência, o Cristianismo em geral, e a família cristã em particular celebram, pelas vias tortuosas da pureza, a destruição daquilo que pretendia irónicamente passar pela essência do Cristianismo, isto é : a prática do Amor.

O modelo ideal da família cristã nas sociedades do Ocidente, tem sido claramente decalcado sobre o modelo mítico da Família Primitiva.

Um ponto essencial une ambos: a incapacidade real de amar; a farsa de um afecto impossível, construído na recusa constante da possibilidade de um afecto real; e o desencontro inevitável, com os outros e com nós próprios - inevitável, quando no centro da organização social e da nossa própria organização interior, a realidade material do afecto é mlticamente substituída pela sua própria negação.

Dai a hipocrisia da caridade cristã e da ascese da virtude.

Dai, também, o elogio insidioso da renúncia, do sacrificio e da submissão, isto é: o elogio da castracção e da impotência, características básicas do Cristianismo, de que a alegoria do Natal é já um exemplo suficientemente vivo em todos os detalhes que a constituem - como o é, de resto, a forma actual de a celebrar.

Os aspectos básicos da Família Primitiva - tal como a alegoria do Natal os fixou - coincidem, quanto ao essencial, com os aspectos básicos da família real nas sociedades de cultura cristã. Apenas uma diferença de fundo, visível, no entanto, à superfície:

Enquanto que a incapacidade real de amar, e a hipocrisia de um afecto impossível disfarçado sob as aparências de virtude, eram sabiamente iludidas pela apologia da beatitude e da transcendência, são agora mitigadas pela eu-

foria do Consumo.

Mas o esforço para iludir a realidade deste facto é hoje progressivamente menor.

O desencanto da corrida ao expediente do Consumo - paliativo para uma vida vivida sobre um eco; sobre uma Ressonância simultaneamente longínqua e próxima; sobre a angústia da incapacidade básica de afecto que o Cristianismo ajudou zelosamente a promover - o desencanto da corrida ao expediente do Consumo, é já prova disso - o que constitui um saudável pronúncio de clareza por parte das sociedades contemporâneas do Ocidente.



A ansiedade com que o paliativo do Consumo é consumido, oferece um primeiro índice do desencanto na procura desse expediente - óbvio substituto para a incredulidade

crescente nas religiões, quer assumam a forma tradicional de rituais sagrados, quer assumam a forma de Ideologias (rituais em nada menos sagrados do que os primeiros).

O elogio hipócrita da virtude, como argumento básico para sustentar a negação do prazer, e o refúgio impotente na ilusão de uma transcendência, inventada para suprimir o desconforto do embate frontal com a Realidade, fizeram do Cristianismo a religião do medo, do recuo, do pecado, do sacrifício e da punição. Fizeram do Cristianismo o modelo da prática do ódio, disfarçado sob as aparências de amor - como o ilustra, abundantemente, a história da nossa Civilização.

Fizeram do Cristianismo, por outro lado, o paradigma da reacção ao progresso organizado do conhecimento e ao desenvolvimento de uma visão clara da realidade.

Escrevia Bertrand Russel a este propósito:

"Penso que a religião se baseia, acima de tudo, no medo. É em parte o terror do desconhecido, e em parte o desejo de se ter uma espécie de irmão mais velho em que nos possamos apoiar sempre que tivermos dificuldades ou conflitos. (...)

O medo está na origem da crueldade. Não surpreende, por isso, que crueldade e religião tenham vivido sempre de mãos dadas: o medo está na base de ambas.

Neste mundo, começamos a compreender um pouco as coisas, a dominá-las com o auxílio da ciência, que conseguiu abrir caminho, passo a passo, contra a oposição oferecida pela religião (cristã, pelas Igrejas em geral, e pelas crenças.

O conhecimento pode ajudar-nos a ultrapassar o medo cobarde em que a humanidade tem vivido durante tantas gerações. E pode ajudar-nos ainda a não procurarmos fora de nós próprios apoios imaginários, a não inventarmos aliados no céu, mas antes a concentrar os nossos esforços na terra, de modo a podermos transformar este mundo num sítio onde se possa viver aceitavelmente, e não naquilo que as igrejas fizeram dele ao longo dos séculos".

O conforto provisório do mundo dos mitos, paga-se finalmente com a nossa própria destruição.

O mito fulcral sobre que toda a Religião (cristã) assenta, é, essencialmente, o mito da Redenção da Humanidade, conseguida através da encarnação de Deus, na pessoa de Cristo, considerado, por isso, como o Salvador do Mundo.

É no mito da Redenção que se apoia, basicamente, a ideia cristã de Amor, e é ele que constitui o fundamento

Último da Religião Cristã.

O Natal, é a parábola que mais claramente o celebra, e a par com a morte de Cristo, é o episódio certamente mais importante de toda a história do Cristianismo.

Dal, que a maneira como hoje a festa do Natal é lembrada no Ocidente, constitua um sinal claro da falência do Cristianismo e da incredulidade actual nos grandes mitos que o sustentaram. A encarnação de Deus, com o propósito expresso de redimir a Humanidade, é hoje generalizadamente celebrada com aquilo que a Civilização Cristã produziu de mais estéril: a orgia do consumo, sucessivamente alternada com a orgia da comida. Aparentemente, é isto o que a Civilização Cristã tem de melhor para se oferecer a si mesma, na comemoração do seu próprio nascimento.

A Mentira do Cristianismo tem assim, no vazio da Mentira com que os seus próprios fieis celebram o mito mais importante da sua história, a sua irónica contrapartida.

O único Indício de Redenção real, parece ser justamente a incredulidade ostensiva que os cristãos manifestam já relativamente aos grandes mitos do Cristianismo, e a emancipação progressiva da nossa Civilização em relação a ele.

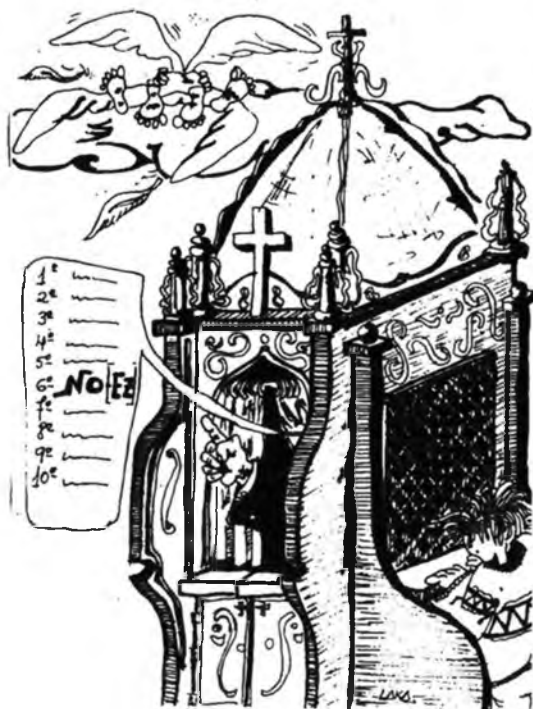
O mito do Amor, tal como o Cristianismo o concebeu e celebrou desde sempre, começa hoje a ser progressivamente substituído por uma noção mais real de Amor. Isso parece constituir uma condição necessária para que o Amor se torne, finalmente, possível, e venha, alguma vez, a ser vivido.

A humanidade não precisa de ser redimida, a não ser por si mesma. É em relação ao homem - e não em relação a qualquer espécie de deus - que o termo "redenção" terá que ser definido - se tiver que ser definido alguma vez, de alguma maneira.

O único sentido plausível da ideia de redenção, parece estar justamente na destruição progressiva dos mitos, no a-

bandono do recurso à mentira e à superstição, e na conquista de uma visão clara da Realidade.

O mito da Redenção termina - como todos os outros



mitos - na recusa da Redenção dos Mitos.

Apesar do brilho das estrelas e da suavidade dos cânti-
cos, a maneira como concebemos o nascimento do Salvador do
Mundo constituia em si mesma mais uma sólida amarra ao universo fan-
tasmático e primitivo em que sempre vivemos.

A festa do Natal, tal como hoje é publicamente celebrada, consti-
tui talvez uma das manifestações mais claras da nossa emancipação -
- ainda demasiado incipiente - em relação ao Cristianismo.

É, por isso, talvez o mais verdadeiro dos rituais ditos sagrados
que a Civilização Cristã inventou até hoje.

João de Sousa Monteiro

Nota: Texto incluído no livro "Tabú,
príncipe dos cãgados, de fraldas
ao vento, ladra às portas do futuro",
ed. Assírio & Alvim, que constitui o 2º
vol. dos textos do programa "O homem no Tempo".



Mercado Comum

da Repressão

Como estudante em Berlim, Astrid Proll foi bastante activa no movimento estudantil de finais dos anos 60. Participou então num projecto para a criação de parques de diversão para crianças, num conjunto residencial de Berlim, e também na campanha de apoio a jovens delinquentes, iniciada por pessoas que davam aulas em vários reformatórios.

'Tive amizade pessoal com alguns dos membros fundadores da RAF (Fracção do Exército Vermelho), trabalhei com Gudrun Ensslin, Andreas Baader e Ulrike Meinhof, com crianças delinquentes fugidas de reformatórios. Tentei criar uma alternativa à existência nos reformatórios, com aquelas crianças: uma vida de autodeterminação, com a sua residência própria e um emprego de sua própria escolha.'

Foi também activa no Colectivo Socialista de Doentes, que ocupou um hospital psiquiátrico e o pôs a funcionar com base na palavra de ordem 'faz da tua doença uma arma', afirmando que a doença mental constitui, na realidade, uma reacção saudável contra a repressão capitalista, e que a compreensão disso pode dar força e vontade àqueles que são classificados como doentes, levando-os a lutar contra aquela repressão institucional.

'A minha vida em 1969-70 foi influenciada por Andreas Baader. Mas ele não foi a única pessoa a fazê-lo, nem tão-pouco pode ser transformado no responsável pelo desenvolvimento do terrorismo, como o pretendem as autoridades alemãs federais. Isto é aliás semelhante às falsas lições de história sobre o fascismo hitleriano que recebi na escola. Andreas Baader sabia o que fazia e por que lutava. Ele está morto, e o Estado alemão mais forte do que nunca.

Não posso rever este passado como quem faz um balanço. Há muitos tumultos no meu caminho. Não me reprimo, mas não quero falar sobre isso cá.

Estas experiências são bastante dolorosas. Não posso contar pelos dedos das minhas mãos quantos amigos morreram. Sei o que significa a morte — e isto é verdade para todos.'

Astrid foi presa pela primeira vez em Maio de 1971, em Hamburgo. Depois de detida sob custódia durante dois anos e meio, sem julgamento, foi levada a tribunal em Setembro de 1973, em Francoforte — sob a alegação de que tinha disparado sobre dois polícias à paisana, em Fevereiro de 1971. Mas ninguém fora atingido ou ferido. A imprensa, na altura, anunciou que os juizes se preparavam para abandonar o caso, quando, abruptamente, este se vê suspenso, por recomendação médica: Astrid deveria sair da prisão para não morrer, vítima por uma grave perturbação de circulação sanguínea — causada pelo tempo prolongado durante o qual esteve submetida à 'tortura branca'. Quando o processo recomeça, porém, já tinha conseguido escapar para a Grã-Bretanha, em Fevereiro de 1974.

O governo federal alemão tinha, entretanto, perdido já as acusações contra Astrid, quando, inesperadamente, esta é detida em Londres — quatro anos e meio após ter escapado da República Federal. Passados quatro meses da sua detenção londrina, é apresentada uma nova versão das acusações — que estão a ser ouvidas no processo de extradição, em Londres. Assim:

- 10-2-71: dispara sobre dois polícias à paisana;
- 29-9-70: participa na preparação e execução de um assalto a um banco em Berlim e de um outro em Kassel, a 15-1-71;
- rouba um automóvel;
- falsifica um documento de identidade e um passaporte.

As revistas da Alemanha Federal *Der Spiegel* (25-9-78) e *Stern* (23-10-78) noticiam que a tentativa de acusação de assassinio não pôde ser convincentemente provada na altura, porque havia bastantes contradições nos depoimentos de oficiais de segurança que apareceram como testemunhas, além de terem sido aqueles depoimentos cortados pela acusação. Em seguida, as autoridades disseram que não havia testemunhas no local do crime; finalmente, a defesa provou que muitos outros polícias se encontravam no local, mas que, apesar da solicitação do juiz, foram impedidos de comparecer no tribunal.

As acusações sobre os assaltos aos bancos baseiam-se de um indivíduo dito ex-RAF, que fornece informações em troca da sua imunidade; foi, de resto, já utilizado em muitos processos contra a ex-RAF. Mais recentemente, foi chamado a depor em Inglaterra no processo de extradição de Astrid, mas os seus depoimentos contraditórios não parece agradarem às autoridades alemãs.

O TERROR MODERNO DAS PRISÕES ALEMÃS

Entrar num tribunal na Alemanha Federal, hoje, sob a acusação de 'crimes políticos', corresponde automaticamente a receber uma condenação. Desde Janeiro de 1975, é com efeito permitido julgar e condenar o réu na sua ausência; não se permite a existência de um conselho de defesa para representar vários réus; todos os documentos da defesa ficam sujeitos a vistoria pelas autoridades prisionais; a defesa pode ser excluída do processo no tribunal, como suspeita de dar apoio político aos seus clientes, e não pode fazer declarações consideradas políticas no tribunal.

Deste modo, desde Outubro de 1977, qualquer prisioneiro acusado de terrorismo, condenado ou sob custódia, pode ser impedido de qualquer contacto com o exterior,

(*) Os trechos citados são extraídos duma entrevista de Astrid à revista *Stern* e de cartas enviadas a amigos seus da prisão de Brixton, Inglaterra, em Novembro de 1978.

incluindo os seus próprios advogados de defesa ou amigos seus.

O PROGRESSO MÉDICO E A PRIVAÇÃO SENSORIAL NAS PRISÕES ALEMÃS

Astrid Proll foi submetida à tortura pelo método de 'privação sensorial', na chamada 'ala morta' da prisão de Ossendorf (Colônia), por dois períodos, durante quatro meses e meio. Desde Novembro de 71 esta ala foi usada para isolar Astrid, Ulrike Meinhof e Gudrun Ensslin. Esta dita 'unidade psiquiátrica' feminina, porém, serviu aparentemente a outros objectivos, fora do âmbito do tratamento psiquiátrico de mulheres, pois as chaves das outras secções masculinas e femininas da prisão serviam para fechar partes desta ala.

Ultimamente, foram construídas 'alas mortas' para prisioneiros políticos em Berlim, Hanovre, Bruchsal e Lubek — nas quais os prisioneiros são completamente isolados da existência normal da prisão. São de 3 a 4 prisioneiros ali são encerrados de cada vez, em celas separadas umas das outras por celas vazias, e ficam sob constante vigilância de TV.

CONDIÇÕES DE CONFINAMENTO SOLITÁRIO

- Segregação sistemática dos outros prisioneiros: exclusão de todas as actividades comuns da prisão, proibição de conversar com quaisquer outros prisioneiros;
- mãos algemadas durante o exercício solitário no pátio da prisão;
- proibição de todas as visitas e de correspondência, com excepção das da família, as quais são vigiadas e as conversas totalmente gravadas; as visitas podem realizar-se de duas em duas semanas, com a duração de 30 minutos;
- censura e confiscação de todos os livros e jornais; era autorizada a escuta do rádio da prisão, com o volume controlado pelas autoridades.

CONDIÇÕES DE PRIVAÇÃO SENSORIAL NA UNIDADE DE CONTROLO OU 'CELA SILENCIOSA'

- Exercício restringido a uma hora por dia;
- o único contacto humano dava-se através dos guardas prisionais, quando traziam alimentação, 3 vezes por dia; mas os guardas tinham instruções precisas: nunca falar ao prisioneiro, para evitar a subversão;
- proibição de livros, fotos, etc., ou de quaisquer objectos dependurados ou fixos nas paredes;
- ausência de som: numa cela totalmente à prova de som, tudo nela era pintado de branco;
- iluminação permanente (24 horas por dia); telas metálicas em frente das janelas impediam a penetração da luz do dia; a única luz era de neon branco, impossibilitando qualquer noção de tempo.

PESQUISA EXPERIMENTAL DOS EFEITOS DE PRIVAÇÃO SENSORIAL

Constitui um facto médica e cientificamente provado que a estabilidade fisiológica de um ser humano só pode ser mantida por meio de constantes estímulos sensoriais recebidos do meio ambiente. Se o corpo humano é privado dos níveis normais de tais estímulos, as funções vitais começam a debilitar-se, e o corpo começa a deteriorar-se fisicamente. Pessoas que foram sujeitas a estas condições, em situações experimentais, começaram a sentir efeitos adversos decorridas apenas 10 horas. Astrid Proll foi submetida a estas condições antes do seu julgamento, durante dois períodos: um de dois meses, e um



outro de dois meses e meio. (Cf. informações prestadas pelos médicos alemães Tjens, Shalice, e Rausch.)

EFEITOS FÍSICOS DA PRIVAÇÃO SENSORIAL

Num ambiente desprovido de estímulos, os sentidos, gradualmente, deixam de funcionar, e isto, por sua vez, afecta todo o corpo: a pressão sanguínea e a circulação diminuem gradualmente, o cérebro recebe menos oxigénio e a capacidade de concentração, rapidamente, deteriora-se. As alucinações passam a ser comuns.

EFEITOS A LONGO PRAZO

Se os olhos não recebem estímulos visuais, os centros visuais do cérebro deterioram-se; o resultado é a cegueira.

A imobilidade forçada e duradoura pode conduzir à distrofia induzida dos músculos, ao endurecimento das juntas e à deformação óssea.

Os ritmos cerebrais são diminuídos; pode-se chegar a um ponto em que não voltam já ao normal, resultando isso numa capacidade de raciocínio em debilidade permanente.

A pressão sanguínea reduz-se, até que a circulação acaba por parar.

E, nesta altura, o indivíduo morre.

NOTA: As pesquisas realizadas neste domínio são relatadas nas seguintes publicações: J.D. Vernon, *Inside the Black Room*, 1964; 'Privação sensorial', *Science Journal*, 1966; E. Lausch, *Manipulation, Der Groff nach dem Gehirn*, Estugarda, 1972; J. Gross, 'Privação sensorial', in *Psychiatria, Neurologia, Neurochirurgia*, 1973.

A PRISÃO DE ASTRID EM INGLATERRA

Astrid foi detida em Londres, por um contingente policial antiterrorista de uns 22 homens, que cercaram o seu local de trabalho, não permitindo que falasse com alguém, atirando-a contra uma parede. Esta polícia confirmaria que Astrid não tinha participado em qualquer actividade 'subversiva' (terrorista) durante a sua estadia na Grã-Bretanha, mas isso não impediu que a conduzisse para a prisão de Brixton, onde se encontra (na ala de 'alta segurança').

A sua única companhia na prisão é Khaloud, uma jovem palestina, de 19 anos. 'Khaloud nunca sai da cela, pelo facto de estarmos numa prisão de homens. Ela encontra-se prejudicada, numa prisão de homens. Cã são muito expeditos em colocá-la sob o efeito de drogas, quando ela já não aguenta, e por isso concorda. Difícilmente ela espera qualquer coisa das pessoas inglesas, das prisões inglesas. A sua vida e os seus pensamentos estão na Palestina, mas pelo menos pretende uma coisa: ser transferida para uma prisão de mulheres.' (20-11-78)

Com a prisão de Astrid, tornou-se claro que também na Grã-Bretanha há tentativas para introduzir medidas semelhantes às das prisões alemãs, que afectarão os direitos de todos os prisioneiros: Astrid é proibida de trocar quaisquer documentos com o seu advogado, inclusive os relativos à sua defesa, a menos que tenham sido vistoriados pelas autoridades prisionais. Esta medida é nova e inconstitucional na Grã-Bretanha.

De início, as visitas do seu advogado alemão sofreram uma restrição completa: todos os diálogos passavam a ter que ser feitos em inglês, na presença de guardas prisionais — apesar de constitucionalmente um réu ter direito de livre acesso ao seu advogado, com inteira privacidade, sem qualquer intrusão por parte das autoridades prisionais. Em virtude de protestos de alguns advogados ingleses, as autoridades fizeram algumas concessões: Astrid pôde passar a receber 'visitas especiais' do seu advogado, sem a presença de guardas. Por outro lado, antes da prisão de Astrid, era ilegal manter um prisioneiro por mais de sete dias sem que este fosse apresentado em público; agora já não é.

A EXTRADIÇÃO

De acordo com as condições de extradição na Grã-Bretanha, o réu não deve ser extraditado se é acusado de 'ofensas de carácter político'. Ora na Alemanha Federal, com a recente criminalização das actividades políticas, poucas actividades são consideradas políticas em contraposição às criminais. E o acordo de extradição existente entre a Alemanha Federal e a Grã-Bretanha foi apressadamente modificado no dia 3-10-78 — logo após Astrid ter sido presa, para limitar os seus direitos enquanto casada com um indivíduo britânico. Esta medida, além do mais, constitui um acordo unilateral, pois a RFA continua a recusar a extradição de cidadãos a outros países, como no caso de um criminoso de guerra para a Itália.

* * *

'Pode-se pensar que dois prisioneiros e nove chuis são onze vidas; mas assim esquece-se que nove chuis estão aqui para confinar, privar e observar duas vidas. Depois de dois meses, sei por que são trocados de duas em duas semanas: porque é insuportável, não apenas em termos de pagamento, pois o salário que recebem não é um emprego, é um retrocesso ... Penso que vou tentar escrever sobre o isolamento; o isolamento é na verdade expresso por uma página vazia.' (Astrid, 20-11-78.)

'Preciso de lutar sobretudo contra o facto de ser considerada uma importante terrorista. A realidade que

aqui me cerca diz-me, precisamente, isso. Sou aqui o principal prisioneiro — e todos, prisioneiros e guardas, queixam-se agora do rigor da segurança. Era isto o que mais temia. Na Alemanha será ainda pior, porque posso ser ligada a todos os velhos nomes.' (30-9-78)



ASTRID E A INGLATERRA

Qualquer tentativa para se fixar em Inglaterra apresentava-se, a Astrid, difícil e ameaçadora. Cada passo deve ter sido para ela um passo a mais para fora da 'segurança ideal'. Ao mesmo tempo, porém, através das pessoas que foi enconstrando, surgiram possibilidades que nunca tivera. Atirou-se a um trabalho, e não foi fácil — primeiro, porque teve de se apetrechar para um emprego; depois, porque teve de o arranjar; e finalmente, porque precisava de o manter.

Começou por conseguir trabalho como motorista duma firma de bolos, conduzindo uma carrinha pelas zonas mais movimentadas de Londres, uma cidade que desconhecia completamente. Manteve-se nele umas semanas — até ficar doente e não poder voltar. Depois, trabalhou na limpeza dos parques, e isto durou algum tempo. Mas não era solução: do que precisava era de aprender um ofício, que lhe desse alguma garantia de salário.

Quando vim para a Inglaterra, dei duro e construí uma nova existência através de minha própria força, sem a ajuda de instituições ou redes conspirativas.

À noite, fiz um curso de mecânica de automóveis, e após dois anos passei no teste oficial de habilitação profissional. Inscrevi-me por toda a parte para obter um emprego, mas era difícil consegui-lo, por ser mulher. Há muitos homens que são mecânicos de automóveis.

Comecei numa fábrica de brinquedos, no grupo de manutenção. Eu era a única mulher, entre oitenta homens. Quando fui admitida, o contramestre teve que escolher entre mim e um rapaz negro. Depois de algumas semanas, recusou-se a trabalhar comigo, não me dava qualquer trabalho nem falava comigo. A esposa dele criou problemas quando soube que ele estava a trabalhar com uma mulher.

Desde a II Guerra Mundial que sempre houve um forte racismo contra os alemães. O contramestre queria dar-me com a mão na cara quando leu uma notícia no jornal sobre ofertas de trabalho na Alemanha: ofereciam trabalho para encanadores ou para a construção civil com salários duas a três vezes superiores ao dele! Não sabia que na Alemanha também há empregos mal pagos e desem-

pregados. E atirou-me: 'Vá-se foder, desapareça, vá para a Alemanha ganhar a sua massa por lá. No fim de contas, quem foi que ganhou a guerra?'

Tive, muitas vezes, vontade de sair. Mas fiquei. O contramestre tentou convencer o delegado sindical a forçar o meu despedimento. Tentaram mesmo organizar uma greve contra mim no sector da manutenção. Claro que o delegado sindical tinha conhecimento do artigo da lei contra a discriminação sexual; foi então que ele e o contramestre organizaram um esquema de trabalho destinado a provar que uma mulher é demasiado frágil para um emprego masculino. Não valeu de nada eu ter dito ao delegado sindical que ele era um criminoso, que não podia apoiar apenas os homens, porque eu também era membro do sindicato. E tive de fazer o teste que eles prepararam. Tive de subir e descer uma escada de 20 metros de altura, carregada de ferramentas pesadas, e passar depois pelos departamentos carregada com longas barras de ferro. Após tê-lo feito, a gerência não pôde deixar de tomar a minha defesa, por razões legais. Quanto ao contramestre, demitiu-se. Depois deste incidente, consegui ser bastante respeitada pelos homens.

Quando deixei aquele emprego, consegui, mais tarde, um outro, numa oficina de mecânica financiada pelo Governo. O meu trabalho consistia em treinar doze aprendizes, dos quais dois terços eram negros. Eram miúdos que vinham de áreas degradadas, tiveram que fugir de casa, ficaram desempregados desde que deixaram a escola, e tinham muitos problemas com a polícia. Nós tínhamos que os ensinar no ofício durante os doze meses do curso.

Sendo eu mulher, trabalhar com eles também não foi fácil, mas sob outros aspectos. Aqueles miúdos, originários do lumpem-proletariado, aprenderam a detestar qualquer tipo de autoridade. Não queriam ser ensinados ninguém, e muito menos por uma mulher. Os miúdos brancos tratavam-me de Hitler. Não conseguia suportar aquilo; mas depois dum certo tempo, eles pararam. Gostei muito deles. Deram-me coragem, com a sua juventude, a sua força física e a sua acuidade. Deram-me coragem para viver, para continuar...

Quem conheceu de perto Astrid, notou nela uma constante tensão, devida ao facto de ter que ocultar uma parte vital da sua história pessoal. Eram coisas que não podiam ser ditas ou explicadas. Que tinham que ficar com ela. Mas nem por isso havia nada de irreal, ou de artificial, no modo como se relacionava com os outros: estava sistematicamente envolvida por inteiro com as pessoas, e muito em particular com as crianças.

'Ela estava sempre agitada, andava dum lado para o outro numa sala, como um animal enjaulado, por vezes sem parar, incapaz de se acalmar. Era também extremamente difícil para ela ficar sozinha, disse-me que era incapaz de viver só.

A saída de um carro, o andar ou o acto de se sentar num restaurante, podiam produzir tal ansiedade em Astrid como eu nunca vivira. Uma ocasião, ela desmaiou num supermercado, intensamente iluminado e branco. Era uma vulnerabilidade que tinha a ver com aquilo por que tinha passado, em relação com a sua ilegalidade, que não podia partilhar com os outros.

Durante todo o tempo que estive em Londres, Astrid pôs toda a sua energia nas amizades, no treinamento, nas ocupações colectivas das casas, nas actividades de bairro, além de partilhar com outros adultos o cuidado para com crianças. Quando chegou à Inglaterra, mal começara a recuperar a saúde, e começava tudo do zero novamente. Em Maio e Abril de 78, ainda organizou um curso prático de manutenção de automóveis, especialmente para mulheres — parece que o único curso no género, gratuito, em Londres.'

Quando vim para Inglaterra, estava só. Como estrangeira, encontrava-me isolada, sempre com medo de ser descoberta. Precisava de conhecer pessoas, que me encorajassem a lutar contra o isolamento. Quando conseguia relacionar-me com alguém, era apenas com uma pessoa de cada vez. E quando alguém disse que me amava, eu não acreditei.

Precisava de muita vida, e encontrei isso com mulheres que viviam em comunidade, com crianças, sem a protecção de homens. Mulheres que se encorajavam a si próprias a viver independentemente, e a fazer coisas que não são permitidas às mulheres, como, por exemplo, aprender ofícios que são considerados masculinos.

Aprendi assim muito sobre mim mesma como mulher, ao viver com outras mulheres e ao lidar com homens. Precisava de ser independente, segui-o. Em todas as situações da minha vida e do meu trabalho, lutei contra a opressão, aparecesse quando aparecesse. Não se tratava dum programa político para a minha vida. Agora, de novo na prisão, é que vejo quantas amizades criei enquanto sentia que estava a lutar sozinha.'

* * *

A NOSSA SOLIDARIEDADE EM PORTUGAL

Quer por razões afectivas, quer por razões 'políticas', o grupo que edita esta revista e outros amigos tentámos, a princípio, após a prisão de Astrid em Londres, divulgar algumas informações sobre as condições em que isso acontecera, e o que estava a seguir-se-lhe. Os contactos que fizemos junto de alguma da imprensa de Lisboa, para divulgação de um abaixo-assinado que distribuímos, foram infrutíferos, o que, aliás, nos não surpreendeu. Procurámos depois fazer um piquete, contra a extradição de Astrid, em frente à Embaixada Britânica em Lisboa, o que não resultou, dado o reduzido número de pessoas que compareceu, mostrando, com isso, a falta de interesse dos libertários por acções que, apesar de elementares, parecem 'perigosas' ou 'complicadas', e, ao mesmo tempo, o nosso próprio isolamento. Conseguimos assim, apenas, fazer circular o abaixo-assinado contra a sua extradição, em locais de trabalho, escolas e algumas livrarias (400 assinaturas até fins de Janeiro). Não por considerarmos o abaixo-assinado como algo de particularmente interessante, mas porque apareceu como uma das coisas — na realidade a única disponível — que era possível e não inútil fazer.

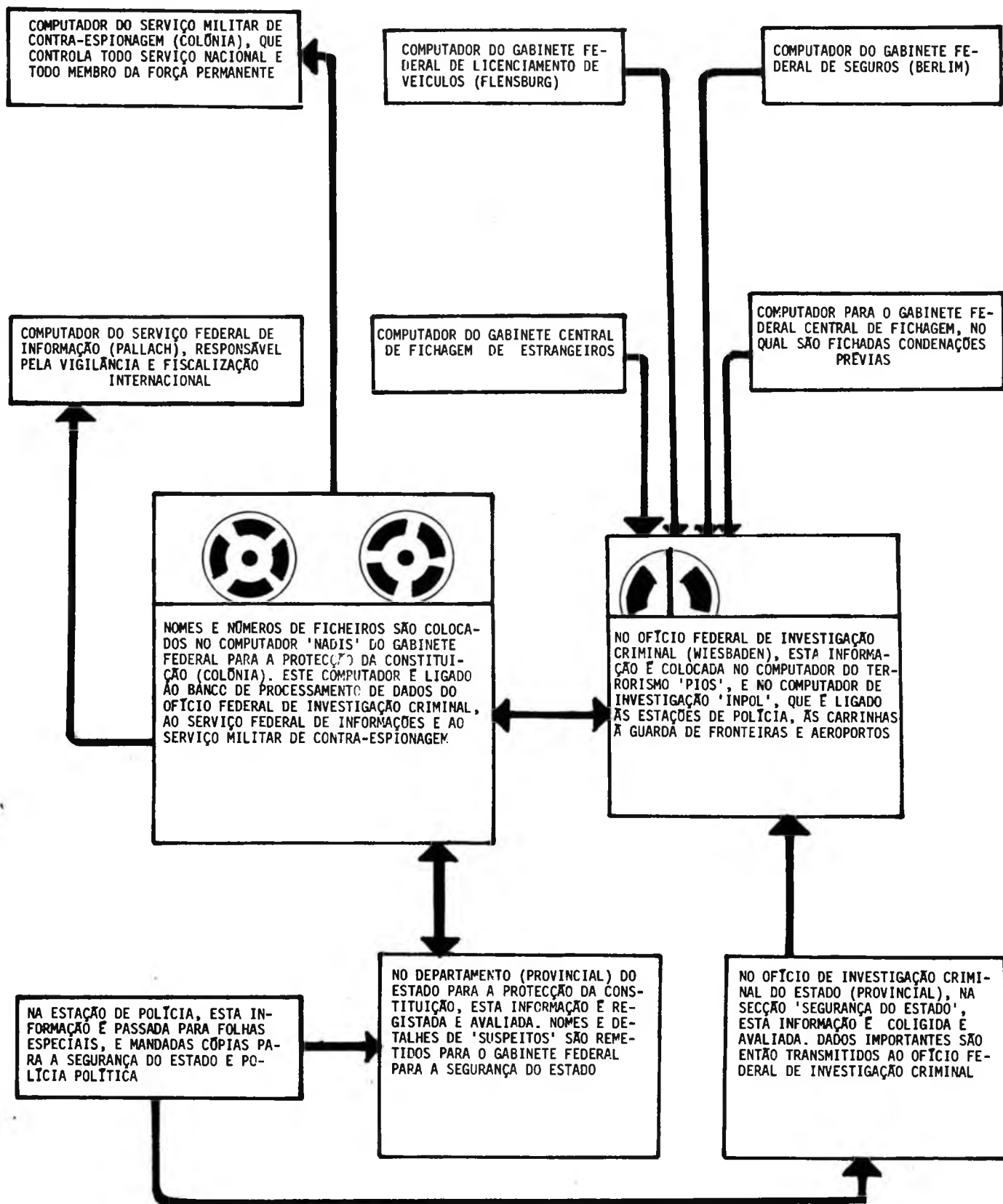
De qualquer modo, deixamos aqui o endereço de Astrid em Londres: na sua situação, o apoio que possa receber do exterior é para ela importante. Pode escrever-se-lhe (em alemão, inglês ou francês) para:

Anna Puttick - B 22188, H.M. Prison, Jebb Avenue, Brixton, South London - Grã-Bretanha.

Os seus amigos em Inglaterra constituíram um colectivo de apoio, através do qual têm feito campanha contra a sua extradição e de denúncia sobre a opressão na Alemanha Federal. Para qualquer contacto, escrever

a Friends of Astrid Proll Campaign
Box 174 - London E3 4DE, Grã-Bretanha.

As contribuições em dinheiro podem ser enviadas para a FAP Campaign, conta bancária nº 50062315
Coop Bank Ltd - 110, Lenan St., London E 1.



ALTA TECNOLOGIA AO SERVIÇO DA VIGILÂNCIA ESTATAL NA REPÚBLICA FEDERAL ALEMA.

CONFORME O DESCREVE O GRAMÍGRAMA SIMPLIFICADO ACIMA, NA R F A EXISTE UMA REDE DE COMPUTADORES CAPAZES DE FORNECER UM INVENTÁRIO COMPLETO DA POPULAÇÃO, TORNANDO POSSÍVEL COMBINAR E JUNTAR TODAS AS INFORMAÇÕES COLIGIDAS SOBRE UM ÚNICO INDIVÍDUO, PROVENIENTES DE DIFERENTES FONTES — DESDE OS DEPARTAMENTOS FINANCEIROS E DE EMPREGO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE E SEGUROS E INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS. EM DEZEMBRO DE 1976 FOI ESTIMADO QUE UM SÓ COMPUTADOR RECEBEU MAIS DE 6 MILHÕES DE QUESTÕES COM ESTA FINALIDADE.

O LADRÃO

GEORGE DARIEN

LIVRARIA EDITORA
SOTAVENTO



l'utopie revolutionnaire; Mort de la société bourgeoise. (IRL c/o ACLR 13 Rue Pierre Blanc 69001 Lyon)

JEUNE TAUPE!, N° 24, Janeiro/Fevereiro 1979, 5FF./ Luttés de classes en France?; Chine: 6ème et dernier épisode; Fédération Anarchiste—Petit Commerce: même combat!; Mystifications capitalistes. (Jeune Taupe BP 30-33031 Bordeaux Cedex)

ACÇÃO DIRECTA, N° 12, Outubro 1978, 12\$50 Emile Henry; Autogerir a sociedade; Alguns aspectos essenciais da acção dos anarquistas; O trabalho anti-social e os movimentos úteis. (Acção Directa, Apartado 21191, Lisboa-2)

SATANÁS, Dezembro 1978, 5 números 50\$00./ Rádios Livres; Os Hippies; Porquê a Ecologia; "do it!": a ideologia é uma enfermidade do espírito. (Rua Cândido do Reis 121 1ºDt. Cacilhas)

A IDEIA, N° 11, Verão/Outono 1978, 15\$00. Portugal 78; Cinema em discussão; O que nos distingue; Actualidades. (A Ideia Apartado 3122, Lisboa-3)

TIRE A MÃE DA BOCA

joão de sousa monteiro

A cada pai de família,
asfixiado por dentro
na sua própria incapacidade
de amar - a sua
divisão Panzer.

A cada mãe castradora -
o seu B-52
Com o ventre suavemente
atulado de bombas.

A cada código de moral,
o seu sistema de tortura.

A cada Igreja,
O seu Napalm;
A cada Igreja - seja
ela de Roma, de Weimar,
do Pentágono, do Kremlin
ou de Pequim - a
sua dose superlativa
de Napalm.



A

assírio e alvim

NOTAS

INUTILIDADES DOMÉSTICAS

No número anterior de S.I. publicámos a seguinte breve nota, com o título 'O Meridiano da Revolta': 'Publica-se em Faro, mensalmente, e chama-se *O Meridional* — um novo jornal anarquista 'regional', que se apresenta como um órgão de grande vitalidade inconfornista. Um senão: o retomar dramatizado, exasperado mesmo, de velhas polémicas entre os famosos grandes chefes Águia Vermelha (Karl Marx) e Águia Negra (Bakunine), caracteriza *O Meridional* como um jornal demasiado doutrinário. Apesar de ser muito bem escrito, num estilo agressivo de quem pensa, e de por essa razão se destacar dentre a imprensa anarquista em Portugal, mantém perante o anarquismo um comportamento 'ideológico', visível no seu 'antimarxismo' militante. — Endereço: Praça Alexandre Herculano, 24, Faro. Assinaturas (12 números): 120\$00.'

No número 5 d'*O Meridional*, de 15-1 a 15-2-79, lemos o seguinte comentário, aqui transcrito em fac-símil:

A PROPÓSITO DE ALGUNS ANTI-IDEÓLOGOS PORTUGUESES

Não pensemos, porém, que no bric-à-brac modernista os situacionistas têm o monopólio do *dépassement* do anarquismo, do anarco-sindicalismo, do individualismo e do comunismo libertários, assim como das velhas e poeirentas questões dentro da 1.ª Internacional. Os redactores da revista *«Raiz e Utopia»* (que, entre parentesis, recebiam subsídios indirectos da secretaria de Estado do Ambiente ou da Cultura, sob a forma de compra maciça de uma boa parte da edição) já se tinham, por exemplo, metido com o «anarquismo ortodoxo», essa velharia obviamente ideológica, quando os nossos companheiros da revista *«Acção Directa»* lhes deram a resposta apropriada. Não vamos aqui repetir o que o leitor prevenido lerá proveitosamente na supracitada publicação. Desta feita, o caso é outro, muito embora apresente uma falta de originalidade semelhante. O golpe buízo vem dos marxistas críticos, sociólogos ecléticos e estetas amalgamados que editam a revista *«Subversão Internacional»*, que veio tão oportunamente subverter o panorama português das letras e das artes, com a sua meiga e lírica heterodoxia e os seus inéditos «comics by detournement». Trata-se de um caso corriqueiro, provinciano, bem português. Como o nosso mensário, *«O Meridional»*, e *«regional»*, talvez não fique mal nas nossas colunas amarelcidas...

Tudo começa muito bem. Os articulistas referem-se a nós em termos elogiosos, que quase põem o nosso amor-próprio em errecção. Fazem-no de maneira catita, têm uma adjectivação de finos apreciadores, aplaudem-nos na sua qualidade de estetas. O pior vem depois. Somos uns primários. Temos um senão: «o retomar dramatizado, exasperado mesmo, de velhas polémicas entre os famosos grandes chefes Águia Vermelha (Karl Marx) e Águia Negra (Bakunine)». E como não havíamos de ter? Pois se nós mantemos perante o anarquismo um «comportamento ideológico» visível no nosso «anti-marxismo militante»!

Dir-se-ia que o nosso anti-marxismo militante incomoda muita gente, mesmo nas fileiras dos que não levam a sua heterodoxia, que tomaram de empréstimo, até esse ponto. É mesmo esse anti-marxismo militante que determina o nosso comportamento ideológico até perante o próprio anarquismo, como diriam o grande chefe Águia Vermelha e os seus discípulos encapotados. Quanto a eles, como se desprende, a tentação ideológica é perigo ou armadilha em que nunca cairiam. Até porque o combate militante que travam contra o nosso anti-marxismo militante, nada tem que ver com qualquer ideologia ou sobrevivência ideológica do passado... Está-se mesmo a ver, e quem for cego ponha-se a pau com o espantalho ideológico!

Pobres rapazes! Pensavam poder aplaudir-nos, como

estetas, para depois nos poderem zurzir, na nossa qualidade de militantes ancorados nas margens do passado. Ora deixem-se disso! Os anarquistas não têm vergonha do passado nem se sentem tentados pela falsificação da história. Se fazem referências ao passado, isto é, se não perderam a memória histórica, é porque acham que esquecer o que foi e não pensar no que deve ser é a mais descabelada apologia ideológica daquilo que é ou, melhor dizendo, daquilo que está sendo. Até porque nenhuma ciência digna desse nome é concebível fora da história; a dimensão tempo é pelo menos tão importante como a dimensão espaço.

ANTÓNIO JOSÉ SARAIVA, PATRIOTA

Num artigo publicado no *Diário de Notícias* de 26-1-79, escrevia António José Saraiva o seguinte: 'Se alguém quisesse acusar os Portugueses de cobardes, destituídos de dignidade ou de qualquer forma de brio, de inconscientes e de rufias, encontraria um bom argumento nos acontecimentos desencadeados pelo 25 de Abril.'

Segundo A.J.S., esta reflexão deve-se a duas coisas: ao facto de não ter havido uma descolonização, mas sim 'uma debandada em pânico, um salve-se-quem-puder' — constituindo isto 'a maior vergonha de que há memória desde Alcâcer Quibir —, e ao facto, ainda, de se não ter começado 'vida nova' em Portugal, depois da abrida-da de 74.

Visivelmente, todas as virtudes residem agora, para o professor Saraiva, numa nova velharia: o patriotismo. Não foram patriotas os militares portugueses, por terem debandado das ex-colónias 'como pardaís', não foram nem são patriotas os que constituem ou têm constituído a nova classe política. Deste modo, e apesar de ter mantido sempre, desde o 25 de Abril, uma independência em relação aos partidos do novo poder, recusando-se a aderir a qualquer um deles, a independência de espírito de A.J.S. revela-se duma fragilidade confrangedora: tem de recorrer às noções do passado, e a atitudes do passado, para criticar o presente. Curiosamente, esta sua atitude tem muito de comum com a de inúmeros jovens descoroados com o 25 de Abril, que hoje se voltam, movidos pelas chamas da frustração, para o culto de quanto o salazarismo teve de reaccionário: os 'valores nacionais', a Pátria, o 'glorioso passado luso'. É com isto que, também eles, criticam o presente. Mas trata-se duma crítica apenas de aparências. E por isso incapaz de mostrar a razão de ser das coisas. Que haverá de mais pobre do que esperar uma vida nova do Estado — mesmo democratizado e cheio de cravos? No fundo, António José Saraiva não largou, como julga, por certo, a *doxa* leninista da história, apenas a moralizou: o Estado — as novas instituições estatais resultantes da abrida-da — deviam ter criado 'a vida nova' — e, pasme-se, fez fanar as esperanças cándidas 'de muitos' (incluindo o professor Saraiva) 'sobre um monte de esterco'.

A CHINA E OS SEUS DEMÓNIOS

As mudanças que se têm operado no céu do Estado chinês, após a morte do Grande Timoneiro, têm posto em pânico e em desespero as hostes manístas. Mais uma vez, o diabólico Satanás intervém na história, e, por virtude de designios irrevolvíveis, transforma o radioso farol do socialismo num pântano putrefacto de Coca-Cola. Como é de lei, a explicação daquelas mudanças modernistas entroncam, todas elas, no campo do maoísmo ex-pró-chinês, numa 'argumentação' que tem feito carreira: o 'socialismo' foi traído, uma clique de oportunistas-seguidores-da-via-burguesa-e-imperialista tomou o poder, o capitalismo foi restaurado. Nada mais simples, nem mais rápido: deste modo expeditivo, os ideólogos, dirigentes e educadores da classe operária salvam, ao que julgam, e com toda a inocência, a face pura e dura, com o objectivo, tão inocente também, de preservarem o seu papel de jo-

vens-velhos charlatões. É claro, entre esta fauna há que distinguir. Há os oportunistas estruturais, tipo PCP (m-l), que, como agências locais do capital chinês no Mundo, se adaptam com o maior ã-vontade aos ventos que vão soprando do altar da burocracia, e há os ingênuos ou os profissionais da ignorância-como-virtude, que, sem pestanejar, e armados da indignação mais solene, procuram servir aos incautos o prato requentado da 'traição'.

Dos primeiros, nada há a dizer. Dos segundos, pouco mais a não ser isto: a doce miséria ideológica em que chafurdam, com a segurança de estalinistas militantes, condena-os ao que mais amam — a cegueira do espírito religioso. Na China, por virtude duma mudança funcional da burocracia estatal, o 'socialismo' foi (ou está a ser, não se sabe bem) destruído — e isto, muito singelamente, porque, para os neo-estalinistas, como para os seus predecessores cronológicos, o 'socialismo' é a estatização da economia, o capitalismo de Estado. De forma que na sua 'análise' se revela a sua função.

Como é óbvio, não se pode abolir o que nunca existiu. O que na China foi traído — e isso sim, foi-o, e está-o a ser a grande velocidade — é outra coisa: são as *imagens* do delírio ideológico com que se têm alimentado, sem o saberem, multidões de militantes do *capitalismo transfigurado*.

O ÚLTIMO BALUARTE

Fica, porém, a Albânia. Depois da URSS, depois de Cuba, depois da China, depois de outros sucedâneos destes 'três grandes' do 'socialismo realizado' ou 'em realização', resta ainda — graças a Deus! —, por enquanto, um último el-dorado da 'revolução operária e popular'.

A Albânia é a desesperada, a inevitável muleta dos que à viva força precisam de ter um oásis na banalização do mundo. Um oásis a apontar às massas, para poderem clamar, com a gravidade própria dos messias: olhai a terra prometida, a terra que vos prometemos, se nos seguides.

Mas a Albânia, por vir no fim da lista, e por dispor duma menor capacidade material de ideologização, já chega como um mito cansado: o 'socialismo num só país' dava cartas porque tinha com que, com a URSS, com a China. A modéstia do capitalismo albanês não lhe permite tantas flores. Largamente dependente da economia chinesa, depois de abandonado da forma que agora a China repetiu, pela URSS, o regime albanês não depara com um leque largo de soluções alternativas. As virtudes da autarcia são talvez maravilhosas, mas o capital é sôfrego de valorização — e a Albânia não foge à regra. O regime albanês não pode manter-se muito tempo sem uma modificação alternativa para as trocas internacionais. E ou se vira de novo para Leste, ou para o Ocidente — ou para ambos simultaneamente, seguindo uma orientação mais recente de regimes deste tipo, a da diversificação das relações económicas externas pelos dois campos do capitalismo mundial.

A REVOLUÇÃO MICRO-ELECTRÔNICA

Mergulhado numa 'crise mundial' que conviria analisar mais de perto, nem por isso o processo de desenvolvimento capitalista deixa de se pensar como sistema que contém a sua própria alternativa. Aquilo a que diversos responsáveis por este desenvolvimento chamam — estão a chamar — a 'revolução micro-electrônica' vai nesse sentido: preparar o futuro do capitalismo.

A título de informação, transcrevemos aqui algumas passagens dum texto significativo publicado no boletim *Informations OIT* (vol. 14, nº 5, 1978), do *Ofício Internacional do Trabalho*, com sede em Genebra.

'Nos próximos anos, numerosos chefes de empresas e assalariados deixarão de se deslocar aos seus escritórios. Para ganharem tempo, economisarem gasolina e reduzirem a superfície dos escritórios, utilizarão um terminal de computador portátil. (...) Gigantescos satélites de comunicação, os 'comsats', transmitirão o fac-simil de cartas provenientes duma determinada cidade para serem impressas e distribuídas numa outra. A TV transmitirá os jornais directamente para o interior dos lares, podendo cada qual escolher a leitura que prefere.

Robots industriais, fábricas inteiramente automatizadas, máquinas de escrever de comando vocal, viaturas controladas por computador, eis algumas das numerosas maravilhas que os futurólogos dos anos 50 já nos prometiam, e que se inserem na nova *da quotidiana* a uma velocidade fulgurante graças ao *o-electrônica*.

A micro-electrônica é, aos olhos de todos, a técnica mais revolucionária do século XX. O microprocessador (...) é dela o elemento essencial, e a sua realização e funcionamento reveste quase a mesma importância que a invenção da roda.

Sobre cada microprocessador (chamado 'pulga', dada a sua pequenez) são impressos e gravados por um ácido circuitos microscópicos; esta 'pulga' é, na realidade, um computador rudimentar capaz de registar um volume sempre crescente de dados. Em 1960, uma 'pulga' do tamanho duma unha podia armazenar 10 elementos de informação; em 1977 já armazenava 30 000 e podia executar vários milhões de operações programadas por minuto. As que serão comercializadas em 1981 poderão armazenar 100 000 elementos de informação, e a próxima geração, prevista para meados dos anos 80, mais de um milhão.

Tendo em conta que os computadores possuem numerosos microcircuitos que servem funções lógicas e de memorização, estima-se que em 1985 o microcomputador incorporado numa só 'pulga' poderá oferecer as mesmas facilidades que uma sala inteira de informática 25 anos antes.

Os progressos, de resto, não são menos rápidos quanto a preços: a execução duma instrução custava, em 1960, cerca de 100 francos franceses. Dez anos mais tarde, já custava apenas 10 centimos, e hoje custa cem vezes menos.

O MIT (Massachusetts Institute of Technology) fez uma estimacão segundo a qual, se os progressos técnicos tivessem sido tão rápidos na indústria automóvel como na electrónica, o custo de produção dum Rolls Royce seria hoje de 2,5 dólares, e este automóvel poderia percorrer 500 000 kms apenas com um litro de gasolina.

Segundo certas estimacões, os governos da Europa Ocidental poderiam gastar mais de meio bilhão de dólares no decurso dos cinco próximos anos para tentarem apanhar os Estados Unidos e o Japão, muito mais avançados do que eles neste domínio. Pela sua parte, a França e o Reino Unido consagraram já cerca de 134 milhões de dólares cada um com este fim, ao passo que a RFA previra investir perto de 38 milhões de dólares no decorrer do próximo período quinquenal.

Estima-se também que, daqui a 1983, os EUA e o Japão irão consagrar uma soma de 574 e 766 milhões de dólares, respectivamente, à micro-electrônica.

Os governos, entretanto, conscientes das gravíssimas repercussões possíveis da micro-electrônica sobre a economia e a sociedade, iniciaram, a este respeito, uma das mais áspersas controvérsias da nossa época.

Uns anunciam que as 'pulgas' vão multiplicar os desempregados. Outros retorquem que esta ameaça é exagerada e que a supressão de empregos que a sua utilização arrastará ver-se-á compensada por novos empregos, nas indústrias de serviços principalmente.

No entanto, não deixa de se reconhecer que, perante a revolução micro-electrônica, as empresas e os trabalhadores se encontram diante duma alternativa difícil:

- não participar na corrida internacional, e portanto correr o risco duma menor competitividade nos mercados mundiais (aumento do desemprego);

- lançar-se com entusiasmo nesta revolução, o que poderia acelerar as compressões de pessoal (idem).

ALGUNS LOCAIS ONDE SE PODE ENCONTRAR A S.I.

Faro

Sotavento
Praça Alexandre Herculano, 24
Aveiras de Cima
Café João Luís dos Santos

Lagos

Livraria Garret

Porto

Bertrand-Loja 1 e 2
Rua 31 de Janeiro

Século

Rua Sá da Bandeira, 5

Leitura

Rua de Ceuta, 88

Erva Daninha

Rua da Conceição, 80-Loja 9

Aveiro

Livraria Vieira da Cunha
Av. Dr. Lourenço Peixinho

Estante

Av. 5 de Outubro, 47-49

Montijo

Centro Libertário
Rua Manuel Nunes Almeida,
nº 32

Lisboa

Livraria/Biblioteca da Comunidade
Teatro de Pesquisa
à Praça de Espanha

Opinião

Rua Nova da Trindade, 24

Contra a Corrente

Rua da Atalaia, 204

Ulmeiro

Av. do Uruguai, 13-A
(Benfica)

Quadrante

Av. Luís Bivar, 85-C

Compasso

Rua Saraiva de Carvalho
nº 268-C

Assírio e Alvim

Terminal do Rossio

e

Rua Passos Manuel, 67-B

Bertrand

Rua Garret, 73

e

Rua Dr. João Soares, 4-A

Diário de Notícias

Rossio, 11

Centro do Livro Brasileiro

Rua do Ouro, 160

★★★★★★★★★★★★★★★★★★★★

★★★★★★★★★★★★★★★★★★★★

Índice dos números anteriores de S.I.

Nº1 (esgotado)

Suplemento ao nº1: Brochura "A Rote Armee Fraktion e a Alemanha Federal" (esgotado)

Nº2 (restam alguns exemplares; cada 25\$00)

- Na Hora da Nossa Morte.- Crítica da S.I.- Da Comunidade Primitiva ao Primitivismo do Engate/1.- Depois de Marx, Abril: a Itália.- O Movimento Capitalista em Portugal.- Discussão sobre a RAF e o Terrorismo.- No Metropolitano.- Portugal Através Duma Lupa.- Grã-Bretanha: o Movimento Grevista, 1977.- Correspondência de Espanha.- O Brasil Tá Pegando Fogo.

Nº3 (restam alguns exemplares; cada 25\$00)

- Da falência da extrema esquerda ou de como é necessário ser-se incoformista para se ser revolucionário.- Do terrorismo em Itália: as Brigate Rosse e o seu tempo.- Da comunidade primitiva ao primitivismo do Engate/2.- O sexo da revolução.- Correspondência.- Alice Corrinde: Fragmentos da Matança do Porco.- Socialismo alentejano.- Prisão comum: depoimento.- Delinquência Revolta.- Anarquismo na região portuguesa.- Para uma biblioteca da revolução social.- Fernando Pessoa: Textos de Incoformismo (Análise da vida mental portuguesa).- Notas & Apontamentos.- Resenha de Gazetas.

ATENÇÃO CARTEIRISTAS!



1

*Traga consigo apenas
os utensílios
indispensáveis*

2

*Reparta-os pelos
diversos bolsos
interiores*

3

*Mantenha-os sempre
prontos a serem
utilizados*

4

*Aproveite especial-
mente a entrada ou
saída dos transpor-
tes públicos*

5

*Nos ajuntamentos,
dê atenção aos
objectos pessoais*

